



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DE CÁCERES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA
CIDADE BRASILEIRA DE FRONTEIRA (1978-2010)**

MAYARA LAURA DE ARRUDA PIMENTEL

Foz do Iguaçu
2026

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DE CÁCERES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA
CIDADE BRASILEIRA DE FRONTEIRA (1978-2010)**

MAYARA LAURA DE ARRUDA PIMENTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo

Foz do Iguaçu
2026

MAYARA LAURA DE ARRUDA PIMENTEL

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DE CÁCERES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE UMA
CIDADE BRASILEIRA DE FRONTEIRA (1978-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo.
UNILA

Profa. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci.
UNILA-UFOP

Prof. Dra. Karla Estelita Godoy Waizbort.
UFF

Foz do Iguaçu, 14 de maio de 2026.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P644p

Pimentel, Mayara Laura de Arruda.

A patrimonialização de Cáceres: histórias e memórias de uma cidade brasileira de fronteira (1978-2010)
/ Mayara Laura de Arruda Pimentel. - Foz do Iguaçu, 2026.

131 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientador: Hernán Venegas Marcelo.

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação histórica. 3. Memória coletiva. 4. Cáceres (MT) - História. I. Marcelo, Hernán Venegas. II. Título.

CDU 719(817.2)

À memória dos meus tios, Luiz Marcos e Cleudiomar, que me ensinaram que a vida não se espera, se encara — porque, no fim, há sempre uma geladeira nova por aí.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação esteve longe de ser um processo linear. O caminho exigiu mais do que disciplina acadêmica: exigiu insistência, deslocamento e a capacidade de continuar mesmo quando as respostas ainda não estavam dadas. Houve dúvidas, cansaço e interrupções. Mas houve, sobretudo, movimento. Este trabalho só chegou até aqui porque, ao longo desse percurso, eu não estive sozinha.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo, pela leitura rigorosa, pelas provocações constantes e pela condução firme deste processo. Sua orientação foi decisiva não apenas para a construção deste trabalho, mas para a forma como passei a formular problemas, sustentar perguntas e revisar a escrita. Agradeço, especialmente, pela paciência e pela generosidade com que acompanhou este percurso, mesmo nos momentos de hesitação, sua presença foi sempre estímulo e convite à continuidade, nunca à interrupção.

Às professoras da banca, Profa. Dra. Karla e Profa. Dra. Tereza, agradeço pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas contribuições cuidadosas, que ampliam as possibilidades deste trabalho e tensionam seus caminhos de forma generosa.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, onde essa inquietação começou a ganhar forma, em especial pela orientação da Profa. Dra. Rachel Tegon de Pinho, e à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, onde essa pesquisa se aprofundou, tensionou e consolidou.

Aos professores e professoras do programa, agradeço pelas discussões, provocações e pelo compromisso com a formação crítica que atravessa este trabalho.

Aos colegas de percurso, obrigada pelas trocas, pelas conversas e pelas experiências compartilhadas ao longo do processo

À minha família, pelo apoio constante, pela presença mesmo nas ausências e por serem, de diferentes formas, o lugar de sustentação. Em especial, à minha avó, Dayse, e a minha bisavó Branca, presentes neste trabalho como memória, afeto e referência.

Ao meu marido, Gabriel, pela parceria cotidiana, pela paciência nos momentos mais difíceis e por caminhar ao meu lado mesmo quando o percurso exigiu mais do que palavras. À minha filha, Elisa, por ser, ao mesmo tempo, motivo e horizonte. E por me lembrar, todos os dias, que existem outras formas de tempo, de presença e de sentido.

Às minhas irmãs, Taynara, Yaçanã e Lavígnia, por sempre acreditarem em mim e incentivarem a realização dessa ousadia que é o mestrado, mesmo quando eu mesma me imaginei incapaz. Aos amigos, João Pedro e Carlos Henrique, pelo apoio e suporte no processo de finalização da escrita. Vocês são sensacionais!

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado e contribuíram direta ou indiretamente com esse processo.

E, por fim, a Cáceres. Não apenas como objeto desta pesquisa, mas como o lugar onde surgiram as primeiras perguntas que me trouxeram até aqui. De algum modo, este trabalho também é um retorno.

*Tinha o coreto que tocava a banda do quartel toda quinta. Aí
depois tiraram o Marco e colocaram perto da igreja.*
Dona Branca, 2024.

Toda memória é, ao mesmo tempo, lembrança e esquecimento.
Jacques Le Goff

RESUMO

A presente dissertação analisa a patrimonialização de Cáceres (MT) entre 1978 e 2010, considerando ações nas esferas federal, estadual e municipal, bem como as tensões e disputas que marcaram esse processo. O tombamento federal aprovado em 2010 foi homologado em 2012, como desdobramento posterior. O estudo é precedido por uma análise dos antecedentes históricos do campo patrimonial em Cáceres a partir do levantamento das primeiras iniciativas de valorização e preservação, evidenciando continuidades e inflexões nas formas de atribuição de valor ao passado e ao espaço urbano e de fronteira cacerense. A pesquisa combina revisão bibliográfica e análise de fontes documentais - como processos de tombamento, pareceres técnicos e documentação institucional - , incorporando também um depoimento oral como recurso interpretativo. Ao longo da análise, são considerados os agentes envolvidos, bem como os contextos políticos e culturais que orientaram as políticas de preservação em diversas escalas. O trabalho dialoga com estudos sobre história local, memória e patrimônio em Mato Grosso e em Cáceres, articulando essas contribuições a debates mais amplos sobre patrimônio e memória no Brasil. Somando-se aos estudos já existentes, espera-se que este trabalho contribua para uma compreensão mais alargada e crítica da patrimonialização em Cáceres, com atenção à condição fronteira da cidade e às seletividades dos processos de reconhecimento patrimonial.

Palavras-chave: História; Patrimonialização; Cáceres (MT).

ABSTRACT

This dissertation analyzes the patrimonialization of Cáceres (Mato Grosso) between 1978 and 2010, considering actions undertaken at the federal, state, and municipal levels, as well as the tensions and disputes that marked this process. The federal heritage listing approved in 2010 was formally ratified in 2012 as a subsequent development. The study is preceded by an analysis of the historical background of the heritage field in Cáceres, based on a survey of the earliest initiatives aimed at heritage appreciation and preservation, highlighting continuities and shifts in the ways value was attributed to the past and to the city's urban and border spaces. The research combines a literature review with the analysis of documentary sources -such as heritage listing proceedings, technical reports, and institutional documentation - and also incorporates an oral testimony as an interpretive resource. Throughout the analysis, attention is given to the actors involved, as well as to the political and cultural contexts that shaped preservation policies at different levels. The dissertation engages with studies on local history, memory, and heritage in Mato Grosso and Cáceres, bringing these contributions into dialogue with broader debates on heritage and memory in Brazil. Building on existing scholarship, this study seeks to contribute to a broader and more critical understanding of patrimonialization in Cáceres, with particular attention to the city's border condition and to the selective dynamics of heritage recognition processes.

Keywords: History; Patrimonialization; Cáceres (MT).

RESUMEN

La presente tesis de maestría analiza la patrimonialización de Cáceres (Mato Grosso) entre 1978 y 2010, considerando las acciones desarrolladas en los ámbitos federal, estatal y municipal, así como las tensiones y disputas que marcaron este proceso. El reconocimiento federal aprobado en 2010 fue homologado en 2012 como un desarrollo posterior del proceso. El estudio está precedido por un análisis de los antecedentes históricos del campo patrimonial en Cáceres, a partir de las primeras iniciativas de valoración y preservación, poniendo de manifiesto continuidades e inflexiones en las formas de atribuir valor al pasado y al espacio urbano y fronterizo de la ciudad. La investigación combina la revisión bibliográfica con el análisis de fuentes documentales - como expedientes de protección patrimonial, informes técnicos y documentación institucional - e incorpora también un testimonio oral como recurso interpretativo. A lo largo del análisis se consideran los actores involucrados, así como los contextos políticos y culturales que orientaron las políticas de preservación en distintas escalas. El trabajo dialoga con estudios sobre historia local, memoria y patrimonio en Mato Grosso y en Cáceres, articulando estas contribuciones con debates más amplios sobre patrimonio y memoria en Brasil. Sumándose a los estudios ya existentes, se espera que este trabajo contribuya a una comprensión más amplia y crítica de la patrimonialización en Cáceres, con atención a la condición fronteriza de la ciudad y a las selectividades de los procesos de reconocimiento patrimonial.

Palabras claves: Historia; Patrimonialización; Cáceres (MT).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Palácio Gustavo Capanema	21
Figura 02 – Bens culturais das regiões Norte e Nordeste tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)	29
Figura 03 – Bens culturais da região Centro-Oeste tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)	30
Figura 04 – Bens culturais das regiões Sudeste e Sul, tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)	32
Figura 05 – Ponte Internacional Barão de Mauá, entre Jaraguão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai)	42
Figura 06 – Iconografia do Marco do Jauru	55
Figura 07 – Planta de Vila Maria do Paraguay (1784)	59
Figura 08 – Praça Barão do Rio Branco	66
Figura 09 – Marco do Jauru	77
Figura 10 – Mapa do Inventário Cadastral de Cáceres	88
Figura 11 – Representação cartográfica do perímetro tombado pelo governo estadual	94
Figura 12 – Perímetro tombado em nível federal	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPT	Comissão Especial de Preservação e Tombamento
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação História Regional
NUDHEO	Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO I - O PATRIMÔNIO, A MEMÓRIA E CÁCERES	17
2.1 O BRASIL DO IPHAN	17
2.2 A PATRIMONIALIZAÇÃO IPHANIANA EM REGIÕES DE FRONTEIRA	42
3. CAPÍTULO II - A PATRIMONIALIZAÇÃO EM CÁCERES: HISTÓRIAS, TENSÕES E DISPUTAS (1978 - 2012)	80
3.1. A PATRIMONIALIZAÇÃO IPHANIANA DO BICENTENÁRIO (1978)	80
3.2 A PRESERVAÇÃO DO TECIDO URBANO EM CÁCERES	96
3.3 O TOMBAMENTO FEDERAL DE 2010	109
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120

1 INTRODUÇÃO

Nascida em Cáceres, cresci ouvindo, de forma recorrente, que a cidade era “tombada”. A expressão circulava no cotidiano como um dado aparentemente evidente, quase naturalizado, embora, à época, seu significado não fosse por mim plenamente compreendido. Esse contato inicial, ainda difuso, indicava já a presença do patrimônio como elemento constitutivo da vida local, ainda que não problematizado. Foi durante a graduação em História na Universidade do Estado de Mato Grosso, entre 2010 e 2014, que essa percepção começou a ganhar novos contornos.

A participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sob a orientação da professora doutora Rachel Tegon de Pinho, possibilitou um primeiro aprofundamento no campo do patrimônio, especialmente a partir de ações voltadas à realidade de Cáceres, como a organização de seminários, oficinas e a produção de materiais paradidáticos. Essa experiência permitiu um deslocamento do olhar: de alguém que vivia em uma cidade “tombada” para alguém que passou a questionar o que significava, afinal, esse reconhecimento.

Foi nesse movimento que o patrimônio deixou de ser apenas uma característica atribuída ao espaço urbano e se tornou um problema de investigação. Tal inquietação encontrou continuidade no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instituição igualmente situada em uma região de fronteira, cuja experiência contribuiu para olhar, a partir de certa distância, as especificidades dessas regiões. Aquela inquietação inicial desdobrou-se na busca por compreender o patrimônio cultural para além da experiência vivida, inserindo-o em um campo mais amplo de debates historiográficos, tendo como pano de fundo as políticas públicas de preservação.

Esse percurso, que articula experiência pessoal e problematização teórica, conduz à compreensão do patrimônio como objeto de investigação histórica, inserido em debates mais amplos sobre memória, identidade e políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa parte de uma implicação direta com o objeto, não como elemento meramente autobiográfico, mas como condição de possibilidade para a problematização. Reconhece-se, assim, que o lugar de enunciação também participa da construção do problema de pesquisa, permitindo articular experiência e reflexão crítica no interior do campo historiográfico.

A escolha de Cáceres como objeto de investigação justifica-se não apenas por sua dimensão autobiográfica, mas por sua relevância no contexto das regiões de fronteira brasileiras. Situada na fronteira com a Bolívia, a cidade apresenta especificidades históricas, culturais e espaciais que tensionam os modelos tradicionais de interpretação do patrimônio, permitindo problematizar a atuação das políticas patrimoniais em contextos marcados por circulação, contato e disputas

simbólicas. Como referências comparativas, são considerados também os casos de Corumbá (MS) e Jaguarão (RS), que permitem situar a experiência de Cáceres em um quadro mais amplo de atuação do IPHAN em cidades situadas em regiões de fronteira.

Nas últimas décadas do século XX, a noção de patrimônio ampliou-se, incorporando não apenas edificações monumentais, mas também práticas, saberes e paisagens, em diálogo com debates internacionais e com a redefinição das políticas culturais no Brasil. Essa ampliação não se restringe ao plano semântico: ela redefine o próprio campo de atuação do patrimônio. Contudo, antes mesmo de se tornar cultural, o patrimônio foi concebido como histórico, artístico e nacional, e o caso brasileiro é exemplar nesse sentido. Essa transformação está vinculada, ainda que não de forma exclusiva, à trajetória institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937.

Em sua fase inicial, denominada heroica, o IPHAN estruturou uma política de preservação centrada nos chamados “bens de excepcional valor”, sobretudo de matriz colonial. Longe de constituir um processo neutro, essa política esteve orientada por critérios seletivos que privilegiaram determinadas referências históricas e culturais, em detrimento de outras, consolidando uma narrativa patrimonial fortemente associada à formação nacional sob a ótica das elites e de regiões consideradas centrais. A ênfase na monumentalidade e autenticidade dos “bens de pedra e cal” contribuiu para a construção de hierarquias culturais que colocaram em segundo plano diversas expressões culturais nas políticas de preservação patrimonial durante essa fase.

A partir das décadas de 1960 e 1970, observa-se uma inflexão nesse modelo. Ainda que marcada por continuidades, essa mudança implicou a ampliação progressiva do conceito de patrimônio, com maior atenção aos conjuntos urbanos e e a manifestações culturais até então menos contempladas, ao mesmo tempo em que possibilitou a expansão da atuação institucional para regiões até então pouco contempladas, como o Centro-Oeste. É nesse contexto que se insere o caso de Cáceres, cuja patrimonialização evidencia tanto os limites quanto às possibilidades dessa ampliação, revelando tensões entre diretrizes institucionais, dinâmicas locais e especificidades de uma região de fronteira.

Esse movimento coincide com transformações mais amplas do território brasileiro durante o regime militar, entre as quais se destaca a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, associada a estratégias de integração nacional e de reforço do controle sobre áreas de fronteira. Nesse contexto, o tombamento do Marco do Jauru, em 1978, permite examinar as relações entre patrimônio, fronteira e soberania. A partir desse primeiro reconhecimento, interessa compreender como diferentes agentes e escalas institucionais participaram da seleção e da atribuição de valor a bens, espaços e memórias da cidade. Em Cáceres, especialmente nas últimas décadas, a patrimonialização operou

como estratégia de produção de uma narrativa histórica na qual determinadas leituras sobre a formação urbana e a identidade foram privilegiadas em detrimento de outras experiências menos visibilizadas, mostrando que a patrimonialização envolve diferentes escalas de atuação e formas de atribuir sentido ao espaço urbano.

Nesse horizonte, a pesquisa parte do problema de compreender de que maneira a patrimonialização em Cáceres, entre 1978 e 2010, articulou memória, organização espacial e ação estatal, bem como quais foram os efeitos dessa articulação na produção de narrativas sobre a cidade e na configuração de seu espaço urbano. Considera-se, ainda, a homologação do tombamento federal, ocorrida em 2012, como desdobramento administrativo do processo aprovado em 2010.

Parte-se da hipótese de que a patrimonialização de Cáceres constituiu um processo histórico seletivo, no qual agentes estatais, instituições patrimoniais e atores locais produziram, negociaram e institucionalizaram determinadas narrativas sobre a cidade, atribuindo visibilidade a certos bens, espaços e memórias em detrimento de outros. Compreende-se que a patrimonialização não se restringiu à preservação de referências do passado, mas participou ativamente da produção de sentidos sobre o espaço urbano e da construção de identidades. Nesse processo, considera-se também a condição fronteira de Cáceres, buscando compreender de que maneira as formas de vida a ela relacionadas foram incorporadas às narrativas e práticas patrimoniais.

O recorte é balizado pelo tombamento federal do Marco do Jauru¹, em 1978, e pela aprovação, em 2010, do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres pelo IPHAN, posteriormente homologado em 2012. Esses marcos permitem acompanhar a ampliação do foco da preservação, do monumento isolado para o conjunto urbano. Ainda que o recorte se concentre nesses marcos institucionais, a pesquisa considera a existência de processos anteriores de construção de memória e valorização histórica, analisados no capítulo primeiro, que ajudam a compreender as bases sobre as quais se estruturam as políticas de patrimonialização no município. Ao longo desse período, também são analisados processos de patrimonialização desenvolvidos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como iniciativas locais de valorização da memória que nem sempre estiveram vinculadas ao IPHAN.

Como objetivo geral, a dissertação busca analisar a patrimonialização de Cáceres em perspectiva histórica, a partir das relações entre patrimônio, memória e produção do espaço urbano. Como objetivos específicos, propõe-se: examinar a formação das políticas patrimoniais no

¹ O Marco do Jauru é um monumento de pedra erguido em 1754, no contexto da demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri (1750) entre os domínios português e espanhol na América do Sul. Posteriormente transferido para a área urbana de Cáceres, tornou-se um dos principais símbolos históricos do município e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1978, durante as comemorações do bicentenário da cidade.

Brasil; analisar a aplicação dessas políticas patrimoniais em contextos de fronteira; investigar os processos de tombamento ocorridos no município de Cáceres; discutir, a partir das fontes disponíveis, algumas de suas implicações sociais e culturais para atores locais

A dissertação está estruturada em dois capítulos. O primeiro, intitulado “O patrimônio, a memória e Cáceres”, divide-se em três subcapítulos. No primeiro, “O Brasil do IPHAN”, discute-se a formação das políticas patrimoniais no país, com ênfase na atuação do SPHAN/IPHAN e nos critérios que orientaram a seleção e a preservação dos bens culturais. O segundo subcapítulo, “A patrimonialização iphaniana em regiões de fronteira”, analisa as especificidades da atuação institucional em contextos fronteiriços, considerando as dinâmicas territoriais e simbólicas que atravessam esses espaços. Por fim, o terceiro subcapítulo, “Histórias e memórias de Cáceres (1778–1978)”, aborda a formação histórica da cidade e a construção de suas narrativas locais, articulando memória, historiografia e identidade.

O segundo capítulo, “A patrimonialização em Cáceres: tensões e disputas”, organiza-se em três subcapítulos que acompanham, de forma articulada, a constituição e a ampliação das políticas de preservação no município. O primeiro, “A patrimonialização iphaniana do Bicentenário (1978)”, analisa o tombamento do Marco do Jauru como operação simbólica vinculada às comemorações do Bicentenário. Ao fazê-lo, evidencia a inserção de Cáceres nas políticas culturais do regime militar e sua articulação com projetos de soberania e identidade nacional, bem como o papel de mediações institucionais e intelectuais na construção discursiva de seu valor patrimonial.

“A preservação do tecido urbano em Cáceres” é o título do segundo subcapítulo, no qual se examina o deslocamento do enfoque preservacionista do monumento isolado para o conjunto urbano no contexto das transformações das políticas patrimoniais brasileiras. A análise destaca iniciativas como o inventário cadastral e o tombamento estadual de 2002, que fundamentaram o reconhecimento da cidade como conjunto histórico, cultural e paisagístico. Por fim, o terceiro subcapítulo, dedicado ao processo de tombamento federal formalmente aberto em 2007, aprovado em 2010 e homologado em 2012, problematiza a consolidação dessa ampliação, evidenciando as disputas, negociações e diferentes formas de apropriação do patrimônio pelos diversos atores sociais envolvidos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a dissertação de mestrado dialoga com o campo da história cultural, especialmente a partir das contribuições de Roger Chartier e Michel de Certeau; com os estudos sobre patrimônio, mobilizando autores como Maria Cecília Londres Fonseca, Márcia Regina Romeiro Chuva e Paulo Knauss; e com as abordagens do campo da memória, em diálogo com Maurice Halbwachs e Michael Pollak. Parte-se da compreensão de que a patrimonialização constitui um processo historicamente situado, atravessado por disputas simbólicas

e por diferentes interesses sociais.

A pesquisa também mobiliza contribuições da história oral, compreendendo a memória não como registro neutro do passado, mas como reconstrução situada, elaborada a partir de experiências e relações sociais (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992). Essa incorporação insere-se, ainda, em uma tradição de estudos sobre memória em Cáceres, expressa em iniciativas como o NUDHEO/UNEMAT e em publicações dedicadas à história local (CHAVES; ARRUDA, 2013). O uso de um depoimento individual não busca comprovar fatos, mas interpretar experiências, tensionando e ampliando as narrativas documentais e historiográficas, sobretudo no campo do patrimônio, no qual as leituras oficiais nem sempre coincidem com as formas de vivência dos espaços urbanos.

O trabalho articula análise documental, revisão bibliográfica e diálogo com a historiografia sobre patrimônio e memória. Foram consultadas fontes como processos de tombamento, pareceres técnicos e relatórios institucionais (com destaque para o processo de tombamento do Marco do Jauru — IPHAN, 1978; o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres — IPHAN, 2010/2012; bem como a documentação produzida no âmbito do inventário cadastral, realizado a partir do convênio entre a Prefeitura de Cáceres e a Fundação Cultural de Mato Grosso, entre 1988 e 1991), além de produções acadêmicas desenvolvidas em instituições públicas, especialmente no estado de Mato Grosso, como a UNEMAT e a UFMT. Tais documentos foram analisados a partir de sua dimensão discursiva e institucional, buscando identificar não apenas informações descritivas, mas também os critérios de valoração, os enquadramentos interpretativos e os interesses subjacentes aos processos de patrimonialização.

Essas fontes foram analisadas e compreendidas não apenas como registros administrativos, mas como produções discursivas por meio das quais se constroem e se legitimam valores patrimoniais, permitindo identificar os critérios, argumentos e enquadramentos que sustentaram os processos de tombamento. Ao privilegiar a análise desses processos e de seus respectivos pareceres técnicos, a pesquisa busca evidenciar como o valor patrimonial é discursivamente construído no interior das instituições, revelando as articulações entre conhecimento técnico, decisão política e produção simbólica.

Espera-se que a presente dissertação contribua para uma leitura ampliada e crítica da patrimonialização de Cáceres e de suas implicações na construção da memória urbana em uma região de fronteira, apontando seus aspectos menos visibilizados, bem como as memórias e experiências que permanecem à margem dos processos formais de reconhecimento do patrimônio.

2 CAPÍTULO I - O PATRIMÔNIO, A MEMÓRIA E CÁCERES

2.1 O BRASIL DO IPHAN

O conceito de patrimônio não constitui uma categoria fixa, mas uma construção histórica. A especialista francesa Françoise Choay comenta que patrimônio é uma “bela e antiga palavra que, na origem, estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001, p. 11). Ao longo de sua trajetória histórica, o patrimônio foi requalificado e associado a diferentes adjetivos, como histórico, artístico, natural e genético. As sucessivas ampliações de seu campo semântico fizeram dele um conceito nômade, continuamente ressignificado conforme diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Essas formulações evidenciam que o patrimônio deve ser compreendido como uma construção histórica, cujos significados são permanentemente disputados e ressignificados.

Por sua vez, ao discutir a constituição histórica da preservação patrimonial na França², Maria Cecília Londres Fonseca destaca que a noção moderna de patrimônio histórico consolidou-se quando determinados bens culturais passaram a ser convertidos em testemunhos privilegiados da memória da nação. Nesse processo, a autora identifica duas dimensões fundamentais para a compreensão da preservação patrimonial: a dimensão cívica e a dimensão estética.

"[...] a dimensão cívica, na medida em que determinados bens culturais são convertidos em testemunhos privilegiados da memória da nação e passam a ser protegidos por leis que ordenam sua proteção, cuidados por instituições criadas especificamente para esse fim e divulgados por meio da instrução pública e leiga; a dimensão estética, na medida em que, como signos do passado, os monumentos integram a iconografia e o imaginário romântico, em que a Idade Média era tema recorrente e as ruínas um motivo muito frequente." (LONDRES, 2007, p. 165).

Essa formulação, embora relevante, não é neutra. Ao enfatizar as dimensões cívica e estética, a autora evidencia como o patrimônio se articula à construção de uma memória nacional que privilegia determinados símbolos e referências. Nesse processo, outras formas de expressão cultural, especialmente aquelas vinculadas a grupos subalternizados, tendem a ser marginalizadas. O patrimônio, portanto, não se limita a um conjunto de bens, mas constitui um campo de disputas simbólicas no qual se definem quais memórias devem ser preservadas e quais são silenciadas.

A autora também destaca que a compreensão de patrimônio histórico e artístico de

² Embora a experiência francesa tenha exercido forte influência na formulação das políticas modernas de preservação patrimonial, sua incorporação em outros países ocorreu de forma seletiva e condicionada por contextos históricos específicos. No caso brasileiro, como será discutido a seguir, essas concepções foram apropriadas e reinterpretadas segundo os projetos políticos e culturais conduzidos pelo Estado ao longo do século XX.

que dispomos hoje, principalmente nas sociedades ocidentais, é oriunda do Renascimento, "quando o mundo se dessacraliza e o homem passa a se situar não mais em relação a uma realidade transcendente, e sim na evolução temporal da humanidade, entre passado e futuro" (LONDRES, 2007, p. 164).

Na segunda metade do século XIX, sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra, a consolidação dos Estados nacionais e a ascensão de uma nova classe média favoreceram o fortalecimento das políticas de preservação patrimonial. Militares, comerciantes, banqueiros e intelectuais passaram a financiar e incentivar a produção artística e histórica, ampliando o interesse pela proteção dos vestígios do passado. Consequentemente, a preocupação com as políticas estatais de preservação do patrimônio histórico e artístico pátrio deixou de ser incumbência restrita aos representantes do Estado. Esse processo evidencia que a preservação patrimonial passou a integrar os projetos de construção das identidades nacionais, conferindo ao patrimônio um papel central na legitimação simbólica dos Estados modernos.

Após a Revolução Francesa de 1789, em um contexto de profundas transformações políticas e sociais, as noções de patrimônio e de preservação deixaram os redutos dos antiquários e colecionadores para se tornarem uma questão pública (PEDRAZANI, 2022, p. 23). Nesse processo, a formação dos Estados nacionais foi fundamental para a definição dos primeiros contornos da institucionalização do patrimônio, evidenciando que sua constituição esteve, desde a origem, vinculada a interesses políticos e à construção de narrativas nacionais.

Para os revolucionários, preservar bens pertencentes ao clero e à nobreza significava, em certa medida, a manutenção simbólica de um poder naquele momento repudiado. A destruição compulsiva desses bens era vista com ressalvas pelos eruditos e se chocava com os propósitos iluministas de acumulação e difusão do saber. Para reverter o quadro de vandalismo que assolava a França, o governo revolucionário iniciou o processo de regulamentação da proteção dos bens confiscados desses grupos sociais, defendendo que o interesse pela preservação era, sobretudo, pedagógico, voltado à instrução pública. [...] O interesse pela preservação do patrimônio nacional era, portanto, revestido de um propósito político e de uma justificativa ideológica (PEDRAZANI, 2022, p. 24). Inclusive, mais do que proteger vestígios materiais do passado, a preservação patrimonial passou a integrar um projeto político de construção nacional, atribuindo novos significados a bens anteriormente vinculados ao Antigo Regime (CHOAY, 2001).

Foi sendo construída, "internamente, pelo olhar dos próprios franceses, a partir de

um projeto coletivo, pelos testemunhos materiais do que a história apresentava como seu processo de formação" (LONDRES, 2007, p. 166), a imagem de nação, colaborando, assim, para a urgência e a necessidade de atribuir sentido ao patrimônio. Ao fim do século XVIII, o substantivo passou a ser utilizado também para designar as manifestações históricas e artísticas da sociedade francesa. Para Choay (2001), foram as transformações da sociedade, decorrentes do movimento e da ubiquidade do presente, que contribuíram para que o patrimônio se consolidasse também como histórico. Para a historiadora:

"[...] A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos" (CHOAY, 2001, p. 11).

Assim, "a noção de patrimônio histórico nos remete a uma instituição e a uma mentalidade" (CHOAY, 2001, p. 11). O modelo francês de preservação do patrimônio histórico tornou-se referência para diversos países e foi introduzido, ao longo do século XX, em diferentes contextos nacionais, inclusive no Brasil (LONDRES, 2007, p. 166).

Durante o Brasil Império, Venegas (2013) destaca a invenção de "uma nação herdeira das tradições luso-cristãs, que seriam a base legítima sobre a qual deveria ocorrer a continuidade histórica para os projetos da monarquia bragantina empenhada em tornar civilizada a ex-colônia portuguesa" (VENEGAS, 2013, p. 135). Venegas enfatiza que, naquele contexto, interessava ao Estado brasileiro consolidar e representar o Império dos Bragança no cenário internacional. Por essa razão, as produções artísticas privilegiavam representações associadas ao ideal de civilização, relegando a segundo plano a diversidade social, os conflitos e as desigualdades que caracterizavam o Brasil oitocentista.

Sobre esse período, Pedrazani (2022) afirma que:

"[...] a partir do século XVIII, identificam-se esporádicas tentativas de preservação do patrimônio brasileiro. [...] O nobre português Conde de Galveias foi pioneiro ao manifestar sua preocupação com a destruição de monumentos holandeses em Pernambuco. Dizia Galveias ser imprescindível manter a integridade de tais obras, pois eram livros que falavam sem precisarem ser lidos. Mas o manifesto de Galveias foi um ato isolado, assim como o de Araújo Porto Alegre, pintor, arquiteto, professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes, que, em 1841, apresentou a primeira importante discussão no Brasil sobre a autenticidade de nossas obras de arte tradicional, condenando os atentados cometidos contra esses bens" (PEDRAZANI, 2022, p. 25).

A partir da Independência, consolidou-se uma tendência à construção de

monumentos cujo fundamento era o culto à nação (VENEGAS, 2013, p. 138). Um exemplo é o monumento em homenagem a D. Pedro I, inaugurado em 30 de março de 1862, na então Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. A escultura, confeccionada em Paris, apresenta D. Pedro I montado em seu cavalo, exibindo a Constituição de 1824. Com alegorias dos rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco, além de indígenas, animais nativos, plantas brasileiras e os escudos das vinte províncias do Império, o conjunto monumental buscava representar simbolicamente a unidade territorial e política do país. A inauguração da primeira escultura pública do Brasil foi marcada por uma grande festa cívica, reforçando o culto à nação. A análise desse monumento evidencia como a produção artística também atuou como instrumento de construção simbólica da identidade nacional.

Pedrazani (2022) esclarece que, até a Constituição de 1934, cujo artigo 148 estabeleceu competir à União, aos Estados e aos Municípios a proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico nacional (BRASIL, 1934, art. 148), o Estado brasileiro ainda não assumia responsabilidade efetiva pela preservação do patrimônio cultural, embora já existissem instituições como o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional, os Institutos Histórico-Geográficos e a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), responsável pela proteção de objetos históricos e edificações monumentais. Conforme observa a autora:

"[...] às autoridades brasileiras, até então, essa era uma discussão irrelevante, e, mesmo após a Independência, nem no período do Império, nem da República Velha, manifestaram-se perante a lenta e gradual destruição de bens remanescentes da colonização portuguesa. O pouco daquilo que se preservava acontecia nos redutos particulares, entre colecionadores ou intelectuais, considerados guardiões isolados de nosso patrimônio" (PEDRAZANI, 2022, p. 25).

Contudo, a partir da Constituição de 1934, a proteção dos bens culturais passou a integrar de forma permanente o ordenamento jurídico brasileiro. Esse marco representou o início da institucionalização da política patrimonial no país, criando as condições para a atuação mais efetiva do Estado na preservação do patrimônio cultural.

Durante o Estado Novo (1937–1945), o Brasil vivenciou profundas transformações sociais, políticas e culturais. A construção de uma identidade nacional constituiu uma das prioridades do governo de Getúlio Vargas, que conferiu à cultura papel estratégico na organização da ação estatal e na produção de um sentimento de brasilidade (CALABRE, 2009; RUBIM, 2007). Nesse contexto, investiu-se na valorização das artes, do folclore, da música e da literatura considerados representativos da identidade nacional. Também foram criadas importantes instituições culturais, como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), e executadas obras de grande impacto

simbólico, entre elas o edifício do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema, projetado por Lúcio Costa com a participação de Oscar Niemeyer. Esse projeto de construção simbólica da nação pode ser observado também na imagem apresentada a seguir, utilizada nesta pesquisa como documento histórico.

Figura 01 – Palácio Gustavo Capanema³.



Fonte: Google Imagens

A imagem revela a associação entre arquitetura moderna e projeto político, expressando a tentativa de construção de uma imagem de modernidade para o Estado brasileiro e, por isso, pode ser compreendida como documento histórico, na medida em que materializa visualmente o projeto político-estético do Estado Novo. A monumentalidade da arquitetura e sua associação à modernidade não são neutras, mas integram um discurso de construção simbólica do Estado nacional. A imagem acima remete não apenas a um projeto político, mas também a uma estratégia de legitimação simbólica do Estado Novo.

É pertinente frisar que os avanços culturais durante o Estado Novo estavam intrinsecamente ligados aos interesses políticos do governo em fortalecer a imagem nacionalista. A política cultural do período pode ser compreendida como parte de um projeto de poder, no qual o

³ Edifício Palácio Gustavo Capanema – Construído entre 1937 e 1945. O edifício passou por amplo processo de restauração entre 2018 e 2025, sendo reaberto ao público em maio de 2025. A reinauguração foi acompanhada por debates acerca da preservação de elementos originais da obra, como os brises-soleil (elementos de proteção solar da edificação), evidenciando que a conservação do patrimônio moderno permanece marcada por desafios técnicos, institucionais e conceituais, nos quais se confrontam critérios de autenticidade, funcionalidade e atualização dos usos do edifício.

patrimônio desempenhava função estratégica na construção de uma identidade nacional e na legitimação simbólica do regime.

A composição técnica inicial do SPHAN também refletiu aspectos desse contexto político e cultural. Em seus primeiros anos, a instituição reuniu predominantemente arquitetos, artistas, escritores e intelectuais vinculados ao movimento modernista, entre os quais Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Em contraste, a presença de historiadores com formação específica na área permaneceu reduzida. Como demonstra Chuva (2009), os arquitetos ocuparam posição central na definição das práticas e dos critérios de preservação, contribuindo para a valorização privilegiada do patrimônio arquitetônico e artístico e para a predominância dos monumentos coloniais e da arquitetura considerada exemplar nos primeiros tombamentos. Isso não significou, contudo, ausência de pesquisa histórica, frequentemente desenvolvida por intelectuais de outras formações, como Carlos Drummond de Andrade e Judith Martins⁴, enquanto especialistas como a historiadora da arte Hanna Levy colaboraram com a instituição. Observa-se, assim, menos uma ausência da História do que uma reduzida institucionalização do historiador como profissional do patrimônio, em contraste com a posição alcançada pelos arquitetos.

Entre as décadas de 1920 e 1930, integrantes do movimento modernista comprometeram-se a incluir, em seus projetos, o encargo de erigir uma tradição cultural brasileira, introduzindo no país a preocupação com a preservação dos bens culturais. Intelectuais como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti buscavam uma identidade nacional livre de influências estrangeiras e enraizada na cultura brasileira. Procuravam a chamada "alma do povo". Cabe mencionar, ainda, que a movimentação e a "preocupação dos modernistas só foram viabilizadas porque encontraram apoio decisivo no governo do Estado Novo: o do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, vinculado, por afinidades intelectuais e de amizade, aos modernistas" (FONSECA, 2005, p. 168).

Em 1937, inserido nesse contexto de valorização da cultura nacional e de fortalecimento da atuação do Estado, tornou-se necessária a criação de um órgão governamental responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937:

Artigo 46:

⁴ Judith Martins ingressou no SPHAN em seus primeiros anos como datilógrafa e, ao longo de sua trajetória na instituição, passou a atuar como arquivologista e pesquisadora, chegando à chefia da Seção de História e do Arquivo em 1962. Embora não tivesse formação universitária em História, desenvolveu importante trabalho de pesquisa documental, especialmente sobre artistas e artífices atuantes no Brasil colonial e imperial, tornando-se uma referência na documentação histórica do órgão (OSSANI, 2020).

Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937, p. 5).

A criação do SPHAN, portanto, não deve ser compreendida apenas como medida administrativa, mas como parte de um projeto político-cultural de definição do que deveria ser reconhecido como patrimônio nacional. Entretanto, tal definição esteve longe de ser inclusiva, uma vez que privilegiou bens associados às elites políticas, econômicas e culturais, sobretudo de matriz luso-cristã, excluindo outras formas de produção cultural. Essa seletividade evidencia que o patrimônio institucionalizado pelo Estado não resultou de um processo neutro, mas de escolhas políticas e culturais que definiram quais memórias seriam reconhecidas como representativas da identidade nacional.

Por sua vez, a estudiosa do campo patrimonial Lia Motta (1987) argumenta que "o patrimônio teve sua criação ligada aos desdobramentos do Movimento Modernista, que foi um momento de grande reflexão, revisão de conceitos de cultura e tomada de posição frente aos problemas culturais do país" (MOTTA, 1987, p. 110). Entretanto, não se pode considerar que a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tenha sido o marco zero da preservação oficial do patrimônio pelo Estado. De acordo com Venegas (2011), as iniciativas preservacionistas mais consistentes remontam à década de 1920. O autor destaca:

"[...] o anteprojeto de 1923 para a criação de uma Inspetoria de Monumentos Públicos, do deputado pernambucano Luís Cedro; o anteprojeto de lei federal visando à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico do jurista Jair Lins e o anteprojeto do deputado federal baiano José Wanderley de Araújo e Pinho, de 1930" (VENEGAS, 2011, p. 71).

A tríade supracitada, embora não constitua um processo homogêneo, pode ser considerada como antecedente legal do SPHAN. Retomando a criação do SPHAN, a instituição de um órgão federal responsável pela proteção do patrimônio resultou de um projeto elaborado por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

"[...] Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à 'organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional'. De caráter avançado e inclusivo, assentado na noção de arte (entendida como 'a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos'), o anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma 'Seção dos Museus', que

ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local. Também reivindicava a criação de museus técnicos, dedicados à exposição dos conhecimentos e das práticas envolvidas nos sucessivos ciclos econômicos do Brasil" (IPHAN, 2014, p. 5).

Pode-se considerar que o anteprojeto redigido em 1936, e que foi aporte para a criação do SPHAN, tenha sido o maior trabalho institucional realizado por Mário de Andrade. Nele, percebe-se uma concepção ampliada de patrimônio, que já tensionava os limites das políticas preservacionistas então vigentes. Fragelli (2020) destaca a perspicácia de Mário de Andrade ao tecer um texto tão avançado, com propostas que só seriam incorporadas à legislação brasileira na Constituição de 1988, como, por exemplo, o conceito de patrimônio.

"[...] o conceito de patrimônio que informa o anteprojeto subverte os parâmetros dominantes na década de 1930. Primeiro, porque inclui as manifestações da cultura popular, ampliando, por exemplo, a categoria dos 'monumentos', que passa a abranger não apenas as grandes igrejas, fortalezas ou palácios coloniais e imperiais, mas também casas e capelas populares e até cruzeiros de beira de estrada. Segundo, porque abarca não apenas os 'bens materiais', mas também os intangíveis, como as lendas, a música, as danças, os provérbios etc., bens que Mário chamava de 'tradições móveis'" (FRAGELLI, 2020, p. 146).

Ainda que o anteprojeto de Mário de Andrade não tenha sido, em termos empíricos, fielmente executado e tenha sofrido algumas modificações, a criação do SPHAN constituiu um marco significativo para a cultura brasileira, uma vez que, por meio dele, tornou-se possível, como destaca Rodrigo Melo Franco de Andrade, "[...] poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio" (ANDRADE, 1987, p. 48). O SPHAN foi sendo aperfeiçoado institucional, política e juridicamente para cumprir sua finalidade de "promover de modo permanente o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional" (BRASIL, 1937, p. 5). Nesse processo de institucionalização da preservação, em 30 de novembro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que regulamentou o tombamento como instrumento jurídico de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A partir desse marco, consolidou-se um modelo institucional de preservação que, ao definir critérios para o reconhecimento e a proteção dos bens culturais, também implicou processos de seleção daqueles considerados representativos da história e da identidade nacional.

O tombamento constitui um instrumento jurídico de proteção do patrimônio

cultural, por meio do qual o poder público reconhece e preserva bens considerados de valor histórico, artístico ou cultural. Trata-se de um ato administrativo realizado pelas esferas federal, estadual ou municipal, com o objetivo de assegurar a preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para a sociedade. Segundo o Dicionário do IPHAN, em verbete elaborado pela professora e jurista Sonia Rabello de Castro:

"[...] tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos. O interesse público da preservação de bens culturais por meio do tombamento está fundamentado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (CF). Esses artigos constitucionais estão inseridos na seção da Constituição Brasileira denominada Da Cultura, que estabelece as bases dos direitos culturais como um direito coletivo difuso de todos, qual seja, o direito coletivo difuso à preservação do patrimônio cultural para fruição pela sociedade brasileira" (CASTRO, 2015, p. 2-3).

O arquiteto Carlos Lemos comenta que:

"[...] o tombamento se incorporou ao cenário jurídico brasileiro, sendo o instrumento básico de proteção dos bens culturais do país. [...] Ao instituir o tombamento no Decreto-Lei 25/37, equacionava-se juridicamente a questão do direito individual à propriedade, concomitante à preservação do bem cultural" (LEMOS, 1985, não paginado).

Santos (2012) esclarece que foram criados quatro Livros do Tombo para a inscrição dos bens materiais: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Tombo Histórico; Tombo das Belas Artes; e Tombo das Artes Aplicadas (SANTOS, 2012, p. 73). Consequentemente, com a instituição jurídica do tombamento, "para a adequação do ponto de vista legal da referida questão, tornou-se necessária a limitação da incidência normativa do conceito de patrimônio" (PEDRAZANI, 2022, p. 30). Essa estrutura institucional demonstra que a preservação patrimonial passou a ser orientada por critérios legais e técnicos que definiam quais bens seriam incorporados à memória oficial do país.

De acordo com a legislação iphaniana, o Decreto-Lei nº 25/1937 estabelecia que:

"Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (IPHAN, 1937, não paginado).

De concepção mais sucinta do que a proposta apresentada por Mário de Andrade em seu anteprojeto, Sonia Rabello de Castro esclarece que o Decreto-Lei nº 25/1937 permaneceu

vigente até a promulgação da Constituição Federal de 1988, período em que o patrimônio era compreendido predominantemente como patrimônio histórico e artístico nacional. Nessa perspectiva, o tombamento consolidou-se como um importante instrumento de preservação da memória, na medida em que atribuía reconhecimento oficial a determinados bens culturais. Como observa Santos (2012, p. 34), o tombamento constitui um "documento de identidade da nação brasileira, que autentica e afirma a existência do Brasil". Ao definir o que deveria ser preservado, o Estado também definia quais memórias seriam institucionalizadas e transmitidas às gerações seguintes, aspecto fundamental para compreender o processo de patrimonialização analisado nesta pesquisa.

Integrado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES), na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação, o SPHAN tinha como missão proteger e conservar os bens culturais e a memória nacional. Como destaca Santos (2012, p. 75), "não se pode esquecer que a produção da memória nacional se constituiu em um potente instrumento propiciador de reflexão sobre a brasilidade, revelando o caráter transformador das políticas de produção da memória nacional".

Desde sua fundação, em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o órgão governamental criado para regulamentar e promover a preservação do patrimônio brasileiro passou por sucessivas alterações em sua estrutura administrativa e em sua nomenclatura. Em 1946, passou a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, o órgão foi desmembrado entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável pela formulação normativa, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), responsável pela execução das políticas patrimoniais. Em 1990, ambas as instituições foram reunificadas sob a denominação de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Por fim, mediante a Medida Provisória nº 752, de 1994, o órgão voltou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nomenclatura que permanece até os dias atuais. Apesar dessas alterações administrativas, seus objetivos institucionais permaneceram voltados à formulação, execução e fiscalização das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está vinculado ao Ministério da Cultura e possui uma estrutura composta por Conselho Consultivo, Conselho Diretor e Superintendências Estaduais distribuídas por todas as unidades da Federação. O IPHAN é ainda hoje responsável pela implementação de políticas públicas de preservação, fiscalização dos bens culturais e desenvolvimento de ações de educação patrimonial. Antes de sua criação, a proteção do patrimônio era exercida de maneira descentralizada pelas autoridades estaduais e municipais, o que

resultava em iniciativas descontínuas e critérios variados de preservação. A criação do IPHAN representou um marco na institucionalização da política patrimonial brasileira, estabelecendo diretrizes nacionais para a identificação, proteção e valorização dos bens culturais.

Não obstante, estudiosos como Paulo Knauss, Valter Caldana, Márcia Chuva, Henrique de Carvalho e Leticia Vianna destacam a relevância do órgão na consolidação da política patrimonial brasileira e na construção da identidade nacional. Nesse sentido, o arquiteto e urbanista Valter Caldana, em entrevista concedida à revista IstoÉ, afirma que: "(...) o Brasil não seria o Brasil sem o IPHAN. O IPHAN é fruto de um momento em que havia um projeto de país e foi um dos instrumentos mais importantes e eficientes para que esse projeto se consolidasse" (ISTOÉ, 2021, não paginado).

Cronologicamente, é possível identificar duas fases principais na trajetória do IPHAN. Entre 1937 e 1967, desenvolveu-se a denominada "fase heroica", expressão que "designa o período de trinta anos em que o órgão foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade" (FONSECA, 2005, não paginado). Durante esse período, as ações do instituto privilegiaram, sobretudo, núcleos urbanos históricos que funcionavam como "cidades-polo" nas diferentes regiões do país:

"[...] Em sua maioria, mostram a influência portuguesa e mantêm cenários urbanos, palcos de manifestações culturais tradicionais, ainda bem preservados. Têm sua formação relacionada a processos históricos como a exploração econômica com o cultivo de cana-de-açúcar, algodão, café ou fumo e da extração da borracha, além da mineração de ouro e diamantes no interior" (IPHAN, 2014, não paginado).

Embora essa política tenha sido fundamental para a consolidação da preservação patrimonial no Brasil, seus critérios privilegiaram bens associados à herança colonial portuguesa, à arquitetura monumental e às narrativas oficiais da formação nacional, deixando em segundo plano outras experiências culturais e sociais. Essa característica é importante para compreender os processos de patrimonialização analisados nesta dissertação de mestrado, uma vez que evidencia como a seleção dos bens culturais também reflete disputas de memória e de representação do passado.

Conforme a pesquisadora brasileira Julia Wagner Pereira, o "termo heroico justificar-se-ia pela atuação exemplar e a extrema dedicação à causa patrimonial dos intelectuais e profissionais envolvidos" (PEREIRA, 2009, p. 34), o que contribuiu para a construção de um discurso de valorização daqueles que atuaram na consolidação do órgão, sobretudo diante da escassez de recursos financeiros e humanos. Ainda que em condições adversas, durante esse período ocorreu o fortalecimento institucional do IPHAN e a implementação de medidas voltadas à preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Ao longo dessa fase, o instituto:

"[...] concentrou-se em não deixar que as edificações civis e religiosas, semiabandonadas ou deficientemente utilizadas, desabassem, desaparecessem por ruína. A par disso, toda uma atividade para sensibilizar a população quanto ao valor e à importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes teve que ser empreendida com caráter permanente, por meio de publicações técnicas, da divulgação jornalística, da criação de museus regionais, da organização de exposições, além de outras iniciativas educacionais e culturais" (SPHAN, 1980, p. 19).

Rodrigo Melo Franco de Andrade dedicou-se à valorização da história nacional, empenhando-se na identificação e preservação dos monumentos arquitetônicos brasileiros e utilizando o tombamento como principal instrumento de proteção patrimonial. Nesse contexto, a condição de monumento e sua inscrição em um dos Livros do Tombo constituíam requisitos fundamentais para o reconhecimento e a preservação oficial dos bens culturais. Esse processo contribuiu para a consolidação de uma concepção de patrimônio centrada, sobretudo, nos bens edificados.

Embora essa política de seleção e preservação patrimonial tenha conquistado reconhecimento nacional, também apresentou limitações importantes. Durante décadas, a compreensão de patrimônio permaneceu predominantemente vinculada às edificações monumentais. Em um contexto de governo autoritário, que buscava, sobretudo, “a promoção do registro da nação, tornar visível a face da nação brasileira não mais a partir da incorporação de traços da natureza como no romantismo, mas através da identificação de tradição cultural que tivesse duração no tempo e visibilidade no espaço” (SANTOS, 2012, p. 74), o IPHAN procurou estruturar-se em todas as regiões brasileiras. Tal seletividade evidencia os limites dessas políticas, especialmente no que diz respeito à exclusão de outras formas de expressão cultural.

No Norte, os conjuntos urbanos tombados durante a fase heroica do IPHAN, localizados em Vila Serra do Navio (AP), Manaus (AM), Belém (PA), Natividade (TO) e Porto Nacional (TO), evidenciam a valorização de cidades relacionadas à exploração dos recursos naturais da Amazônia, especialmente da borracha e do manganês. Nos primeiros anos do século XX, Manaus era considerada a metrópole da borracha, circunstância que favoreceu a contratação de arquitetos e paisagistas europeus para projetar uma cidade inspirada nos modelos arquitetônicos então considerados representativos da modernidade.

O resultado foi a estruturação de um "espaço urbano composto por monumentos, arquitetura corrente e áreas livres públicas, formando um conjunto que celebra e representa o ecletismo no norte do país" (IPHAN, 2014, não paginado). As ruas retas e longas, as calçadas revestidas com granito e pedras de lioz, bem como as praças, os jardins, os monumentos e o Teatro

Amazonas fizeram de Manaus uma das principais expressões da modernidade urbana na Amazônia durante o ciclo da borracha.

Não muito distante dali, em meados do século XIX, Belém, que surgiu a partir da construção de uma fortificação, adquiriu características de cidade portuária e

"[...] se beneficiou com a industrialização iniciada pela Inglaterra. Nessa época, a cidade viveu seu apogeu econômico e cultural, entre 1890 e 1920. Surgiu, então, a Belém da Belle Époque, com seus prédios luxuosos e toda a influência estrangeira por meio das levas de imigrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho. Os ideais de conforto e saneamento urbano foram financiados pelo saldo comercial favorável" (IPHAN, 2014, não paginado).

Natividade e Porto Nacional foram incorporadas à região Norte somente após a Constituição de 1988; anteriormente, pertenciam à região Centro-Oeste, por integrarem o estado de Goiás. Natividade destacou-se economicamente em razão da expansão da atividade mineradora nos séculos XVIII e XIX. Porto Nacional, embora também tenha sua história vinculada à mineração, consolidou-se sobretudo por sua posição estratégica às margens do rio Tocantins, "por ser um porto do rio Tocantins e por ter se transformado em importante entreposto comercial para negociantes que faziam a viagem em botes pelo rio, de Palmas até Belém, de onde o ouro seguia para a Europa" (IPHAN, 2014, não paginado). Observa-se, entretanto, que essa narrativa patrimonial privilegia os processos econômicos e urbanos, dedicando pouca atenção à participação histórica das populações indígenas na constituição desses territórios.

Na região Nordeste, o patrimônio histórico e artístico tombado relaciona-se, em grande medida, à economia açucareira e aos antigos núcleos urbanos formados próximos aos rios e aos portos. As cidades de Marechal Deodoro (AL), Penedo (AL), Piranhas (AL), Cachoeira (BA), Igatu (Andaraí-BA), Itaparica (BA), Lençóis (BA), Monte Santo (BA), Mucugê (BA), Porto Seguro (BA), Rio de Contas (BA), Salvador (BA), São Félix (BA), Aracati (CE), Icó (CE), Sobral (CE), Viçosa do Ceará (CE), Alcântara (MA), São Luís (MA), Areia (PB), João Pessoa (PB), Goiana (PE), Igarassu (PE), Olinda (PE), Recife (PE), Oeiras (PI), Parnaíba (PI), Piracuruca (PI), Natal (RN), Laranjeiras (SE) e São Cristóvão (SE) compõem os conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN na região.

A arquitetura religiosa resultou da presença de ordens missionárias, especialmente franciscanos (Alagoas e Pernambuco), beneditinos (Bahia) e carmelitas (Maranhão e Pernambuco). Ao longo dos séculos, as construções religiosas evoluíram das primeiras estruturas em palha e pau a pique para os expressivos exemplares barrocos preservados até a atualidade. Igrejas, conventos e fortalezas figuram entre os principais bens tombados desse período. Entre eles destaca-se o Forte dos

Reis Magos, em Natal (RN), construído para a defesa do território contra invasões estrangeiras e que, no século XX, voltou a desempenhar papel estratégico ao sediar bases militares das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial (IPHAN, 2014, não paginado).

A região Nordeste reúne, de forma particularmente expressiva, bens patrimoniais relacionados ao período colonial brasileiro, cuja preservação reflete a importância atribuída aos antigos centros administrativos, religiosos e econômicos da colonização portuguesa. Esse panorama evidencia que a política patrimonial da fase heroica privilegiou espaços vinculados ao período colonial, às atividades econômicas de exportação e à presença das ordens religiosas, reforçando uma determinada narrativa sobre a formação histórica do país.

Na Figura 2 são apresentados alguns desses conjuntos urbanos, contemplando as cidades de Manaus (AM) e Belém (PA), na região Norte, e Piranhas (AL), Olinda (PE), Laranjeiras (SE) e Rio de Contas (BA), no Nordeste. Mais do que ilustrar os bens tombados, a figura permite visualizar os padrões de seleção patrimonial adotados pelo IPHAN durante sua fase heroica, evidenciando a predominância de centros urbanos coloniais e de edificações associadas aos ciclos econômicos considerados fundadores da história nacional.

Figura 02 – Bens culturais das regiões Norte e Nordeste tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)⁵.



Fonte: Google Imagens.

⁵01- Teatro Usina Chaminé (Manaus - AM), 02- Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Belém - PA), 03- Centro Histórico (Piranhas - AL), 04- Praça da Matriz (Rio de Contas - BA), 05- Centro Histórico (Olinda - PE), 06- Igreja de São Benedito (Laranjeiras - SE).

A partir da imagem apresentada, é possível observar que a composição imagética evidencia a predominância de edificações religiosas e centros históricos coloniais. Essa seleção revela que o processo de patrimonialização privilegiou marcos associados à colonização, em detrimento de outras expressões culturais. A ausência de referências visuais às populações indígenas, afrodescendentes ou às manifestações imateriais reforça o caráter seletivo dessas políticas. Assim, a imagem não constitui mera ilustração dos bens tombados, mas um documento histórico que evidencia os critérios de seleção patrimonial adotados pelo IPHAN durante sua fase heroica, revelando quais referências culturais foram legitimadas como representativas da identidade nacional.

Nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a mineração do ouro e a decisão de garantir as fronteiras conquistadas por Portugal marcaram a fundação de suas principais cidades. Corumbá teve importante papel na definição dos limites territoriais com a América espanhola, em área de fronteira com o rio Paraguai. Cáceres, além de ser considerada um marco na estratégia de proteção, participou do desenvolvimento da região após a Guerra do Paraguai. Em Cuiabá, as disputas pelas fronteiras, os efeitos dessa guerra e a descoberta de ouro definiram os eixos de ocupação do povoado que daria origem à atual capital. Campo Grande cresceu sob a influência da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, muito importante para o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro no início do século XX (IPHAN, 2014, não paginado).

Por conseguinte, o patrimônio no Centro-Oeste articula-se diretamente à lógica de fronteira e à consolidação territorial do Estado brasileiro. A região Centro-Oeste contrasta o legado dos bandeirantes do século XVIII com o modernismo da construção de Brasília. Contudo, Brasília (DF), Corumbá de Goiás (GO), Goiânia (GO), Goiás (GO), Pilar de Goiás (GO), Pirenópolis (GO), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Cáceres (MT) e Cuiabá (MT), ainda que de formas distintas, ratificam a importância aurífera para o desenvolvimento e a consolidação da região, além, é claro, da preservação arquitetônica de estilos distintos, como o barroco-colonial original em Goiás, o neoclássico, o eclético e o art déco em Mato Grosso. Destaca-se, ainda, a baixa visibilidade de grupos indígenas na narrativa patrimonial oficial, como os Chiquitano, evidenciando limites dessas políticas de preservação.

Na Figura 3, podem-se contemplar alguns dos bens culturais tombados pelo IPHAN na região Centro-Oeste durante a fase heroica, entre eles o Marco do Jauru e o Cais do Porto Mário Corrêa, em Cáceres (MT), o Casario do Porto, em Corumbá (MS), o Beco do Candeeiro, no Centro Histórico de Cuiabá (MT), a Igreja Catedral de Brasília (DF) e a Igreja Matriz de Pirenópolis (GO). Mais do que ilustrar esses conjuntos urbanos, a figura evidencia os critérios de seleção patrimonial adotados pelo IPHAN. Observa-se a predominância de cidades associadas à ocupação da fronteira oeste, como Cáceres e Corumbá; à mineração aurífera, como Cuiabá e Pirenópolis; e ao projeto modernizador do Estado brasileiro, representado por Brasília. A seleção desses núcleos urbanos

revela a valorização de processos históricos considerados fundadores da nacionalidade, enquanto outras experiências sociais e culturais permaneceram à margem das políticas de preservação. Essa leitura é particularmente relevante para esta pesquisa, pois permite compreender que o tombamento de Cáceres não constitui um caso isolado, mas integra uma política nacional de patrimonialização orientada por critérios históricos, políticos e simbólicos definidos pelo IPHAN.

Figura 03 – Bens culturais da região Centro-Oeste tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)



Fonte: Google Imagens.

A análise da imagem permite observar que a patrimonialização na região está associada não apenas a aspectos econômicos, como a mineração, mas também a estratégias de afirmação territorial. Elementos como o Marco do Jauru evidenciam o uso do patrimônio como marcador simbólico da soberania nacional. A imagem demonstra que a seleção patrimonial privilegiou bens relacionados à ocupação do território, à consolidação das fronteiras e aos ciclos econômicos considerados estruturantes da formação do Estado brasileiro.

Na região Sudeste, é possível contemplar verdadeiros museus a céu aberto. Cataguases (MG), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Mariana (MG), Ouro Preto (MG), Paracatu (MG), São João del Rei (MG), Serro (MG) e Tiradentes (MG) expõem:

"[...] aos olhos de todos, ao longo das ruas, em pequenas e acolhedoras cidades erguidas entre as montanhas ou junto ao mar e emolduradas pela vegetação da Mata Atlântica. O ouro — mola propulsora do processo de desbravamento e ocupação do interior do Brasil durante a colonização portuguesa — gerou a riqueza com a qual foi construído esse patrimônio cultural" (IPHAN, 2014, não paginado).

Vila Histórica de Mambucaba (Angra dos Reis), Arraial do Cabo, Cabo Frio, Nova Friburgo, Paraty, Petrópolis, Rio de Janeiro e Vassouras são cidades fluminenses contempladas pelas políticas de preservação do IPHAN.

No estado de São Paulo, a Aldeia de Carapicuíba originou-se de um aldeamento jesuíta e destaca-se pela preservação de sua configuração urbanístico-arquitetônica original, constituindo uma das doze aldeias fundadas pelo padre José de Anchieta para a catequese dos indígenas. Em Iguape, a arquitetura reúne técnicas construtivas brasileiras e orientais, testemunhando a presença e a contribuição dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira. A Vila de Paranapiacaba, no município de Santo André, evidencia a influência inglesa na arquitetura e na tecnologia ferroviária introduzida pela companhia São Paulo Railway para atender à exportação do café. Já São Luiz do Paraitinga preserva características do período áureo da economia cafeeira, quando o rio Paraitinga constituía importante via de escoamento do café e do ouro para os portos do litoral brasileiro (IPHAN, 2014, não paginado).

Na região Sul, os conjuntos urbanos tombados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul refletem diferentes processos de ocupação do território brasileiro. Conforme o IPHAN (2014), os "povoados surgiram ao redor das primeiras minas de ouro do Brasil, das colônias dos imigrantes e a partir de fortificações erguidas por Portugal — no litoral e nas fronteiras — para evitar a presença de espanhóis e franceses que tentaram se estabelecer nesses territórios".

No Rio Grande do Sul, Porto Alegre, General Câmara, Jaguarão e Santa Tereza reúnem bens culturais relacionados às disputas territoriais entre Portugal e Espanha e à Revolução Farroupilha (1835-1845). Também se destacam os remanescentes da colonização açoriana, os núcleos coloniais italianos e os casarões portugueses preservados nos conjuntos urbanos tombados (IPHAN, 2014, não paginado).

Antonina (PR), Lapa (PR), Paranaguá (PR), Antônio Prado (RS), Novo Hamburgo (RS), Pelotas (RS), Itaiópolis (SC), Laguna (SC) e São Francisco do Sul (SC) completam o conjunto de cidades assistidas pelo IPHAN na região Sul.

Na Figura 4 apresentam-se Ouro Preto, Tiradentes, Vila Histórica de Mambucaba, Laguna, Paranaguá e Jaguarão, selecionadas por representarem diferentes processos considerados fundamentais na narrativa histórica construída pelo IPHAN: a mineração, a colonização portuguesa, a imigração europeia, a expansão ferroviária e a defesa das fronteiras meridionais. Mais do que ilustrar esses conjuntos urbanos, a figura evidencia como a política patrimonial da fase heroica privilegiou bens associados à ocupação territorial e às experiências históricas consideradas fundadoras da identidade nacional.

Figura 04 – Bens culturais das regiões Sudeste e Sul, tombados na fase heroica iphaniana (1937–1967)⁶.



Fonte: Google Imagens.

A imagem comprova a concentração de bens patrimoniais em regiões historicamente centrais, reforçando desigualdades na distribuição das políticas patrimoniais no território brasileiro. A concentração de bens patrimoniais nessas regiões evidencia a prioridade conferida, durante a fase heroica do IPHAN, aos centros históricos vinculados à colonização portuguesa e aos principais ciclos econômicos do país, contribuindo para uma distribuição desigual das políticas de preservação no território nacional.

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) salienta que, com respaldo do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, "na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, ocorre o período com o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco" (FONSECA, 2005). A autora acrescenta que "até o final de 1969 foram tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais" (FONSECA, 2005, p. 125).

Esses dados reforçam a predominância de determinados tipos de patrimônio,

⁶01- Câmara municipal de Ouro Preto, atual Museu da Inconfidência (Ouro Preto - MG), 02- Igreja de Santo Antônio (Tiradentes - MG), 03- Centro Histórico (Vila de Mambucaba -RJ), 04- Centro Histórico (Laguna - SC), 05- Centro Histórico (Paranaguá - PR), 06- Ruínas da Enfermaria Militar (Jaguarão do Sul - RS).

especialmente o arquitetônico e o religioso. Tais medidas colaboraram para que o órgão alcançasse "significativo prestígio internacional e deixasse um legado considerável para a cultura brasileira, quer no volumoso número de bens culturais salvos do desaparecimento, quer na criação de uma consciência sobre a matéria" (SPHAN, 1980, p. 19). Foi nesse contexto que se consolidou a valorização dos chamados monumentos de "pedra e cal", privilegiando edificações e conjuntos urbanos de matriz luso-cristã, considerados representativos da história e da identidade nacional. Essa política consolidou um modelo de preservação voltado prioritariamente aos bens materiais, sobretudo igrejas, edifícios públicos e conjuntos urbanos coloniais, que passaram a representar oficialmente a memória nacional.

O legado de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do IPHAN no processo de construção do patrimônio no Brasil é inegável. Tanto que suas políticas foram replicadas em administrações seguintes. Entretanto, a predominância de uma perspectiva esteticista, centrada na preservação do patrimônio edificado e na valorização das realizações das elites, limitou o reconhecimento de outras experiências históricas e culturais. Ainda assim, a fase heroica do IPHAN foi decisiva para a preservação de inúmeros monumentos nacionais e para a consolidação das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural. Essa aparente contradição evidencia que o legado da fase heroica deve ser compreendido tanto pelos avanços institucionais que promoveu quanto pelos limites dos critérios de seleção patrimonial que adotou.

Enquanto Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), entre os anos de 1967 e 1979, o órgão ficou sob a responsabilidade de Renato Soeiro. Funcionário da instituição desde 1938, Soeiro assumiu a direção após a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em sua administração, as diretrizes fundamentais da política patrimonial foram mantidas, embora o impacto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960 tenha culminado no "crescimento acelerado da economia unido à pressão demográfica nas grandes cidades, nos centros históricos e no aumento do fluxo turístico" (VENEGAS, 2011, p. 80). Esse contexto levou o Brasil a recorrer ao auxílio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para dar continuidade às práticas preservacionistas. Assim, na gestão de Soeiro destacam-se:

"[...] as propostas de aliança da preservação do patrimônio ao desenvolvimento local, a recuperação econômica de áreas abandonadas por meio do turismo, os grandes investimentos da indústria do turismo, o incentivo à formação de Casas de Cultura Popular para a venda de produtos artesanais locais, dentre outros" (VENEGAS, 2011, p. 82).

A partir da década de 1970, começam a ocorrer mudanças significativas no cenário cultural brasileiro, principalmente no que tange às políticas relacionadas à preservação patrimonial.

Em 1970, identificamos uma outra fase, moderna, do IPHAN. Os valores e as demandas da sociedade já não se satisfaziam com as políticas voltadas exclusivamente à preservação dos bens de "pedra e cal", uma vez que tais bens privilegiavam a herança arquitetônica e religiosa de matriz luso-brasileira. Esse contexto favoreceu a ampliação do debate sobre patrimônio, impulsionando a incorporação de novos referenciais conceituais e de diferentes formas de preservação cultural. Para adequar o IPHAN a essa nova realidade, foram realizados dois encontros de governadores. O primeiro, em 1970, denominado Compromisso de Brasília, reconhecia que:

"[...] reconhecia inadiável a necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional" e que "aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional", recomendando a criação de órgãos estaduais e municipais adequados à proteção, sempre em consonância com a instituição federal, procurando uniformidade na legislação (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 140).

O segundo encontro, realizado em Salvador, em 1971, e denominado Compromisso de Salvador, ratificou as diretrizes estabelecidas em Brasília e acrescentou recomendações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística como estratégia associada à preservação do patrimônio (PEDRAZANI, 2022, p. 34). A autora esclarece que:

Ambos os encontros visavam ao estudo da complementação das medidas cabíveis à defesa do patrimônio brasileiro e, também, à oficialização de um movimento que tinha por meta a descentralização. Em 1973, essa ideia é traduzida na criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), tendo como escopo rentabilizar a preservação e a restauração dos bens patrimoniais, tanto em termos econômicos quanto sociais (PEDRAZANI, 2022, p. 34).

Corrêa (2015) destaca que a participação dos estados no Programa de Cidades Históricas - doravante, PCH - "se dava por meio de uma contrapartida financeira mínima de 20% a ser aplicada na execução de obras de infraestrutura, bem como estudos e planos de desenvolvimento local" (CORRÊA, 2015, não paginado).

"[...] a partir de 1976, ampliou-se a possibilidade de investimento em áreas urbanas e obras emergenciais protegidas em qualquer nível da administração pública, desde que houvesse legislação específica de proteção e mecanismos que garantissem a manutenção dos bens restaurados. [...] A indução de novas práticas no IPHAN e em instituições estaduais, provavelmente, é o principal legado do Programa, especialmente nos aspectos conceituais e de gestão trabalhados já ao fim da década de 1960 pelo IPHAN e pela UNESCO. A proposta aberta do PCH possibilitou o exercício conceitual da intervenção em áreas urbanas, qualificando-se as práticas ao longo do processo, juntamente com a entrada de novos atores. [...] No que se refere a

resultados quantitativos, até 1979 foram investidos 17,3 milhões de dólares provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (US\$ 9 milhões no Nordeste, de 1973 a 1979, e US\$ 8,3 milhões no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo de 1977 a 1979). Com esses recursos foram realizadas 143 obras em monumentos (85% dos investimentos); oito cursos de qualificação de mão de obra nos três níveis (superior, intermediário e operário); sete planos urbanísticos; seis obras em espaços públicos (urbanos); e 10 ações de tipos diversos" (CORREIA, 2015, não paginado).

Através dos investimentos feitos pelo PCH se constata que a preservação patrimonial passou a ser compreendida não apenas como uma ação de proteção cultural, mas também como estratégia de desenvolvimento urbano, dinamização econômica e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao patrimônio. A difusão do PCH também contribuiu para que novos debates acerca do patrimônio fossem levantados, em específico no que se refere à própria concepção de patrimônio, que, naquele momento, já se mostrava insuficiente para contemplar a diversidade cultural brasileira. Gradualmente, a noção de patrimônio passou a ampliar-se para além dos monumentos arquitetônicos, incorporando novas categorias de bens culturais e novas formas de compreender a preservação.

As mudanças promovidas durante a fase moderna do IPHAN também se refletiram na ampliação de suas competências institucionais. Nesse contexto, a Portaria MEC nº 230, de 30 de março de 1976, estabeleceu como atribuições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

A catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil; a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe forem subordinados [...] e o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia; a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do país (MEC, 1976, art. 1).

A estrutura regimental acima explanada esteve em vigor até 1998, quando, pelo Decreto nº 2.807, as finalidades da instituição foram “atualizadas”, passando à sua competência:

- I – formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- II – formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para a conservação e preservação do patrimônio cultural;
- III – desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e à incorporação de metodologias, normas e procedimentos para a conservação e preservação do patrimônio cultural;
- IV – promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural;
- V – exercer os poderes discricionário e de polícia administrativa para a proteção do patrimônio cultural brasileiro;

- VI – aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural;
- VII – exercer as competências estabelecidas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (BRASIL, 1998, art. 2).

Com ímpeto transformador, quando, em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a ser presidido por Aloísio Magalhães, ocorreram mudanças significativas nas condutas iphanianas, especialmente quando comparadas à fase heroica que se associa com Rodrigo Melo Franco de Andrade. Enquanto a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937–1967) privilegiou a preservação dos monumentos históricos e da tradição arquitetônica de matriz luso-brasileira, Aloísio Magalhães (1979–1982) passou a defender uma concepção mais ampla de patrimônio, valorizando a pluralidade cultural e a diversidade das manifestações sociais brasileiras. Inserido no contexto de abertura política após anos de regime ditatorial, buscou compatibilizar as ações do órgão de proteção do patrimônio com as necessidades e os interesses desenvolvimentistas da nação, ao mesmo tempo em que procurou aproximar o país dos paradigmas culturais internacionais difundidos pela UNESCO (FONSECA, 2005; ANASTASSAKIS, 2017).

O desmembramento do instituto entre Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória ocorreu durante sua gestão. O designer promoveu mudanças estruturais significativas no órgão, no intuito do desenvolvimento cultural autenticamente brasileiro. Entre os anos de 1979 e 1983, Aloísio Magalhães buscou uma política de patrimônio cultural a partir de um viés antropológico, conferindo visibilidade à diversidade cultural brasileira, referenciando e reinterpretando o passado nacional de maneira singular.

Seu discurso ecoava uma visão antropológica ou etnográfica da cultura, incluindo como patrimônio diversas espécies de objetos e práticas que integram o cotidiano de diferentes segmentos sociais. Mesmo os monumentos e relíquias, classificados como bens patrimoniais, são igualmente considerados como parte da vida cotidiana da população (SANTOS, 1996, p. 87).

Essa mudança representou uma ruptura importante com a concepção predominante durante a fase heroica, ao deslocar o foco da excepcionalidade dos monumentos para os significados culturais produzidos pelos diferentes grupos sociais. Aloísio Magalhães, enquanto porta-voz do “órgão do patrimônio”, incorporou em seus discursos termos que, até então, não compunham a retórica patrimonial no Brasil, como “povo”, “segmentos sociais” e “comunidade”, os quais objetivavam contemplar a pluralidade social brasileira. Esses termos não apenas passaram a ser utilizados, como também contribuíram para que o discurso de Magalhães, reconhecido por organismos internacionais, exercesse influência sobre o texto da Constituição Federal de 1988 no que se refere à concepção de patrimônio, ampliando a gama de bens sujeitos à proteção.

O artigo 216 da Constituição de 1988 destaca que:

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Com a Constituição Federal de 1988, a noção de patrimônio cultural deixa de restringir-se aos bens materiais e passa a reconhecer oficialmente a diversidade cultural brasileira como objeto de proteção do Estado. O patrimônio cultural brasileiro passou a ter o mais amplo significado de sua história, além da anunciada previsão de encargo quanto à promoção e proteção desse patrimônio, bem como do rol de instrumentos a serem empregados nessa tarefa (PEDRAZANI, 2022, p. 36). O especialista em proteção jurídica dos bens culturais, Carlos Frederico Marés, afirma que:

[..] o que a Constituição atual deseja proteger não é o monumento, a grandiosidade de aparência, mas o íntimo valor da representatividade, o profundo da identidade nacional, a essência da nacionalidade, a razão de ser da cidadania. A inclusão de todos estes conceitos na nova Constituição brasileira não é apenas um avanço jurídico, no sentido de inovar na matéria constitucional, mas traz efetivas alterações nos conceitos jurídicos de proteção: 1. Consolida o termo “patrimônio cultural”, que já era usado internacionalmente e estava consagrado na literatura brasileira, mesmo oficial, mas não na lei; 2. Cria formas novas de proteção, como o inventário, o registro e a vigilância; e 3. possibilita a inovação, pelo Poder Público, de outras formas, além do tradicional tombamento e da desapropriação (MARÉS, 1993, p. 23).

A ampliação da concepção de patrimônio cultural estabelecida pela Constituição Federal de 1988 teve novos desdobramentos no campo das políticas de preservação. Em 4 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.551 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, estabelecendo instrumentos específicos para o reconhecimento e a salvaguarda dessas referências culturais. O Registro passou a ser realizado por meio da inscrição dos bens em livros específicos, entre os quais o Livro de Registro dos Saberes, destinado aos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer

relacionados à cultura, à memória e à identidade de grupos sociais⁷.

A criação do instrumento do registro pelo IPHAN representou uma inovação significativa nas políticas patrimoniais brasileiras, pois permitiu o reconhecimento oficial de práticas, conhecimentos e modos de vida que, até então, permaneciam à margem dos instrumentos tradicionais de preservação. Em diferentes regiões do território brasileiro, dispomos, inscritos no Livro dos Saberes e modos de fazer: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – ES; Modo de fazer Viola-de-Cocho – MT/MS; Ofício das Baianas de Acarajé – BA, RJ, CE, SP e DF; Modos de fazer o Queijo Minas Artesanal – MG; Ofício dos Mestres de Capoeira em todas as unidades federativas; Modo de fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora – SE; Ofício de Sineiro – MG; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – AM; Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá – TO, PA, GO e MT; Produção tradicional e práticas socioculturais associadas à Cajuína no Piauí – PI; Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas – PA; Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas: Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre – RS; Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira – SP.

O Livro de Registro das Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;

Reúne os rituais e festas que marcam a vivência coletiva, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos, podendo estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras⁸.

Na região Norte, estão inscritos no Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades o: Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém – PA; Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó – PA; e o Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins – AM. Na região Nordeste, podemos elencar: Festa de Sant’Ana de Caicó – RN; Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão – MA; Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim – BA; Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha – CE; e o Bembé do Mercado – CE. No Centro-Oeste, a Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade – GO; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO; Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê – MT; e Banho de São João de Corumbá e Ladário – MS. Na região Sudeste, elencamos a Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty – RJ. E, no Sul, a Procissão

⁷(Ministério da Cultura, 2006, não paginado).

⁸(Ministério da Cultura, 2006, não paginado).

do Senhor dos Passos de Florianópolis – SC.

No Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas;

Criado para registrar as manifestações artísticas em geral. Formas de expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, consideradas importantes para sua cultura, memória e identidade⁹.

Caracterizam linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas: Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi – AP; Samba de Roda do Recôncavo Baiano – BA; Jongo do Sudeste – SP, RJ, ES e MG; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo – RJ; Frevo – PE; Tambor de Crioula do Maranhão – MA; Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá – TO, PA e MT; Roda de Capoeira em todas as unidades federativas; Toque dos Sinos – MG; Maracatu Nação – PE; Fandango Caiçara – SP e PR; Carimbó – PA; Maracatu de Baque Solto – PE; Cavalo-Marinho – PB e PE; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco – AL, CE, DF, PB, PE, RJ e RN; Caboclinho – PE, RN e SE; Literatura de Cordel – RJ, DF, AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, SE e SP; Marabaixo – AP; Ciranda do Nordeste – AL, PB e PE; Repente – RJ, SP, DF, AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN e SE; Matrizes Tradicionais do Forró – AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, SE, RJ, SP, ES, DF, MG e AC.

O último, e não menos importante, é o Livro dos Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários.

Nele são inscritos mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Os lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, nos quais são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais¹⁰.

Compõem o supramencionado livro: Cachoeira da Iauaretê: Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM); Feira de Caruaru (PE); Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani (RS); e Feira de Campina Grande (PB). Com a instituição do registro, há o reconhecimento formal de bens culturais fundamentais para a identidade brasileira. Na medida em que são transmitidos de geração em geração, transformam-se e se adaptam às condições do presente,

⁹(Ministério da Cultura, 2006, não paginado).

¹⁰(Ministério da Cultura, 2006, não paginado).

esses bens expressam a própria ideia de herança que permeia o patrimônio. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os bens culturais imateriais passíveis de registro são aqueles que "detêm continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e constituem referências culturais para os grupos formadores da sociedade brasileira" (IPHAN, 2006).

A partir dos processos de patrimonialização, o IPHAN consolidou narrativas que contribuíram para produzir, legitimar e difundir determinadas interpretações da história, da identidade e da memória nacional. Mais do que proteger bens culturais, a atuação do órgão definiu referências consideradas representativas da nação, ao mesmo tempo em que outras experiências históricas permaneceram menos visíveis nas políticas de preservação. A trajetória do IPHAN evidencia que o patrimônio, longe de constituir-se como herança neutra do passado, resulta de processos históricos de seleção, valorização e exclusão, articulados a projetos políticos e culturais específicos. A patrimonialização, portanto, não apenas preserva bens, mas produz narrativas sobre a nação, definindo quais memórias são legitimadas e quais permanecem à margem.

2.2 A PATRIMONIALIZAÇÃO IPHANIANA EM REGIÕES DE FRONTEIRA

A patrimonialização refere-se aos processos de reconhecimento, valorização e institucionalização de bens culturais, por meio dos quais determinados elementos são selecionados e convertidos em patrimônio. Empiricamente, a patrimonialização consiste em processos de reconhecimento, proteção e preservação de bens culturais, naturais e históricos. Contudo, não se restringe à adoção de mecanismos jurídicos ou administrativos de preservação. Trata-se de um processo social e político, permeado por disputas de poder, no qual determinados bens, práticas e memórias são legitimados como representativos de uma coletividade, enquanto outros permanecem invisibilizados. A patrimonialização não se limita à preservação, mas envolve disputas simbólicas e políticas sobre o que deve ser lembrado e valorizado, o que, na prática, significa definir quais grupos sociais terão suas memórias reconhecidas e quais permanecerão às margens.

Assim, a longevidade de um objeto físico ou abstrato está sempre ligada ao reconhecimento cultural, simbólico ou econômico que recebe da comunidade. À vista disso, o termo patrimonialização refere-se à criação de sistemas de proteção a esse patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Entretanto, esse reconhecimento não ocorre de forma espontânea, sendo mediado por instituições e agentes que operam a seleção desses bens, o que reforça a dimensão política do processo.

O historiador francês Dominique Poulot, especialista em museus e patrimônio

histórico, enfatiza que, ao longo dos últimos dois séculos, várias nações elaboraram e implementaram políticas com o desígnio de preservar e conservar o patrimônio cultural de seus territórios. Sandi Mumbach (2023) aprofunda essa natureza da patrimonialização e complementa que "mais que efetivamente preservar dispositivos materiais, a patrimonialização implicou em processos de negociação e seleção de referenciais do passado, de construção de narrativas e discursos que afirmassem e reafirmassem a legitimidade da preservação" (MUMBACH, 2023, p. 80). Nessa perspectiva, a patrimonialização pode ser compreendida como um processo de construção de representações sociais. Conforme Roger Chartier (1990), as representações não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente de sua produção, legitimando determinadas interpretações do passado em detrimento de outras. Assim, a patrimonialização não apenas preserva bens culturais, mas também produz narrativas historicamente situadas sobre aquilo que passa a ser reconhecido como patrimônio. Torna-se, assim, evidente que a patrimonialização não apenas conserva o passado, mas o reconstrói discursivamente, produzindo versões específicas da história que atendem a interesses determinados.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve avanços significativos, em âmbito internacional, para o reconhecimento de bens culturais que, mesmo estando sob a soberania de um determinado país, possuíam importância em nível global. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aprovou tratados internacionais específicos para proteger o chamado "Patrimônio Cultural da Humanidade". Esses processos evidenciam que a patrimonialização está diretamente vinculada à construção de narrativas legitimadoras sobre o passado. Contudo, a universalização desses critérios também pode implicar a padronização de modelos de patrimonialização, muitas vezes desconsiderando especificidades locais e regionais, especialmente em contextos periféricos.

A exemplo, destaca-se a Convenção de 1972. Realizada em Paris, aos 23 dias do mês de novembro, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural engendrou parâmetros como: a obrigação de os Estados implementarem, nacionalmente, medidas de identificação, proteção, preservação, valorização e transmissão às futuras gerações do patrimônio cultural e natural em seus territórios; a obrigação de, por meio do estabelecimento de um sistema de cooperação e assistência internacional, apoiarem tais medidas, caso o Estado no território em que tal patrimônio está localizado assim o solicite; a criação da lista conhecida como Patrimônio Mundial, a partir dos inventários submetidos pelos Estados e da decisão do Comitê do Patrimônio Mundial; bem como o respeito à soberania dos Estados no território em que o patrimônio cultural e natural está localizado, mesmo quando os bens forem considerados patrimônio de todos os povos do mundo. A Convenção de 1972 representa um marco na internacionalização das políticas patrimoniais, ao

consolidar critérios comuns de reconhecimento e preservação. Ao mesmo tempo, evidencia as tensões entre a universalização desses parâmetros e as especificidades históricas, culturais e políticas de cada contexto nacional e regional. A internacionalização dessas políticas amplia o alcance da patrimonialização, inserindo-a em dinâmicas globais de reconhecimento e valorização cultural.

Em 2012, foi estabelecido, no Cone Sul da América, o Mercosul Cultural, que reúne ministros da área da cultura e outras autoridades especializadas dos países que integram o bloco. Essa iniciativa inclui a Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), órgão permanente com coordenação executiva. Elaborado para fortalecer os mecanismos e ferramentas de gestão da área cultural dos países que fazem parte dele, o Mercosul Cultural conta com a presença de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela como membros, e Bolívia, Chile, Equador, Peru e Colômbia como países associados. A responsabilidade dos Estados participantes na proteção desses bens evidencia a institucionalização da patrimonialização em escala regional. A atuação conjunta dos Estados demonstra que a patrimonialização ultrapassa os limites nacionais, constituindo-se também como instrumento de integração política, cultural e diplomática entre os países do bloco. No entanto, mesmo em escala regional, esses processos não estão isentos de hierarquizações, podendo reproduzir desigualdades entre países centrais e periféricos dentro do próprio bloco.

Sob a influência da abordagem adotada pela UNESCO, a Decisão nº 21, de 2014, do Conselho do Mercado Comum aprovou o Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do Mercosul, confirmando sua importância como um elemento que contribui para reforçar a identidade cultural regional e promover o diálogo, a integração e o desenvolvimento regional. Assim, o processo de valorização dos bens segue práticas e etapas semelhantes às definidas pela Convenção de 1972. A instituição da Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul (LPCM), de 2014, por exemplo, exemplifica essa afirmativa. Observa-se, assim, que os mecanismos de patrimonialização desenvolvidos no âmbito do Mercosul dialogam diretamente com os referenciais consolidados pela UNESCO, adaptando-os às especificidades do contexto sul-americano sem abandonar a lógica institucional de seleção e reconhecimento dos bens culturais.

Existem semelhanças operacionais, como: a apresentação das candidaturas é responsabilidade de pelo menos um dos Estados-membros do bloco; as orientações para a gestão do bem cultural são detalhadas no Dossiê de Candidatura, sendo o país proponente responsável por sua preservação e/ou salvaguarda; a candidatura passa por avaliação da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC) e, se aprovada, a chancela é oficializada pela Reunião de Ministros da Cultura. As hipóteses regulamentares estão relacionadas a conceitos de união, promoção, comunidade e compartilhamento no espaço regional.

A LPCM busca refletir aspectos que promovam a integração dentro do Mercosul,

deixando de lado os conflitos regionais. Esse apagamento dos conflitos revela uma tentativa de construção de uma identidade regional harmonizada, que pode obscurecer tensões históricas e desigualdades existentes no espaço fronteiriço. Contudo, em caso de não cumprimento das medidas de preservação e/ou salvaguarda do bem cultural, após a prestação de esclarecimentos, pode-se decidir pela exclusão do mesmo, retirando-o da LPCM. Esses procedimentos reforçam o caráter normativo e institucional dos processos de patrimonialização.

O primeiro bem reconhecido como Patrimônio Cultural do Mercosul foi a Ponte Internacional Barão de Mauá, erguida sobre o Rio Jaguarão, que conecta as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai. Esse importante projeto de infraestrutura tinha como objetivo principal promover a união política, econômica e cultural entre os dois países vizinhos da região. Também são reconhecidos como bens culturais no Mercosul: La Payada – Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai; Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos – Brasil e Argentina; e a Serra da Barriga (AL) – região do Quilombo dos Palmares. Desses bens culturais mencionados, apenas a Ponte Internacional Barão de Mauá e as Missões Jesuíticas Guaranis estão situadas em regiões de fronteira, ou melhor, em territórios fronteiriços, como denominam os estudos acadêmicos.

A imagem a seguir pode ser compreendida como fonte histórica, na medida em que evidencia como uma infraestrutura fronteiriça é mobilizada simbolicamente para representar a integração entre os países do Mercosul. Mais do que registrar a existência da Ponte Internacional Barão de Mauá, ela expressa uma narrativa política de cooperação regional, construída a partir da valorização de um patrimônio compartilhado. Assim, enquanto documento histórico, a imagem permite analisar como o patrimônio também participa da produção de discursos sobre integração, identidade regional e fronteira.

Abordar as questões relacionadas à patrimonialização em áreas de fronteira do Brasil implica a problematização dos desafios e conflitos envolvidos na manutenção do patrimônio cultural nesses locais. Tendo em consideração que a preservação do legado cultural deve ser compreendida em sua dimensão espacial, atentemo-nos às concepções de espaço, fronteira e região, em diálogo com a Geografia. Mais do que categorias geográficas, esses conceitos constituem construções históricas e sociais, fundamentais para compreender os processos de patrimonialização em contextos fronteiriços. Nesse sentido, o patrimônio também resulta de processos de seleção, apropriação e atribuição de sentidos (CANCLINI, 1994). A patrimonialização em regiões de fronteira adquire, portanto, especificidades próprias.

Figura 05 – Ponte Internacional Barão de Mauá, entre Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai)



Fonte: Kelly da Silva, 2019. Wikimedia Commons. Licença CC BY-SA 4.0.

Com o avanço da historiografia no século XX, a ideia de espaço foi expandida: do espaço tangível ao espaço que envolve relações sociais, políticas e imaginativas, bem como à concepção do espaço como um campo de forças que pode influenciar a compreensão das práticas sociais. O professor e historiador brasileiro José D'Assunção Barros compreende o espaço como "lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores" (BARROS, 2005, p. 97). Barros permite a compreensão do espaço como produto das relações históricas e sociais, ultrapassando sua dimensão exclusivamente física e incorporando os significados produzidos pelos sujeitos que o vivenciam.

A fronteira e o limite territorial entre dois Estados constituem um espaço ou local mapeado por sua dimensão física e material, adquirindo representação e contornos no imaginário social por sua configuração imaterial ou simbólica. A fronteira desempenha um papel importante na definição da identidade cultural e do pertencimento político dos habitantes. Esse aspecto simbólico permite a caracterização e definição das diferentes regiões com base nos processos históricos e sociológicos que moldam o espaço geográfico como objeto de estudo acadêmico ou literário. Os limites territoriais demarcam as áreas de domínio nacional e incluem uma região intermediária com

diversas interpretações: um território com identidade distinta, no qual a cultura desempenha um papel fundamental na integração. Assim, a fronteira deixa de ser compreendida apenas como linha de separação entre Estados e passa a constituir um espaço de circulação, negociação e produção de identidades. Dito de outro modo, a fronteira deve ser compreendida não apenas como limite geográfico, mas como espaço de interação e produção cultural.

No caso de Cáceres (MT), essa dinâmica fronteiriça é fundamental para compreender os processos de patrimonialização, uma vez que a cidade se insere em um espaço de trocas culturais com a Bolívia. Para Duarte (2005):

Fronteiras são construções. São processos social e historicamente — vale dizer, simbolicamente — produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade (DUARTE, 2005, p. 17).

O trecho anterior reforça que a fronteira deve ser compreendida como processo histórico em permanente transformação, e não como limite fixo ou exclusivamente administrativo. Essa compreensão é especialmente relevante para Cáceres, cuja formação histórica esteve marcada pelas relações estabelecidas com o espaço fronteiriço boliviano. Considerando que as fronteiras articulam uma realidade abrangente que envolve aspectos econômicos, financeiros, fiscais, diplomáticos, militares e políticos, a ideia de fronteira tornou-se fundamental para a história com o estabelecimento dos limites territoriais, estando intimamente ligada a grandes conflitos.

Com a intensificação dos processos de globalização, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, houve alterações substanciais nas fronteiras internacionais devido aos efeitos gerados por essa transformação. Juntamente com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, promoveu-se a intensificação das relações transnacionais e dos fluxos de capitais, o que levou ao surgimento de novas interpretações sobre as fronteiras. Esse fenômeno global trouxe consigo novas perspectivas, estilos de vida e questionamentos sobre a necessidade de fronteiras. Ao mesmo tempo, reforçou a compreensão das fronteiras como espaços de intensa circulação de pessoas, práticas culturais e referências simbólicas, produzindo novos desafios para as políticas de patrimonialização. Essas transformações também impactam os modos de patrimonialização, ao tensionar fronteiras nacionais e ampliar a circulação de referências culturais.

Defensores da globalização buscam fortalecer a conexão entre Estados, sociedades, indivíduos, culturas, mercados e meios de comunicação, com o objetivo de fomentar a geração de emprego, a participação no comércio internacional, a atração de investimentos externos e o intercâmbio cultural. De acordo com Seabra (2012), o "Estado exerce a sua soberania sobre o

território delimitado pelas suas fronteiras, quer se trate do espaço terrestre, marítimo, aéreo, da plataforma continental ou da Zona Econômica Exclusiva" (SEABRA, 2012, p. 16). Entretanto, a intensificação das relações globais não elimina a importância das fronteiras; ao contrário, redefine seus significados e amplia a complexidade das dinâmicas sociais, políticas e culturais nelas estabelecidas.

Assim, a geografia dos países e continentes pode interferir nas decisões políticas e nos processos históricos. Na tradição geográfica alemã, autores como Karl Ritter e Friedrich Ratzel atribuíram especial importância às relações entre sociedade, território e meio geográfico (MORAES, 2009). A partir dessa perspectiva, torna-se necessário refletir também sobre os conceitos de região, fronteira e território, compreendidos não como recortes naturais, mas como construções históricas que expressam relações de poder, formas de ocupação do espaço e processos de produção de identidades.

Em sua essência, o conceito de região apresenta a ligação entre o específico e o geral, entre o particular e o universal, entre diversidade e unidade. De maneira geral, uma região é uma unidade delimitada no espaço, com certa homogeneidade interna, de acordo com critérios específicos. Os elementos internos que formam sua identidade não são permanentes. Assim, a região pode ser definida com base em um padrão de interações entre elementos em seus limites. Além disso, a região não é isolada; geralmente está inserida em um contexto mais amplo e deve ser compreendida como uma construção histórica, atravessada por relações de poder e disputas de sentido.

Para Rogério Haesbaert (2019), "a região diz respeito, em primeiro lugar, às questões elementares que envolvem a diferenciação do espaço geográfico, permitindo identificar suas partes ou singularidades por meio de diferenças de natureza ou tipo e diferenças de grau" (HAESBAERT, 2019, não paginado). A região surge como algo dado, como uma delimitação espacial naturalizada, desprovida de história, como uma referência identitária que parece existir por si só, seja como um recorte geográfico dado pela natureza, seja como um recorte político-administrativo, seja ainda como um recorte cultural, sem que se leve em consideração o seu processo histórico. A história se desenrola dentro da região, mas não se considera a história da região em si. O foco recai no que aconteceu dentro de seus limites, não na história da formação desses limites. Ao problematizar essa naturalização, Haesbaert evidencia que toda região resulta de processos históricos de construção e de atribuição de significados.

É frequente, na narrativa histórica, ao abordar os espaços, a região ser apresentada como algo já estabelecido, que não requer análise ou questionamento em si mesmo, dispensando uma abordagem histórica. Para o historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Júnior, "a região se constitui, assim, num objeto fixo, já dado, um objeto evidente, não problemático: um objeto

constituído por uma realidade inquestionável, um referente de uma materialidade positiva e autoexpressiva" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 56). José D'Assunção Barros (2022) complementa que o conceito de "região" apoia a possibilidade de nos definirmos nos termos de uma "História Regional" (BARROS, 2022, p. 23), uma vez que a junção de vivências em determinada área poderia propiciar mudanças significativas no modo de vida da comunidade que ali reside. Em conjunto, essas interpretações reforçam que a região constitui uma categoria histórica, produzida socialmente e permanentemente ressignificada.

A geógrafa e pesquisadora brasileira Iná Elias de Castro propõe a ideia de estabelecer uma conexão entre os conceitos de região e território. Nesse sentido, o território é visto como um local de acumulação da história, e a região pode ser entendida como um local onde diversas causas são acumuladas ao longo do tempo, perpetuadas em uma parte do espaço geográfico. Isso se torna uma estrutura fundamental na relação histórica entre o homem e seu território.

O limite terrestre do Brasil se estende por cerca de 17 mil quilômetros, dividindo 11 estados e fazendo fronteira com 10 países vizinhos. Esse extenso território fronteiriço evidencia a complexidade dos processos de patrimonialização nessas áreas, marcadas por dinâmicas históricas específicas. A patrimonialização nessas áreas é multifacetada e abarca a importância, a conservação e a identificação de elementos culturais, históricos e naturais localizados nas regiões limítrofes do país. Ao mesmo tempo, tende a privilegiar narrativas relacionadas à soberania nacional e à ocupação territorial, frequentemente relegando a segundo plano experiências locais, indígenas e transfronteiriças. Nesse amplo limite terrestre, chamam nossa atenção os tombamentos iphanianos das regiões Centro-Oeste e Sul, especificamente nos municípios de Corumbá (MS), Cáceres (MT) e Jaguarão (RS). A escolha desses casos não é aleatória, pois permite compreender como a patrimonialização assume características próprias em cidades marcadas pela condição fronteiriça, aspecto central para a análise desenvolvida nesta pesquisa.

Como elucidado outrora, a esse último município gaúcho, Jaguarão, associa-se o primeiro bem reconhecido como Patrimônio Cultural do Mercosul, em 2011. Trata-se da Ponte Internacional Barão de Mauá, que conecta o Brasil e o Uruguai. Erguida entre 1927 e 1930, a ponte era utilizada para o transporte de produtos da criação de gado, principal atividade econômica da região. Com recursos do Uruguai, devido a uma dívida de guerra com o Brasil, e construída por uma empresa brasileira, ela uniu, de forma física, o que era culturalmente inseparável. Assim como em outros locais na divisa entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, as duas cidades desenvolveram uma relação interdependente, que se expandiu por toda a região Sul do Brasil devido à implementação da ferrovia que ligou as cidades gaúchas ao porto de Montevidéu. A construção da ponte também simboliza a resistência das elites pecuaristas do Rio Grande do Sul, que lutavam, inicialmente, contra

a Coroa Portuguesa e, posteriormente, em tempos do Brasil-Império, contra a administração centralizada no Rio de Janeiro, dominada pelos cafeicultores.

A valorização dessas elites na narrativa histórica reforça a centralidade de determinados grupos sociais no processo de patrimonialização, em detrimento de outros sujeitos históricos, como as populações indígenas, os trabalhadores rurais e urbanos, os grupos afrodescendentes, as comunidades ribeirinhas e os sujeitos que vivenciam cotidianamente as dinâmicas transfronteiriças. A ponte, nesse contexto, ultrapassa sua função estrutural, constituindo-se como símbolo de integração regional e de construção de identidades transfronteiriças. Sendo a primeira ponte internacional entre nações sul-americanas, na época de sua abertura, a ponte era a mais longa da América do Sul, com seus 2.113,86 metros de comprimento, sustentada por 85 arcos. O nome em homenagem ao Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, que desempenhou papel fundamental na concessão de empréstimos durante a Guerra Grande (1839–1852), na modernização industrial e bancária do Uruguai e na assinatura dos cinco tratados de 1851.

[..] a obra foi inaugurada em 30 de dezembro de 1930. A crônica da época descreveu-a como a “monumental” e “colossal” Ponte Mauá. Por meio das notícias, manifesta-se o clima de alvoroço reinante no espaço fronteiriço, que, durante o dia, celebrou a construção do “lado uruguaio” e, à noite, a do “lado brasileiro”. Além da presença das autoridades políticas e militares locais e nacionais, a data foi marcada pelo lançamento de uma medalha comemorativa (IPHAN, 2015, p. 42).

A fronteira uruguaio-brasileira tem uma extensão de 1.068 km. A zona compreendida entre Rio Branco e Jaguarão configura "um espaço tipicamente fronteiriço, com um constante movimento de pessoas em uma e outra direção" (IPHAN, 2015, p. 18). As conexões formadas sustentam uma fronteira dinâmica, com forte interdependência econômica e social, interações transfronteiriças entre comunidades estabelecidas ao redor do limite, movimentos migratórios de natureza trabalhista, bem como desigualdades de diferentes naturezas e intensidades. Entretanto, a análise da evolução desse território ao longo dos séculos demonstra a permanência de laços familiares, práticas cotidianas compartilhadas e vínculos culturais que ultrapassam os limites político-administrativos dos Estados nacionais. Essa realidade evidencia que as fronteiras constituem espaços de circulação, negociação e produção de identidades, e não apenas linhas de separação territorial.

Dentro da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, composta pelos países membros e associados do bloco regional, Brasil e Uruguai uniram-se para realizar a primeira candidatura conjunta de um bem cultural à Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul.

De acordo com o Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do

Mercosul (aprovado na VI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, realizada em Córdoba, em maio de 2012, e na XXXV Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, realizada em Brasília, em novembro de 2012), o objetivo da categoria Patrimônio Cultural do Mercosul é promover processos que compreendam o patrimônio cultural como instrumento de diálogo, integração e desenvolvimento regional, ou seja, "construir pontes, conectar espaços e integrar nações" (IPHAN, 2014, não paginado). Percebe-se, assim, que o patrimônio deixou de ser compreendido apenas como referência nacional e passou a assumir uma dimensão supranacional, voltada ao fortalecimento da integração regional.

Nessa perspectiva, durante a IV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, realizada em maio de 2011, em Assunção, foi discutida a possibilidade de atribuir à Ponte Internacional Barão de Mauá o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Mercosul. Essa decisão foi confirmada durante a V Reunião, ocorrida em outubro de 2011, na cidade de Montevidéu. Com a inscrição, as nações assumiram o compromisso de estabelecer uma administração conjunta do patrimônio, ultrapassando abordagens exclusivamente nacionais e enriquecendo-se reciprocamente por meio das experiências desenvolvidas em cada país. Essa iniciativa fundamenta-se na compreensão de que o patrimônio cultural constitui importante instrumento de inclusão social, cooperação internacional e desenvolvimento regional. Dessa forma, ampliou-se o potencial da Ponte Internacional Barão de Mauá como elemento de união, articulação e integração entre Brasil e Uruguai. A gestão compartilhada desse patrimônio evidencia que a patrimonialização, em regiões de fronteira, pode ultrapassar a preservação material dos bens, e incorporar estratégias de cooperação política e de construção de identidades comuns.

No início de 2015, durante a presidência temporária brasileira do Mercosul, cuja agenda priorizava a cultura e a sustentabilidade, realizou-se a XI Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural, ocasião em que a Ponte Internacional Barão de Mauá foi oficialmente reconhecida como o primeiro Patrimônio Cultural do Mercosul. A estrutura encontra-se legalmente protegida enquanto:

Monumento Nacional, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Bem inscrito, em 20 de setembro de 2012, no Livro do Tombo Histórico (volume 03, folhas 41-43, inscrição 607), Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (volume 02, folhas 72-73, inscrição 157) e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (volume 01, folhas 02-05, inscrição 005) (IPHAN, 2015, p. 7).

Para além da monumentalidade da Ponte Internacional Barão de Mauá, as conexões estabelecidas entre Brasil e Uruguai sustentam uma fronteira marcada pela intensa interdependência econômica, social e cultural. Historicamente, a população sempre transitou entre as duas margens do rio Jaguarão, incorporando esse deslocamento às práticas cotidianas. O comércio fronteiriço, os

vínculos familiares e as propriedades rurais mantidas em ambos os países contribuíram para a formação de uma identidade compartilhada entre as comunidades locais. Jaguarão estabeleceu-se e prosperou voltada para o Uruguai, sendo palco de acontecimentos relevantes para a história nacional, como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esses elementos demonstram que o reconhecimento patrimonial da cidade não decorre apenas do valor arquitetônico de seus bens, mas também de sua condição histórica como espaço de interação fronteiriça. Não por acaso, sua trajetória contribuiu para o reconhecimento do conjunto histórico e paisagístico pelo IPHAN. Nesse contexto, a patrimonialização institucionaliza práticas sociais e relações historicamente construídas, convertendo-as em referências oficiais da memória e da identidade regional.

Sediada no Palacete Argentina, em Porto Alegre, a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, responsável pela proteção e fiscalização do patrimônio em diferentes regiões do estado, incluindo a região metropolitana, áreas de imigração, as Missões Jesuíticas e conjuntos urbanos como Vila de Santo Amaro do Sul, Antônio Prado, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Santa Teresa, foi o órgão federal responsável pelos estudos técnicos que subsidiaram, em 2011, o tombamento do conjunto histórico de Jaguarão. Esse processo evidencia que o reconhecimento patrimonial resulta de decisões institucionais fundamentadas em critérios técnicos e políticos, reafirmando que a patrimonialização é uma construção histórica e não um processo espontâneo. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

O patrimônio histórico e paisagístico de Jaguarão destaca-se no Rio Grande do Sul pela diversidade e pelo bom estado de conservação das construções coloniais, ecléticas, art déco e modernistas. A área urbana é muito bem preservada, mantendo suas características originais, e as edificações apresentam grande variedade de estilos arquitetônicos, formas construtivas e acabamentos. A estrutura das ruas da cidade é notavelmente mais retilínea do que a observada em grande parte das cidades coloniais brasileiras, característica frequentemente associada à influência espanhola em sua formação urbana. A origem do centro histórico está diretamente relacionada aos processos de expansão das ocupações portuguesa e espanhola no continente sul-americano, bem como às estratégias empregadas para assegurar a posse dos territórios disputados. Durante a União Ibérica (1580–1640), essas disputas foram temporariamente atenuadas. Foi nesse período que se intensificou a busca pelas minas de prata da região andina e pela navegação através da bacia do rio da Prata, contexto que favoreceu o início da ocupação da área de Jaguarão (IPHAN, 2014, não paginado).

Percebe-se que a formação histórica de Jaguarão está diretamente vinculada às dinâmicas de fronteira. Não por acaso, as políticas de patrimonialização reconheceram justamente os elementos associados à ocupação territorial, às disputas entre as Coroas ibéricas e à consolidação das fronteiras nacionais. A seleção patrimonial privilegiou acontecimentos considerados estratégicos para

a construção da narrativa histórica do Estado brasileiro, convertendo-os em referências oficiais da memória nacional. Desse modo, integram o conjunto de monumentos e espaços públicos tombados em Jaguarão a Ponte Internacional Barão de Mauá, o Museu Carlos Barbosa – antiga residência do ex-governador do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa (1908–1913), transformada em museu em 1975 e o Teatro Politeama Esperança.

A patrimonialização de Jaguarão não ocorreu de forma neutra: o conjunto reconhecido pelo IPHAN privilegiou referências associadas à ocupação do território, à formação urbana, à atuação das elites políticas e econômicas e a determinados aspectos da vida cultural da cidade (VILLAS BOAS, 2019). Outras experiências e grupos sociais aparecem de forma menos evidente nas narrativas patrimoniais institucionalizadas, revelando o caráter seletivo dos processos de reconhecimento e preservação.

O Teatro Politeama Esperança foi construído entre 1887 e 1897, sob a supervisão do português Martinho de Oliveira Braga. O edifício possuía reservatórios de carbureto utilizados na iluminação e um estábulo localizado nos fundos da construção. Desde o final do século XIX, consolidou-se como importante espaço de difusão cultural na região. A localização estratégica de Jaguarão favoreceu a circulação de companhias teatrais provenientes das principais cidades brasileiras com destino à Argentina e ao Uruguai, bem como de grupos artísticos oriundos da região do Prata, que encontravam no município um público expressivo para apresentações de música, dança e teatro. Jaguarão constituiu-se historicamente como espaço de circulação de pessoas, mercadorias e práticas culturais entre Brasil e Uruguai. Entretanto, embora essa dinâmica transfronteiriça seja fundamental para compreender a cidade, as políticas patrimoniais privilegiaram sobretudo seus monumentos arquitetônicos e marcos urbanos, relegando a segundo plano outras formas de interação social e cultural igualmente constitutivas da experiência fronteiriça.

O Teatro Politeama Esperança foi construído entre 1887 e 1897, sob a supervisão do português Martinho de Oliveira Braga. O edifício possuía reservatórios de carbureto para iluminação e um estábulo nos fundos. Desde o final do século XIX, tornou-se importante espaço de difusão cultural na região. A localização de Jaguarão favoreceu a circulação de companhias teatrais brasileiras e de grupos artísticos provenientes da região do Prata, que realizavam apresentações de música, dança e teatro. Essa circulação relaciona-se à própria formação histórica da cidade como espaço de fronteira, inicialmente marcado pelas funções militares e comerciais e, posteriormente, pela consolidação de um núcleo urbano eclético associado às elites locais (VILLAS BÔAS, 2019, p. 32-55). A partir da década de 1980, esse patrimônio edificado passou também a ser valorizado como recurso de preservação urbana e de desenvolvimento turístico (VILLAS BÔAS, 2019, p. 120-150). Entretanto, as políticas patrimoniais concentraram-se sobretudo nos monumentos arquitetônicos e nos

marcos urbanos, deixando em segundo plano outras formas de interação social e cultural próprias da experiência fronteiriça.

A patrimonialização de Jaguarão compreende ainda investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. O município integra o conjunto de quarenta e quatro cidades brasileiras contempladas por essa política pública de preservação. Segundo o IPHAN, os recursos foram destinados à finalização da restauração da Antiga Enfermaria Militar (Centro de Interpretação do Pampa/UNIPAMPA) e do Teatro Esperança; à restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, do Mercado Público Municipal, do Antigo Fórum (Casa de Cultura), da Antiga Inspetoria Veterinária, do Casarão da Prefeitura Municipal, do Casarão do Clube Jaguareense, do Casarão Clube Social 24 de Agosto e do Cine Regente; além da requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo das Bandeiras (IPHAN, 2014, não paginado).

Na região Centro-Oeste, precisamente onde hoje se localizam os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a exploração do ouro e a necessidade de proteger as fronteiras conquistadas por Portugal constituíram fatores decisivos para a formação de importantes núcleos urbanos. Nessa perspectiva, Corumbá teve sua origem vinculada à expansão da ocupação do oeste brasileiro e à necessidade de estabelecer posições militares estratégicas capazes de conter o avanço espanhol em direção às áreas de exploração mineral. Fundada em 1778, com o objetivo de assegurar a região sul da então Capitania de Mato Grosso, a cidade inicialmente funcionou como ponto de apoio ao Presídio de Coimbra e ao Forte Príncipe da Beira, desempenhando papel estratégico na fronteira entre o Pantanal brasileiro e o Chaco boliviano e paraguaio. Corumbá também exerceu função relevante na consolidação dos limites territoriais brasileiros junto à América espanhola, em área banhada pelo rio Paraguai. A origem de Corumbá demonstra que a ocupação da fronteira oeste esteve vinculada aos interesses estratégicos da Coroa portuguesa. A defesa territorial e o controle da fronteira seriam posteriormente incorporados às políticas de patrimonialização como referências da identidade nacional.

Favorecido pela intensa navegação no rio Paraguai, o porto de Corumbá consolidou-se como importante centro comercial da região. A partir da segunda metade do século XIX, a livre navegação pela rede hidroviária do Prata impulsionou a economia local e favoreceu o estabelecimento de grandes casas comerciais vinculadas à economia internacional. Esse ciclo, interrompido pela Guerra do Paraguai (1864-1870), prolongou-se após o conflito até as primeiras décadas do século XX, período marcado também pela presença de imigrantes europeus e sul-americanos e pela expansão do espaço portuário. Armazéns, casas comerciais e residências de negociantes passaram a compor a paisagem urbana da cidade (BONDUKI, 2010, p. 129). Não por acaso, parte significativa dos bens posteriormente reconhecidos como patrimônio está relacionada a

esse período de prosperidade, reforçando uma narrativa patrimonial vinculada ao desenvolvimento econômico e à modernização urbana.

A diversidade cultural decorrente da convivência entre diferentes grupos sociais conferiu a Corumbá reconhecida importância histórico-cultural. Mesmo diante das dificuldades de comunicação com outras regiões do país, era frequente a presença de companhias teatrais oriundas do Rio de Janeiro, que realizavam apresentações na cidade. Assim como em Jaguarão, a condição fronteiriça favoreceu intensas trocas culturais, econômicas e sociais. Ainda assim, as políticas de patrimonialização privilegiaram sobretudo os vestígios materiais vinculados à ocupação territorial, ao comércio e às instituições urbanas, conferindo menor visibilidade a outras práticas cotidianas e experiências sociais igualmente constitutivas da formação histórica da cidade.

Corumbá mantém preciosos registros históricos e arquitetônicos em seus imponentes casarões e sobrados, vestígios do período de grande prosperidade econômica vivenciado pelo município. A preservação desses bens materiais contribuiu para a construção de uma narrativa patrimonial centrada na memória da expansão econômica e da ocupação da fronteira oeste brasileira, elementos posteriormente reconhecidos pelas políticas de preservação do IPHAN. Tanto que, em 1993, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional oficializou o reconhecimento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá. Sob o processo n.º 1.182-T-85, o conjunto foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e das Belas Artes.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a inscrição no Livro do Tombo Histórico deu-se em razão da:

Consolidação da unidade nacional, representando o avanço e a colonização portuguesa ao Centro-Oeste brasileiro; a concretização do domínio das fronteiras, no período das penetrações portuguesas, no episódio da Guerra da Tríplice Aliança, ou mesmo no período de progresso, prosperidade e poderio econômico da navegação da Bacia do Prata; representou uma época de expressiva economia movimentada pelo comércio fluvial e o desenvolvimento urbano gerado em função do porto e representado em seu conjunto arquitetônico (IPHAN, 2019, p. 20).

A justificativa apresentada pelo IPHAN revela que o reconhecimento patrimonial privilegiou acontecimentos relacionados à consolidação da unidade nacional, à expansão da ocupação portuguesa e ao desenvolvimento econômico decorrente da navegação fluvial. Essa opção valoriza uma narrativa centrada na atuação do Estado e nos ciclos econômicos considerados estruturantes da história nacional. O patrimônio reconhecido expressa, assim, escolhas institucionais sobre quais memórias são oficialmente preservadas e difundidas.

Ainda segundo o IPHAN (2019), as inscrições nos Livros do Tombo Arqueológico,

Etnográfico e Paisagístico decorreram de:

Implantação da cidade no bioma Pantanal, caracterizada pela presença do rio Paraguai; visual panorâmica da cidade alta para o Pantanal, considerando as dinâmicas ambientais que tornam a paisagem dinâmica ao longo do ano (época de cheias, alterações da vegetação); implantação da cidade em topografia que permitiu uma morfologia urbana que comunga com as características portuárias portuguesas, morfologia urbana em cidade baixa e cidade alta. E, o Livro do Tombo das Belas Artes deve-se à expressiva época econômica do comércio fluvial, representada esteticamente pela arquitetura eclética, que configura uma tipologia comercial com elementos que remetem às características do ecletismo europeu, porém mais sutis em relação a este (IPHAN, 2019, p. 20).

Observa-se que os critérios adotados pelo IPHAN articularam elementos naturais, paisagísticos, urbanísticos e arquitetônicos, ampliando o reconhecimento patrimonial para além do monumento isolado. A incorporação do rio Paraguai, das dinâmicas ambientais do Pantanal e da própria configuração urbana evidencia essa ampliação. Contudo, a ênfase permaneceu concentrada na paisagem construída e na materialidade arquitetônica, mientras as dimensões sociais e culturais relacionadas a esses espaços receberam menor atenção no processo de reconhecimento.

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá tombado compreende um complexo formado por 119 edificações de estilo eclético, caracterizadas por fachadas alinhadas ao lote, frisos, molduras, ornamentos, portas em arco pleno, bandeiras metálicas e platibandas balaustradas. A área urbana apresenta traçado quadriculado, com ruas largas, paralelas e perpendiculares ao rio Paraguai, dividindo-se entre cidade alta e cidade baixa. Na parte elevada concentravam-se bazares, joalherias, lojas de bebidas, estabelecimentos comerciais, farmácias e livrarias, enquanto na parte inferior, conectada pelas ladeiras Cunha e Cruz e José Bonifácio, localizava-se o Porto Geral, responsável pelo intenso comércio de importação e exportação, cuja atividade era amplamente desenvolvida por comerciantes estrangeiros. Localizado às margens do rio Paraguai, o município é composto por aproximadamente 70% de áreas alagáveis e 30% de morros e formações calcárias.

Mesmo sendo um processo de tombamento de relevância, o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico não constituiu o primeiro bem cultural protegido pelo IPHAN em Corumbá. A atuação do Instituto em Mato Grosso do Sul remonta às atividades da 14ª Coordenação Regional, sediada em Goiânia, responsável por todos os estados da região Centro-Oeste. A partir de 2006, entretanto, a estrutura foi reorganizada em Superintendência Estadual. Atualmente, a Superintendência do IPHAN em Mato Grosso do Sul, localizada em Campo Grande, atua na preservação do patrimônio cultural material dos municípios de Campo Grande e Corumbá, além de desenvolver ações voltadas à identificação do patrimônio arqueológico em Alcínópolis e Aquidauana.

O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, inscrito na Lista do Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera da UNESCO desde 2000, também integra o conjunto de bens acompanhados pelo órgão. A ampliação dessa estrutura institucional na região fortaleceu o acompanhamento e a gestão dos bens culturais e naturais sob responsabilidade do IPHAN.

Nesse itinerário preservacionista, que se estende do tombamento do conjunto histórico de Corumbá, em 1993, às ações atualmente desenvolvidas pelo IPHAN no estado, a atuação do órgão passou a abranger também a salvaguarda de bens culturais imateriais, como o Modo de Fazer a Viola de Cocho, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, além da realização de inventários de referências culturais destinados à identificação de novos bens. Antes, porém, o primeiro bem tombado pelo IPHAN em Corumbá havia sido o Forte de Coimbra, em 31 de outubro de 1974. A importância atribuída ao forte no processo de tombamento aparece expressa na própria documentação do IPHAN:

[..] sob o processo n.º 917-T-74, inscrito nos livros: Livro do Tombo Histórico: por ter sido palco de diversas batalhas entre portugueses e espanhóis, entre elas a Guerra da Tríplice Aliança, o que lhe outorga importância ímpar para a constituição do território nacional e defesa das fronteiras brasileiras. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: pelo valor paisagístico destacado pela relação entre a construção e a paisagem pantaneira (IPHAN, 2019, p. 30).

Construída pelo engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, a fortificação foi inspirada em modelos italianos de arquitetura militar. Com desenho abaluartado e irregular, sua implantação adaptou-se às características naturais do terreno, utilizando a topografia como elemento estratégico de defesa e proporcionando ampla visibilidade sobre o rio Paraguai. Localizada no Pantanal sul-mato-grossense, na margem direita do rio Paraguai, no distrito de Coimbra, município de Corumbá, a fortificação situa-se próxima à tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai. Suas instalações internas compreendem alojamentos para soldados, dependências administrativas, paiol, cela e capela.

Integrando o conjunto das Fortificações Brasileiras, protegido pelo processo n.º 1.613-T-2010 e inscrito no Livro do Tombo Histórico em 11 de setembro de 2014, o Forte Junqueira e a Base Fluvial de Ladário apresentam, segundo o IPHAN:

Possuem valores históricos atípicos por estarem inseridos em uma série de acontecimentos de relevância nacional, como a defesa do Mato Grosso, o problema da navegação fluvial, de extrema importância para a história do Brasil, o deslocamento do eixo de relevância militar de Cuiabá para a região de Corumbá/Ladário, a questão da manutenção da independência paraguaia e o processo de ocupação do espaço da região Oeste (IPHAN, 2019, p. 34).

Situado estrategicamente em uma encosta rochosa, o Forte Junqueira foi construído no século XIX, após o processo de reorganização militar ocorrido no período regencial. Localizado

na margem direita do rio Paraguai, a aproximadamente um quilômetro de Corumbá, possui planta octogonal com dois ângulos salientes e abriga doze canhões Krupp raiados, a maioria fabricada em 1874. Seu projeto foi elaborado pelo Major Joaquim da Gama Lobo D'Eça, em 1889, sendo executado pela Comissão de Engenharia Militar de Mato Grosso, responsável por estruturar um sistema defensivo que se estendia do Canal do Tamengo, na fronteira com a Bolívia, até as proximidades de Ladário. O forte recebeu o nome de João José de Oliveira Junqueira, então Ministro da Guerra. Sua construção evidencia a centralidade atribuída às estratégias militares na ocupação da fronteira oeste, elemento posteriormente convertido em referência patrimonial pelo IPHAN.

Em 2012, Corumbá recebeu mais um tombamento em âmbito federal. Por meio do processo n.º 1.577-T-09, foi reconhecida como patrimônio cultural a Ponte Eurico Gaspar Dutra. Para o IPHAN, o tombamento fundamentou-se nos aspectos que:

[...] propiciaram a edificação da ponte, o cenário político percorrido, a associação do desbravamento de uma região inóspita e praticamente despovoada à conjugação fronteiriça com outro país, a mão de obra empregada, a matéria-prima, a formação de novos núcleos urbanos, entre outros aspectos, fazendo com que este bem fosse inscrito nos Livros do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e das Belas Artes (IPHAN, 2019, p. 26).

A justificativa enfatiza que o valor atribuído à ponte extrapola sua dimensão arquitetônica, sendo compreendida como símbolo da integração territorial, da ocupação da fronteira e da modernização promovida pelo Estado brasileiro. Construída entre 1938 e 1947 sobre o rio Paraguai, a Ponte Eurico Gaspar Dutra possui 2.009 metros de extensão, com vão central de 110 metros e outros quatro vãos de 90 metros. A estrutura conecta o distrito de Porto Esperança ao município de Corumbá e apresenta quarenta e seis pilares, seis deles implantados diretamente no leito do rio Paraguai. O projeto sofreu alterações ao longo de sua execução, destacando-se pelo emprego do concreto armado, solução adotada em razão das restrições impostas pela Segunda Guerra Mundial, que estimularam a utilização de materiais produzidos no país. Mais do que uma obra de engenharia, a ponte tornou-se um marco da integração territorial brasileira, razão pela qual sua monumentalidade foi incorporada ao discurso patrimonial construído pelo IPHAN.

Tal como Corumbá, o município de Cáceres desempenhou papel estratégico na ocupação e consolidação da fronteira oeste brasileira. Inserida no contexto das políticas portuguesas de expansão territorial, a cidade contribuiu para a defesa da Capitania de Mato Grosso e, posteriormente, para a reorganização econômica da região após a Guerra do Paraguai (1864–1870). Desde sua fundação, Cáceres exerceu funções militares, administrativas e comerciais fundamentais para a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol, além de atuar na proteção

da fronteira com a Bolívia. Sua posição geográfica favorecia as ligações entre Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e a Capitania de São Paulo por meio da navegação no rio Paraguai, conferindo-lhe importância estratégica na ocupação do oeste brasileiro.

A cidade expõe a estreita interação entre os elementos naturais e os processos históricos, tendo o rio Paraguai desempenhado papel estruturante tanto na organização urbana quanto na dinâmica econômica e cultural local. A navegação fluvial possibilitou a circulação de pessoas, mercadorias, técnicas construtivas e materiais de edificação, contribuindo para a formação de um conjunto arquitetônico diversificado que permanece visível no centro histórico cacerense. Esse patrimônio material não resulta apenas de seu valor estético, mas das múltiplas relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas em uma região de fronteira, aspecto que será aprofundado na análise do processo de patrimonialização de Cáceres.

As experiências de Cáceres, Corumbá e Jaguarão mostram que a atuação do IPHAN em cidades de fronteira ocorreu em momentos distintos e por meio de diferentes formas de reconhecimento patrimonial. Em Cáceres, o tombamento do Marco do Jauru, em 1978, constituiu o primeiro tombamento federal no município; em Corumbá, o tombamento do Forte de Coimbra, em 1974, marcou a atuação federal no estado do Mato Grosso do Sul; e, em Jaguarão, o reconhecimento do conjunto histórico e paisagístico ocorreu em 2011. Embora os bens e os períodos sejam distintos, os três casos apresentam referências relacionadas à ocupação territorial, à defesa das fronteiras e à formação dos núcleos urbanos.

2.3 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE CÁCERES (1778 - 1978)

Consolidada no contexto do fortalecimento, da expansão e da demarcação da fronteira sudoeste da Capitania de Mato Grosso, Cáceres localiza-se na mesorregião Centro-Sul e na microrregião do Alto Pantanal. Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o município possuía população estimada em 89.681 habitantes, distribuídos por uma área territorial de 24.495,510 km². Fronteiriça à Bolívia, constitui a maior urbanização mato-grossense inserida no bioma Pantanal (IBGE, 2022).

É oportuno destacar que a escolha de Cáceres como objeto desta pesquisa não decorre apenas de sua localização geográfica estratégica, mas de sua inserção em processos históricos de fronteira, nos quais se articulam disputas territoriais, presença indígena, circulação de narrativas historiográficas e políticas de patrimonialização. Trata-se de uma cidade situada em uma região historicamente periférica nas políticas nacionais de memória e patrimônio, circunstância que a torna um objeto privilegiado para problematizar os processos de visibilização e invisibilização produzidos

pelos mecanismos de reconhecimento patrimonial. Ao privilegiar uma cidade de fronteira do Centro-Oeste, esta pesquisa também dialoga com a necessidade de descentralizar os estudos sobre patrimônio no Brasil, tradicionalmente concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, aspecto já discutido no capítulo anterior.

Conhecida como Princesinha do Rio Paraguai, não apenas pela importância socioeconômica do rio para o município, mas também pela estreita integração entre área urbana e áreas naturais preservadas, Cáceres destaca-se pela biodiversidade dos ecossistemas do Pantanal e do Cerrado. É também um dos municípios mais antigos de Mato Grosso e expressa, por meio de sua configuração espacial, a articulação entre natureza, urbanização e memória social. O rio Paraguai constitui elemento estruturante da cidade, não apenas por sua relevância econômica, mas também por organizar formas de ocupação do território, práticas cotidianas e narrativas históricas que contribuíram para a construção da identidade local.

Problematizar historicamente a formação de Cáceres implica retornar aos processos de expansão colonial europeia, quando sucessivos acordos diplomáticos buscaram estabelecer limites para a ocupação e exploração das terras americanas. Tratados como Tordesilhas (1494), Saragoça (1529), Lisboa (1681), Utrecht (1715), Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1801), firmados entre as coroas de Portugal e Espanha, redefiniram sucessivamente os limites da ocupação colonial no continente.

Mais do que uma sucessão de tratados diplomáticos, esses acordos expressam uma lógica colonial de ordenamento territorial que desconsiderava completamente as populações originárias que habitavam essas regiões muito antes da chegada dos europeus. Os territórios eram negociados como espaços vazios ou disponíveis à ocupação imperial, invisibilizando os povos indígenas e deslegitimando suas formas próprias de ocupação, organização política e relação com o território. Assim, esses tratados não apenas organizaram administrativamente o espaço colonial, mas legitimaram processos de expropriação, deslocamento e silenciamento que marcaram profundamente a formação histórica de regiões como Cáceres. Essa lógica de seleção e invisibilização dialoga com a própria problemática da patrimonialização analisada nesta dissertação, uma vez que diferentes agentes históricos também foram posteriormente incorporados de maneira desigual às narrativas oficiais sobre o patrimônio.

Considerando esse contexto, o historiador Otávio Ribeiro Chaves afirma que o Tratado de Madri constituiu "uma peça-chave da diplomacia lusa para se entender a criação de novas povoações a oeste do território da América portuguesa, e a criação de Cáceres se enquadra nesse cenário" (CHAVES, 2011, p. 17).

Celebrado em 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madri foi elaborado com o

objetivo de solucionar os conflitos relativos aos limites entre os domínios coloniais português e espanhol, reconhecendo que ambos os impérios ocupavam áreas que, juridicamente, pertenciam ao outro. Fernando VI, da Espanha, e D. João V, de Portugal, acordaram encerrar as disputas anteriores e renunciar aos direitos anteriormente reivindicados com base nos Tratados de Tordesilhas, Utrecht e Saragoça, estabelecendo novos critérios para a delimitação das fronteiras coloniais.

O Tratado de Madri redefiniu os limites da expansão territorial de cada Coroa e estabeleceu, de forma mais precisa, as áreas sob domínio português e espanhol. Em decorrência desse acordo, foi instalado, em 1754, na foz do rio Jauru com o rio Paraguai, a oeste da Capitania de Mato Grosso, o Marco do Jauru. Símbolo material das disputas territoriais entre Portugal e Espanha na região da atual América do Sul, o monumento foi esculpido em mármore lioz, em forma de pirâmide truncada, com aproximadamente vinte pés de altura. Dividido ao meio, apresenta, em faces opostas, os brasões das coroas portuguesa e espanhola, representando simbolicamente a divisão dos domínios ultramarinos.

A própria materialidade do monumento traduz a lógica política que orientou sua construção. Enquanto os brasões imperiais ocupam posição central, representando o poder das monarquias europeias, permanecem ausentes quaisquer referências aos povos indígenas (Chiquitanos, Bororos, Paresis) que habitavam a região e que foram diretamente afetados pelos processos de ocupação e redefinição territorial. O Marco do Jauru constitui, portanto, não apenas um marco geográfico, mas um monumento à ordem colonial, cuja monumentalização posterior pelo IPHAN também contribuiu para consolidar determinadas interpretações sobre a formação da fronteira oeste brasileira.

Em 1883, o monumento foi transferido para a Praça da Matriz, atual Praça Barão do Rio Branco, sendo posteriormente reposicionado em diferentes momentos, conforme decisões e interesses das autoridades locais. Esses sucessivos deslocamentos demonstram que os monumentos não permanecem estáticos no tempo. Ao contrário, são continuamente ressignificados, apropriados e reorganizados de acordo com diferentes projetos políticos e narrativas sobre o passado. Essa trajetória é fundamental para compreender, nos capítulos seguintes, como o Marco do Jauru deixou de representar apenas um tratado colonial para transformar-se em um dos principais símbolos patrimoniais da cidade de Cáceres.

Figura 06 – Iconografia do Marco do Jauru



Fonte: (FLORENCE, H., 1977a, p. 208)

A imagem acima, produzida por Hercule Florence durante a Expedição Langsdorff, apresenta o Marco do Jauru em posição central, destacando sua forma piramidal, os brasões das coroas portuguesa e espanhola e a inscrição comemorativa gravada em sua superfície. A paisagem ao redor aparece pouco detalhada e praticamente desprovida de personagens, direcionando o olhar para o marco como símbolo da soberania colonial. Em outras composições, contudo, Florence registrou diferentes povos indígenas, entre eles Apiaká, Bororo, Guaná, Guató e Munduruku, além de paisagens, mapas e acontecimentos da expedição, produzindo um importante repertório visual sobre o interior do Brasil no século XIX.

A representação do Marco do Jauru não se limita ao registro documental do monumento. A composição destaca a monumentalidade da pirâmide de mármore e seus símbolos imperiais, posicionando-a como elemento central da paisagem, enquanto a presença indígena praticamente desaparece da narrativa visual. Essa construção imagética reforça a ideia de que a ocupação e a ordenação do território decorrem da ação das coroas ibéricas, naturalizando a lógica colonial de demarcação espacial. Ao privilegiar os símbolos do poder português e espanhol, a imagem

contribui para consolidar uma memória visual que legitima a expansão colonial e obscurece a participação dos povos originários na constituição daquele espaço. Assim, a iconografia também participa da construção de determinadas narrativas históricas, evidenciando que as imagens não apenas registram acontecimentos, mas produzem interpretações sobre eles.

Como parte fundamental do Tratado de Madri relacionava-se à demarcação das possessões coloniais, "as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo-sul do território da América portuguesa, ficariam incorporadas, definitivamente, ao Império português" (CHAVES, 2011, p. 18). Nesse sentido, o tratado trouxe vantagens para Portugal ao assegurar o domínio de áreas férteis destinadas à agricultura, capazes de abastecer os postos militares estabelecidos nas fronteiras. Os portugueses passaram também a controlar importantes cursos d'água da Capitania de Mato Grosso, especialmente na região do vale do Guaporé, fortalecendo a integração com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Considerando que o Tratado de Madri adotava o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a posse do território seria garantida por sua ocupação efetiva, o governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, determinou a fundação de uma nova povoação às margens orientais do rio Paraguai. Em 6 de outubro de 1778, reunindo "todos os casais de índios castelhanos proximamente desertados para estes domínios portugueses da Província de Chiquitos, que fazem o número de 78 indivíduos de ambos os sexos" (NDIHR/FUFMT), foi fundada Vila Maria do Paraguai. A criação da vila integrava um projeto geopolítico de consolidação da presença portuguesa na fronteira oeste, no qual a ocupação populacional era elemento indispensável para legitimar a soberania territorial diante da Coroa espanhola.

Como observa Moraes:

[...] sua localização próxima à Província de Chiquitos, em território espanhol, que possuía uma expressiva população indígena capaz de emigrar para o lado já ocupado pelos portugueses, por uma passagem de terra seca, representava a presença de uma população regular para esta recém-criada vila (Moraes, 2003, p. 114).

Maria de Fátima Mendes Lima de Moraes esclarece que a localidade abrigava indígenas oriundos das missões jesuíticas espanholas, considerados "cristãos" em razão de sua inserção naquele contexto missionário. A Coroa portuguesa demonstrava grande interesse em incorporá-los como súditos, tanto para fortalecer a ocupação da fronteira quanto para assegurar a continuidade da prática religiosa católica. Os indígenas representavam aproximadamente metade da população inicial da vila e, posteriormente, novos grupos chiquitanos foram atraídos para o local, ampliando sua participação na formação da comunidade. Esse protagonismo evidencia que a fundação de Vila Maria não resultou exclusivamente da iniciativa portuguesa, mas também da

presença efetiva dos povos indígenas na consolidação do núcleo urbano.

Domingos Sávio da Cunha Garcia explica que:

A vantagem de atrair índios do grupo étnico chiquitano [...] assentava-se em seu avançado estado de adaptação à religião católica, ao seu disciplinamento para o trabalho em diferentes atividades e ao seu sedentarismo, o que facilitou sua permanência em Vila Maria, ao contrário dos inconstantes índios dos diferentes grupos étnicos da região (principalmente os Bororos, mais numerosos), que resistiam à tomada de suas terras e à política de descimento e aldeamento orientada pelo Diretório Pombalino (GARCIA, 2014, p. 71).

Souza (2021) demonstra que a ata de fundação de Vila Maria conferiu destaque aos indígenas chiquitanos, provavelmente provenientes das missões espanholas de São João, São Rafael e Coração de Jesus. Esses grupos já haviam incorporado determinadas práticas introduzidas pelos europeus, como atividades agrícolas, artesanais e comerciais, circunstância que favoreceu sua inserção no projeto colonial português. Entretanto, essa incorporação não pode ser compreendida como simples integração. Os chiquitanos participaram ativamente da formação da povoação, mas o fizeram em um contexto marcado por relações desiguais de poder, negociações, adaptações e diferentes formas de resistência. Posteriormente, essa participação foi progressivamente secundarizada nas narrativas históricas locais, privilegiando versões que atribuem a fundação da cidade quase exclusivamente à ação das autoridades coloniais portuguesas. Esse processo evidencia como a construção da memória urbana também seleciona sujeitos e acontecimentos dignos de reconhecimento, relegando outros à invisibilidade.

A participação indígena na formação de Vila Maria aparece em diversos documentos oficiais. Em carta enviada ao rei em 20 de novembro de 1778, Luiz de Albuquerque solicitava o envio de colonos portugueses para ampliar a população da vila. Segundo as autoridades coloniais, o contingente de portugueses ainda era insuficiente para garantir a hegemonia lusitana na região. Os indígenas deveriam ser "educados" pelos colonos brancos, abandonando aquilo que os documentos qualificavam como "ociosidade", "indolência", "falta de constância", "brutalidade" e "selvageria indomável". Essas expressões revelam a produção de um discurso colonial que atribuía inferioridade aos povos indígenas para justificar políticas de controle, assimilação e ocupação territorial. Mais do que simples descrições, tais qualificações constituíam instrumentos de legitimação da expansão colonial portuguesa.

Relatos de viajantes brasileiros e estrangeiros confirmam que diversos povos indígenas ocupavam a Capitania de Mato Grosso muito antes da chegada dos colonizadores, apresentando grande diversidade étnica, linguística e cultural. A história de Cáceres está profundamente vinculada à presença dos chiquitanos, sobretudo entre 1778 e 1874. Conforme

esclarece Olímpia Maluf Souza, a expansão espanhola sobre a Grande Chiquitania submeteu dezenas de milhares de indígenas em poucas décadas, impondo profundas transformações em suas formas de organização social, identidade cultural e práticas linguísticas.

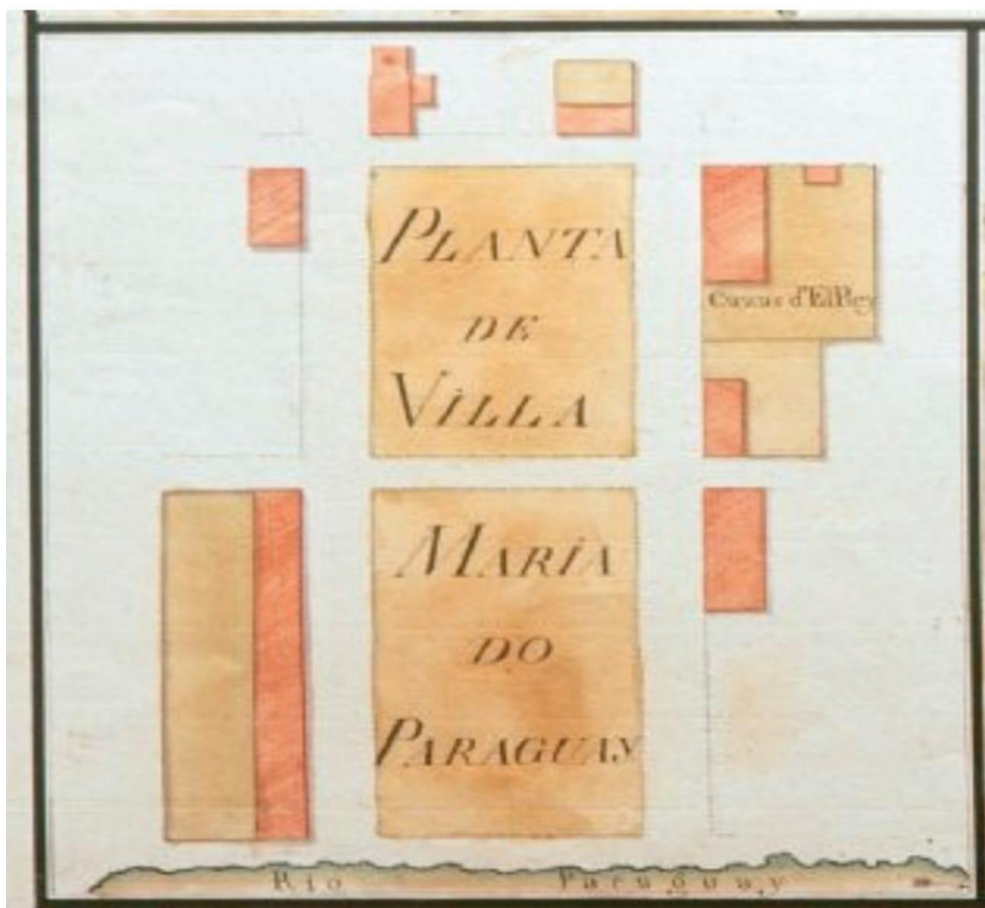
Garcia, Chaves e Lacerda demonstram que diferentes fontes documentam a intensa participação indígena nas atividades econômicas da região. Contudo, à medida que a população não indígena cresceu ao longo do século XIX, essa presença tornou-se progressivamente menos visível nas narrativas oficiais sobre a formação da cidade. A redução dessa visibilidade não decorreu da ausência de participação indígena, mas de processos de construção da memória que privilegiaram a colonização portuguesa como principal referência da origem de Cáceres. Essa seleção de memórias antecipa mecanismos que, posteriormente, também estariam presentes nas políticas de patrimonialização, marcadas pela valorização de determinados sujeitos históricos em detrimento de outros.

A denominação Vila Maria do Paraguai homenageava a rainha de Portugal, Dona Maria I, e fazia referência ao rio Paraguai, principal elemento estruturador da região.

No momento de sua fundação, a vila localizava-se a sete léguas ao norte da foz do rio Jauru, na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal. A área escolhida apresentava relevo plano, solos arenosos e extensas pastagens naturais, além de abundantes recursos hídricos proporcionados pelo rio Paraguai e seus afluentes (MORAES, 2003, p. 37).

Erigida para assegurar os limites territoriais entre Portugal e Espanha e conectar Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Vila Maria foi planejada segundo os modelos urbanísticos portugueses inspirados na tradição luso-romana. Com ruas estreitas, traçado ortogonal adaptado às condições locais e lotes reduzidos, a povoação expressava os princípios de ordenamento territorial adotados pela administração colonial. Como observa Moraes (2003, p. 115), Vila Maria "é mais um referencial da existência de vilas coloniais planejadas". Mais do que reproduzir um modelo urbanístico europeu, esse planejamento materializava a estratégia portuguesa de ocupar, controlar e afirmar sua soberania sobre uma região de fronteira disputada. A própria configuração espacial da vila constitui, portanto, uma expressão das relações entre poder, território e colonização, elementos que permanecem fundamentais para compreender as narrativas patrimoniais construídas posteriormente sobre Cáceres.

Figura 07 – Planta de Vila Maria do Paraguay (1784)



Fonte: Acervo Casa da Índia, Portugal.

Em Vila Maria, as vias principais cortavam a cidade de norte a sul e de leste a oeste, encontrando-se em uma grande praça central. Assim, a vila foi concebida segundo um modelo de estrutura e padronização, típico romano, como podemos observar na imagem acima. Um grupo de especialistas da área da construção civil, composto por engenheiro, carpinteiro e membros da comunidade, dedicou-se à edificação da igreja, das residências e ao estímulo da agricultura de subsistência (CHAVES; GARCIA, 2011). A adoção desse traçado urbano não representava apenas uma escolha técnica ou estética. O planejamento ortogonal constituía um instrumento de ordenamento do espaço colonial, permitindo maior controle administrativo, militar e fiscal sobre a população. A organização da praça central, da igreja e dos edifícios públicos materializava a presença da autoridade portuguesa na fronteira, transformando o espaço urbano em expressão concreta do projeto político de ocupação e consolidação territorial.

No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, em visita a Vila Maria do Paraguai, viajantes como Hercule Florence e Francis de Castelnau notaram que o desenho original da vila permanecia formado por dois grupos de casas reunidas ao redor de uma praça, conectadas por uma igreja de um lado e pela margem esquerda do rio Paraguai do outro, configurando

um plano urbano retangular característico das cidades modernas, mesmo com sua simplicidade (Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829). Os relatos desses viajantes constituem importantes fontes para compreender não apenas a configuração espacial de Vila Maria, mas também as formas pelas quais o território era percebido e representado por observadores europeus. Ainda que descrevam aspectos urbanísticos relevantes, tais narrativas demandam de uma leitura crítica por parte do historiador. Apesar de ter sido oficialmente designada como uma “vila” na ata de fundação, na prática, tratava-se apenas de um aglomerado humano. Em 1779, teve início a organização da área de povoamento sob o ponto de vista eclesiástico, recebendo a denominação de Freguesia de São Luiz de Vila Maria do Paraguai. O Reverendo José Ponce Diniz, nascido na Vila de Sorocaba, Capitania de São Paulo, foi escolhido como o primeiro vigário.

Em 28 de maio de 1859, mediante a Lei do Presidente da Província, selada e publicada por Joaquim Raimundo de Lamare, então Presidente da Província de Mato Grosso, a freguesia de Vila Maria foi elevada, de fato, à condição de vila, passando a ter uma Câmara Municipal, mantendo o mesmo nome. As atribuições administrativas da Câmara Municipal nas vilas coloniais, como Casal Vasco e a povoação de Albuquerque, de modo geral, não apresentavam grandes discrepâncias de um lugar para o outro. Nesse sentido, e sobre a Vila Maria do Paraguai, a professora, historiadora e pesquisadora da região mato-grossense, Maria de Lourdes Fanaia elucida que:

Em Vila Maria do Paraguai, as deliberações mais frequentes instituídas pela Câmara correspondiam à manutenção da tranquilidade do município, à segurança, à ordem pública, à saúde, à comodidade dos habitantes, à construção de edifícios públicos e privados, à abertura de esgotos e limpeza de ruas, à iluminação, à regulação das tabelas de preços dos gêneros alimentícios, à autorização da abertura de lojas de vendas e podiam, ainda, editar as arrematações dos contratos (FANAIA, 2011, p. 81).

A autora complementa que todas as decisões da administração municipal estavam ligadas à urbanidade. Além disso, era responsabilidade da Câmara elaborar o Código de Posturas e, por meio desse mecanismo, arrecadar impostos. O Código de Posturas consistia em um conjunto de normas adotadas em vilas ou cidades para estabelecer diretrizes de convivência. Em todo o território nacional, não havia gestão pública local que não utilizasse tais normas. Esses decretos tinham como finalidade regular a rotina dos moradores e, principalmente, as questões comerciais, visando assegurar a estabilidade financeira do município, evidenciando a autoridade da Câmara sobre a sociedade (FANAIA, 2011, p. 81). Mais do que regulamentar aspectos administrativos, o Código de Posturas constituía um instrumento de disciplinamento da vida urbana. Por meio dele, o poder municipal estabelecia normas sobre circulação, higiene, comércio e comportamento dos habitantes, evidenciando que a organização da cidade também envolvia mecanismos de controle social

compatíveis com o projeto civilizador das elites locais.

Entre o final de 1864 e 1870, quando foi deflagrada a Guerra do Paraguai, as tropas paraguaias ocuparam o território da província de Mato Grosso. Nesse contexto, Vila Maria enfrentou uma fase delicada, com uma queda acentuada em sua produção agropastoril, sendo afetada pela epidemia de varíola e pelo isolamento decorrente do fechamento da navegação no rio Paraguai. Após o término da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação no rio Paraguai, o comércio foi restabelecido e ganhou grande impulso, favorecendo o surgimento de um setor mercantil relevante, relacionado tanto à importação quanto à exportação. No ano de 1874, Vila Maria foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar São Luiz de Cáceres, em homenagem ao santo padroeiro São Luiz de França e também ao fundador da vila, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A mudança de denominação da cidade não representa apenas uma alteração administrativa. Ao homenagear simultaneamente São Luís de França e Luiz de Albuquerque, reforçou-se uma memória oficial vinculada à tradição católica e aos agentes da colonização portuguesa. Permaneciam, novamente, em segundo plano os diferentes grupos indígenas e demais sujeitos que participaram da constituição histórica da cidade, evidenciando os mecanismos seletivos de construção da memória urbana.

Na Cáceres contemporânea, o antigo se mescla ao novo e ao contemporâneo, exibindo marcas indeléveis. O espaço citadino carrega consigo vestígios que criam narrativas capazes de nos transportar para um passado distante, que ainda ecoa no presente e revela o processo de crescimento econômico, social e cultural, bem como suas tradições, construídas ao longo dos últimos 245 anos. Michel de Certeau defende que “são as vivências multiformes que tecem os lugares da cidade” (CERTEAU, 1999, p. 176). Nesse sentido, para pensar os lugares de Cáceres que permitem concebê-la enquanto cidade-documento, convém explorar as multifaces de sua história e memória. Nessa perspectiva, os espaços urbanos deixam de ser compreendidos apenas como cenário dos acontecimentos históricos para serem analisados como construções sociais continuamente ressignificadas pelas práticas, pelos conflitos e pelas diferentes formas de apropriação realizadas pelos sujeitos históricos. As materialidades de Cáceres, entendida como uma cidade-documento, revelam tanto as memórias preservadas quanto aquelas silenciadas ao longo do tempo.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a análise dos historiadores revela que os documentos e testemunhos são formas de discurso que constroem objetos e sujeitos, e não o contrário. Os discursos atribuem significados, definições, interpretações, compreensões e verdades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 235). Ainda que existam diversas maneiras de enxergar e narrar o passado, a abordagem historiográfica exige que o historiador construa um discurso que vá além do contexto das grandes estruturas econômicas, da pretensa objetividade histórica e da empatia,

apontando para a descontinuidade, a dispersão, o acontecimento e a historicidade. A historiografia não reproduz simplesmente o passado, mas participa de sua construção. Por sua vez, as narrativas históricas selecionam acontecimentos, personagens e interpretações, contribuindo para legitimar determinadas memórias em detrimento de outras.

Analisando a historiografia produzida acerca de Cáceres, especialmente em pesquisas realizadas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), são recorrentes narrativas que sacralizam uma certa história “monumental”, amparada em topônimos e na valorização de uma elite política ou econômica privilegiada. Essas narrativas tendem a reproduzir uma história oficial centrada nas elites políticas, militares e econômicas responsáveis pela ocupação e administração da fronteira, contribuindo para a construção de uma memória seletiva. Como consequência, outros sujeitos históricos - indígenas, trabalhadores, populações negras, mulheres e grupos que vivenciaram cotidianamente a fronteira - aparecem de forma secundária ou permanecem praticamente ausentes dessas interpretações. Conforme o professor e historiador mato-grossense Rubens Gomes Lacerda (2011), a historiografia vem reverberar e enaltecer:

[...] Rua General Osório, Praça Duque de Caxias, Rua Quintino Bocaiúva, Praça Barão do Rio Branco, Fazenda Jacobina, Fazenda Descalvados, Casa Dulce, Vapor Etrúria, ou, ainda, algum grande personagem que viveu ou passou por Cáceres como: Hércules Florence, Sabino Vieira ou Presidente Roosevelt (LACERDA, 2011, P. 194-195).

A recorrência desses elementos evidencia a construção de uma memória urbana pautada na celebração de figuras masculinas, brancas e vinculadas ao poder político ou militar, em detrimento de outros sujeitos históricos. A Rua General Osório, por exemplo, homenageia Manuel Luís Osório, figura que participou de diversos conflitos no Brasil, desde as guerras de Independência e da Cisplatina até a Guerra do Paraguai (1864–1870). Seus feitos militares são mobilizados como justificativa para a inscrição de seu nome em uma das ruas centrais de Cáceres. De modo semelhante, a Praça Duque de Caxias presta homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, figura central na narrativa militar do Império brasileiro. Mais do que simples homenagens, essas nomeações expressam escolhas sobre quais personagens devem permanecer inscritos na paisagem urbana e, consequentemente, na memória coletiva.

A Rua Quintino Bocaiúva e a Praça Barão do Rio Branco homenageiam influentes políticos brasileiros. Quintino Bocaiúva, importante liderança republicana, estreitou seus vínculos com Cáceres por meio da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Agrícola de Mato Grosso. A própria presença do nome do Barão do Rio Branco na toponímia urbana de Cáceres remete a uma figura central da diplomacia brasileira e da definição das fronteiras nacionais. Rio Branco, que havia

sido deputado por Mato Grosso entre 1869 e 1875, participou posteriormente, como ministro das Relações Exteriores, das negociações com a Bolívia que resultaram no Tratado de Petrópolis, em 1903, envolvendo também ajustes territoriais na fronteira mato-grossense. Embora, até onde sabemos, Paranhos Júnior não tenha tido relação direta com a história local, sua presença na toponímia de Cáceres revela a valorização de uma figura representativa da história nacional.

A própria presença do nome do Barão do Rio Branco na toponímia urbana de Cáceres remete a uma figura central da diplomacia brasileira e da definição das fronteiras nacionais. Rio Branco, que havia sido deputado por Mato Grosso entre 1869 e 1875, participou posteriormente, como ministro das Relações Exteriores, das negociações com a Bolívia que resultaram no Tratado de Petrópolis, em 1903, envolvendo também ajustes territoriais na fronteira mato-grossense.

Em diferentes perspectivas, as fazendas Jacobina e Descalvados são frequentemente analisadas em produções acadêmicas — monografias, artigos, dissertações e teses — dada a relevância histórico-econômica de ambas para a construção e consolidação do oeste mato-grossense. A Jacobina constituiu a maior fazenda da recém-criada Capitania de Mato Grosso em 1748, tendo seu princípio formal situado em 1772, quando Leonardo Soares de Souza requereu a primeira sesmaria no local (GOMES DE SOUZA, 1998). Tal como essas fazendas, os vínculos entre a Casa Dulce e o Vapor Etrúria estabelecem-se por meio da figura de José Dulce. Montecchi (2011) esclarece que:

[..] José Dulce, nascido em 1847, em Gênova, na Itália, aos dezenove anos desembarca em Buenos Aires, Argentina, trabalhando inicialmente no comércio, para em seguida iniciar atividade de comerciante ambulante. O advento da Guerra do Paraguai (1864–1870) demarcou sua atividade comercial itinerante. Seguindo as tropas em combate, fazendo-se presente nos acampamentos militares, mascateando mercadorias, teve uma rápida passagem por Corumbá, chegando a Vila Maria do Paraguai em 1871, após o término do conflito bélico. Nesta localidade, instalou-se comercialmente, constituiu família, conquistou poder político, acumulou grande patrimônio e morreu em 1921 (MONTECCHI, 2011, p. 152).

Empreendedor visionário, José Dulce foi proprietário da Casa Dulce, importante estabelecimento de comércio internacional em São Luiz de Cáceres nos primeiros anos do século XX, bem como do Vapor Etrúria, responsável pela navegação entre Cáceres e Corumbá. Assim como esses lugares de memória, a historiografia também privilegia determinados sujeitos. Sabino Vieira, médico que liderou a Sabinada na Bahia (1837–1838), após ser condenado, refugiou-se em Jacobina, onde permaneceu até o fim da vida. Ainda que não tenha desempenhado papel significativo no desenvolvimento político de Cáceres, seu nome denomina uma das ruas centrais da cidade. Observa-se, que a seleção desses personagens não decorre apenas de sua importância para a história local, mas

da capacidade de determinadas trajetórias de se ajustarem às narrativas consideradas legítimas sobre a formação da cidade. Enquanto esses sujeitos permanecem inscritos na paisagem urbana e na produção historiográfica, outros grupos sociais permanecem praticamente ausentes dessas representações.

De acordo com Roger Chartier, "as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é" (CHARTIER, 2009, p. 52). Isso permite compreender que a memória urbana de Cáceres não constitui mero reflexo do passado, mas resulta de representações historicamente construídas. Nomes de ruas e praças, monumentos e edifícios públicos produzem sentidos sobre a história da cidade, conferindo visibilidade a determinados personagens e acontecimentos em detrimento de outros. Interessa, portanto, compreender os critérios que orientaram essas escolhas e seus efeitos na construção da memória coletiva, considerando que os processos de seleção patrimonial e historiográfica envolvem também formas de reconhecimento e silenciamento.

Isto nos permite compreender que a memória urbana de Cáceres não constitui mero reflexo do passado, mas resulta de representações historicamente construídas. Os nomes das ruas, praças, monumentos e edifícios públicos não apenas recordam personagens e acontecimentos, mas produzem sentidos sobre a história da cidade, legitimando determinadas interpretações e tornando outras menos visíveis. A valorização desses lugares e sujeitos evidencia, portanto, os critérios de seleção que participam da construção da memória coletiva, conferindo maior visibilidade a determinadas referências históricas em detrimento de outras.

É pertinente ressaltar que o historiador, ao elaborar sua narrativa a partir de uma análise crítica das fontes, "inventa muito mais o seu objeto em dispersão do que revela uma verdade" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 153). Nessa perspectiva, a escrita da história deixa de ser compreendida como reprodução objetiva do passado e passa a ser entendida como construção interpretativa, produzida a partir de escolhas teóricas, metodológicas e documentais. Ao problematizar a história e a memória de Cáceres, Clementino Nogueira de Sousa levanta questões fundamentais:

[...] qual memória e qual história é fundamental para fazer parte deste arquivo historiográfico? Escrever sobre a Igreja Matriz? Escrever sobre a Praça Barão? Escrever sobre as grandes figuras políticas da cidade? Reforçar a história e memória sacralizada e cristalizada pela relação de saber e poder? Produzir uma história linear e contínua? Reforçar os paradoxos ontológicos dos pretéritos? Construir a história e a memória como uma leitura do passado? (SOUSA, 2011, p. 175).

Nesse sentido, o autor esclarece que a tarefa do historiador consiste em construir um relato que ultrapasse o contexto histórico imediato, exigindo autonomia diante das grandes estruturas explicativas e da suposta neutralidade narrativa. Sua reflexão convida a questionar os próprios critérios que definem quais acontecimentos, sujeitos e lugares passam a integrar a memória oficial da cidade, aspecto diretamente relacionado aos processos de patrimonialização investigados nesta pesquisa.

Para a construção historiográfica de um espaço, para além dos discursos produzidos, é necessário reconhecer os lugares de memória dos sujeitos que vivenciaram empiricamente os processos de transformação desses espaços, os quais nem sempre pertencem às elites locais. Considerando que a cidade constitui um espaço marcado por disputas simbólicas e diferentes formas de apropriação, observa-se a existência de uma estética que organiza os espaços e de políticas urbanas que definem seus usos e significados. Desse modo, a cidade constitui um espaço de disputas entre diferentes memórias e formas de apropriação do passado, que atribuem sentidos distintos à paisagem urbana e aos seus lugares de memória. Em Cáceres, embora parte da historiografia tenha privilegiado referências como a Igreja Matriz, a Praça Barão do Rio Branco e determinadas figuras políticas, outras experiências históricas permaneceram menos visíveis, revelando os limites de uma narrativa construída predominantemente a partir das elites locais.

Pierre Nora defende que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 28).

A distinção proposta por Nora entre memória e história permite compreender que ambas não se confundem. Enquanto a memória permanece vinculada às experiências dos grupos sociais e está sujeita a constantes reelaborações, a história busca construir interpretações críticas sobre essas lembranças. Tal diferenciação é fundamental para compreender como determinados lugares e personagens foram convertidos em referências da memória oficial de Cáceres.

Maurice Halbwachs sustenta que a memória possui natureza essencialmente coletiva e social. Segundo o autor, as recordações individuais são permanentemente moldadas pelos grupos aos quais os sujeitos pertencem e pelas relações sociais estabelecidas ao longo de suas trajetórias.

[..] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, P. 5).

A reflexão de Pollak dialoga a abordagem de Halbwachs ao evidenciar que memória e identidade constituem processos indissociáveis. Os grupos sociais constroem sentimentos de pertencimento por meio das lembranças que preservam e compartilham, o que reforça o caráter político das disputas em torno da memória e do patrimônio. Por sua vez, a historiadora e professora brasileira Marieta de Moraes Ferreira esclarece que a abordagem histórica que estuda a relação entre memória e história enfatiza a construção dos sujeitos de sua própria identidade e reorganiza as relações entre passado e presente ao reconhecer que o passado é reinterpretado de acordo com as necessidades do presente (Ferreira, 2002, p. 318).

A incorporação da história oral nesta pesquisa permite compreender que a memória não constitui um registro neutro do passado, mas uma reconstrução produzida a partir das experiências, dos pertencimentos e das relações sociais (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992). Como observa Alessandro Portelli, trata-se de "um processo ativo de criação de significados" (PORTELLI, 1997, p. 33). Essa compreensão é particularmente relevante para esta investigação, pois permite analisar as narrativas produzidas pelos sujeitos não apenas como fontes de informação, mas como interpretações acerca do passado, elaboradas em diálogo com suas experiências e posições sociais. Dessa forma, a história oral torna-se um instrumento privilegiado para tensionar as narrativas oficiais sobre Cáceres e ampliar a compreensão dos processos de patrimonialização investigados nesta dissertação.

Essa abordagem torna-se particularmente relevante no campo da patrimonialização, uma vez que as narrativas oficiais associadas aos bens reconhecidos por instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nem sempre coincidem com as formas pelas quais os espaços são vividos, percebidos e significados no cotidiano. Ao privilegiar determinadas referências - monumentos, personagens e marcos históricos -, os processos de patrimonialização tendem a produzir leituras seletivas sobre a cidade, frequentemente alinhadas a perspectivas institucionais e a projetos de valorização simbólica. Nesse sentido, a mobilização de um depoimento individual permite tensionar essas narrativas ao incorporar experiências que, embora centrais para a vida urbana, nem sempre encontram lugar nos processos formais de reconhecimento do patrimônio. Mais do que confrontar versões distintas sobre o passado, a entrevista possibilita compreender como diferentes sujeitos atribuem sentidos aos espaços urbanos, revelando memórias que permanecem ausentes dos discursos patrimoniais.

Uma das críticas recorrentes à história oral refere-se à suposta inconsistência da memória e à sua falta de veracidade. No entanto, a história oral não se orienta pela busca de uma verdade factual, mas pela compreensão das relações entre memória e história, cuja dinâmica envolve

apropriações, tensões e contribuições mútuas (DELGADO, 2003). A entrevista realizada não é tomada como fonte "oficial", mas como depoimento e narrativa que permitem acessar dimensões subjetivas e socialmente situadas da experiência (BOM MEIHY; HOLANDA, 2020). Como afirma Alessandro Portelli (1997), o valor da história oral não reside apenas na precisão factual do relato, mas nos significados que os sujeitos atribuem às suas experiências. Trata-se, assim, de analisar as percepções sobre a cidade de Cáceres e seus processos de patrimonialização, evidenciando experiências que permanecem à margem das narrativas oficiais.

Compreender Cáceres à luz da memória permite ir além das relações de saber e poder, possibilitando identificar as construções e transformações do espaço que configuraram a cidade ao longo do tempo. A inserção da entrevistada nesta pesquisa decorre de uma relação prévia com a pesquisadora, assumida aqui como parte constitutiva do processo investigativo. Dona Branca foi selecionada não apenas por sua trajetória de vida, mas por sua inserção nas dinâmicas cotidianas da cidade ao longo do século XX. Sua narrativa oferece um ponto de vista socialmente situado sobre as transformações de Cáceres, permitindo aproximar-se de experiências cotidianas e formas de relação com a cidade nem sempre presentes nas fontes institucionais.

O testemunho de Dona Branca sobre a Cáceres de meados do século XX comprova que "no sólo importa 'lo sucedido', sino también las maneras en que la gente suele experimentar los hechos y comienza a interpretarlos desde su propia posición en el contexto social" (VICH; ZAVALA, 2004, p. 89-90). Nascida em Cáceres em 21 de dezembro de 1930, Dona Branca, assim como a cidade, tem o rio Paraguai como elemento importante de sua história. O rio foi, inclusive, sua ferramenta de trabalho. Como não havia água encanada em casa, por mais de quinze anos lavou "roupa para fora" nas águas do Paraguai. Anônima às elites locais, esposa, mãe de seis filhos, acompanhou transformações significativas no espaço citadino. Sua trajetória evidencia aspectos da história cotidiana que dificilmente aparecem na documentação oficial ou nas narrativas patrimoniais.

Quando questionada se a Cáceres de sua infância e juventude, entre as décadas de 1940 e 1960, havia mudado muito, respondeu prontamente:

"Mudou muita coisa. Porque na minha infância era um sítio, não era uma cidade. Depois que arrumaram água, luz, fizeram rua com asfalto" (BRANCA, 2024).

O depoimento mostra que a percepção das transformações urbanas não está centrada nos grandes acontecimentos políticos ou nos marcos monumentais mais valorizados pela historiografia, mas nas mudanças concretas vivenciadas pela população em seu cotidiano. Água encanada, iluminação pública, pavimentação e infraestrutura aparecem como referências fundamentais na construção da memória da cidade, revelando uma perspectiva distinta daquela

privilegiada pelas políticas oficiais de patrimonialização.

Investigando suas percepções sobre as transformações do espaço urbano, ao ser interpelada acerca da transição da área central, Dona Branca afirma:

"A praça Barão era uma praça cercada de mourão de madeira (toco), passada com três linhas de arame liso. A praça era toda cercada. Tinha um chafariz no meio da praça. A praça era um calçadão que o povo andava nele. Também tinha um cinema chamado Cine Copacabana" (BRANCA, 2024).

Mais do que descrever a configuração física da Praça Barão do Rio Branco, o relato evidencia formas de apropriação e sociabilidade vinculadas a esse espaço. A praça aparece como lugar de convivência e circulação, dimensões que permanecem menos visíveis nas narrativas patrimoniais centradas em sua monumentalidade. O depoimento permite, assim, compreender como os significados atribuídos aos espaços urbanos também se constituem a partir das experiências cotidianas de seus usuários. Na imagem seguinte, podem ser observadas algumas das transformações ocorridas na Praça Barão do Rio Branco.

Figura 08 – Praça Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo Adilson Reis

As imagens da Praça Barão do Rio Branco evidenciam transformações espaciais

que acompanham processos de urbanização e modernização. Ao comparar diferentes temporalidades, observa-se a substituição de estruturas simples e funcionais por intervenções urbanísticas que reorganizam o uso do espaço público. Essas mudanças não são apenas materiais, mas refletem novas formas de sociabilidade e de construção simbólica da cidade revelando que os espaços urbanos são continuamente ressignificados, que assumem diferentes funções e significados conforme as transformações históricas. A patrimonialização, nesse contexto, não preserva apenas formas arquitetônicas, mas também produz novas leituras sobre esses espaços, selecionando quais elementos do passado serão valorizados e transmitidos às gerações futuras. Dona Branca ainda complementa: "Tinha o coreto que tocava a banda do quartel toda quinta. Aí depois tiraram o Marco e colocaram perto da igreja" (BRANCA, 2024). O deslocamento do Marco do Jauru mencionado pela entrevistada evidencia que os próprios monumentos possuem trajetórias históricas e que sua localização, longe de ser neutra, resulta de escolhas políticas e simbólicas acerca da memória urbana.

Pensando, ainda, a memória como uma construção contínua e influenciada por diferentes períodos históricos, cada memória coletiva possibilita compreender ações sociais compartilhadas.

"Aqui não tinha luz, não tinha água, não tinha rua (era tudo mato), não tinha farmácia, não tinha hospital, não tinha mercado. Chegava a tarde, depois das 17 horas, vinha um senhor que acendia os lampiões nas esquinas até as 23 horas. Água tinha que ir pegar no rio; a luz na rua eram os lampiões e, em casa, usava-se vela e lamparina" (BRANCA, 2024).

A narrativa evidencia que, para Dona Branca, a memória de Cáceres é construída a partir das experiências cotidianas e das condições concretas de vida, mais do que dos grandes acontecimentos políticos ou dos monumentos tradicionalmente valorizados pela historiografia. Aspectos como a infraestrutura urbana, as formas de trabalho e as práticas sociais assumem centralidade em suas lembranças sobre a cidade. Considerando que a memória é influenciada por diversos eventos e que cada memória coletiva contribui para a compreensão das práticas sociais compartilhadas, a entrevistada foi questionada sobre as atribuições do ofício de lavadeira, atividade que reverbera uma memória coletiva local. Nas margens do rio Paraguai se concentravam mulheres de diferentes idades que, para complementar a renda familiar, lavavam roupa "de ganho". Dona Branca esclarece que:

"Tinha bastante gente que lavava, dona Maria, dona Ana, dona Juvita, dona Rosa, dona Ester. Eu ficava sentada dentro d'água na beira do rio. Eu não sinto saudade desse tempo não. Era muito sol, muita chuva, e a gente tinha que ficar lá. Tinha que terminar o serviço. Era um sofrimento! Eu lavava, engomava e passava sozinha. Mas

aí as crianças me ajudavam a entregar. Tinha muita farda do pessoal da marinha" (BRANCA, 2024).

O depoimento confere visibilidade a uma dimensão da história urbana pouco presente nas narrativas patrimoniais analisadas: o trabalho feminino desenvolvido às margens do rio Paraguai. Ao recordar a rotina das lavadeiras, Dona Branca evidencia experiências marcadas pelo esforço físico, pelas relações de solidariedade entre as mulheres e pela contribuição desse trabalho para a renda familiar. Essas lembranças permitem aproximar a análise de práticas cotidianas e formas de relação com o rio que permaneceram menos visíveis nos processos de patrimonialização da cidade. Na sequência, Dona Branca foi questionada sobre o Vapor Etrúria e sobre as lembranças relacionadas à chegada e à partida da embarcação:

"Fazia um apito quando ele estava chegando. Um apito bem alto! Daí a gente já sabia que era ele. Aí o pessoal ia tudo lá pro cais ficar esperando. Eu não ia muito, porque vovó não deixava. Eu nunca viajei nele, acho que era caro. Mas entrei lá dentro já, porque meu tio, marido da minha tia Mariinha, trabalhava lá. Tinha uns cinco camarotes, tinha um negócio assim: à moda uma varanda pra comer" (BRANCA, 2024).

Mais do que registrar características do Vapor Etrúria, o relato evidencia os significados afetivos associados à embarcação na memória cacerense.. O apito da embarcação, a movimentação no cais e as lembranças familiares demonstram que determinados bens adquirem significado não apenas por sua materialidade, mas pelas experiências sociais que mobilizam. A partir da fundamentação exposta, Dona Branca corrobora a visão da cientista social Olga von Simson, ao indicar que, sendo o indivíduo fruto das relações sociais que vivenciou, a memória pessoal está ancorada em múltiplos pontos de referência; sons, cenários, emoções e elementos do ambiente. Assim, mesmo lembranças individuais integram um mesmo contexto social mais amplo, sendo expressas por meio da linguagem, que é uma construção social (SIMSON, 2013). Essa perspectiva reforça que as memórias individuais não constituem relatos isolados, mas integram processos coletivos de produção de sentidos sobre a cidade e seus lugares.

Por conseguinte, é também fundamental, para a compreensão da memória, o conceito de lugares de memória, desenvolvido por Pierre Nora. A Ponte Marechal Rondon exemplifica um lugar de memória cacerense. Inaugurada nos anos 1960, com o objetivo de fortalecer a ocupação de áreas fronteiriças em Mato Grosso, Rondônia e Acre, e posteriormente integrada à BR-070, a ponte facilitou a conexão regional.

Questionada acerca da ponte, Dona Branca afirma:

"A ponte aqui do rio? Eu lembro! Tinha bastante pedreiro, bastante carpinteiro. Seu

vô Henrique trabalhou lá! Ele trabalhou. Era gente de fora que contratava. Mas quem trabalhava era o pessoal daqui mesmo" (BRANCA, 2024).

Enquanto os documentos oficiais enfatizam a importância estratégica da ponte para a integração territorial, a entrevistada destaca os trabalhadores envolvidos em sua construção. O foco desloca-se da obra monumental para as pessoas que a tornaram possível, demonstrando como diferentes sujeitos atribuem significados distintos ao mesmo patrimônio. A presença dos lugares de memória e a busca por sua preservação refletem a ameaça constante do esquecimento. Conforme aponta Nora, "se aquilo que os lugares de memória representam não estivesse em perigo, não haveria razão para criá-los" (NORA, 1993, p. 13). Contudo, mesmo diante da memória coletiva e dos esforços de preservação, há episódios que evocam o desejo de esquecimento. Nesse sentido, a historiografia torna-se fundamental para a construção de discursos múltiplos, pois, como observa Michel de Certeau, "são as vivências multiformes que tecem os lugares da cidade" (CERTEAU, 1999, p. 176). Sob a tensão entre memória e esquecimento, a entrevistada conclui:

"Eu gosto mais da Cáceres de agora. De primeiro, não tinha nem como a gente ir pra Cuiabá, era uma jardineira só. Eu prefiro agora! Aqui para mim era tudo difícil. O que a gente queria tinha que ir longe pra comprar. Pra cá não tinha uma farmácia, um mercado, não tinha nada. Eu não gostaria de voltar Cáceres de antigamente não. Eu prefiro agora" (BRANCA, 2024).

O depoimento rompe com uma visão idealizada do passado. Enquanto a patrimonialização tende a valorizar permanências e referências históricas, Dona Branca enfatiza os ganhos proporcionados pela modernização urbana. Suas respostas manifestam que memória e patrimônio não pressupõem necessariamente nostalgia, podendo coexistir com avaliações positivas das transformações ocorridas na cidade.

A Cáceres finissecular e do início do século XXI reflete a implementação de ações de modernização e urbanização alinhadas aos ideais de modernidade, sobretudo observados em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Embora de menor porte, Cáceres mantinha relevância estratégica devido à sua localização junto ao rio navegável. Assim, foram elaborados planos de modernização, ainda que muitos não tenham sido plenamente concretizados por limitações financeiras. A cidade buscou adequar-se aos padrões contemporâneos por meio de iniciativas de arborização, pavimentação, criação de espaços públicos e implantação de sistemas de abastecimento de água.

Essa Cáceres segue sendo objeto da historiografia. Para além da valorização da memória, a história urbana da cidade é analisada sob diferentes perspectivas, como a problematização dos povos originários, a evolução arquitetônica e os ciclos econômicos. Produções acadêmicas da

Universidade Federal de Mato Grosso evidenciam a centralidade dessas abordagens. Nesse sentido, torna-se pertinente investigar as narrativas que fundamentam os processos de tombamento do município, a fim de verificar se há correspondência entre esses processos e os temas privilegiados pela historiografia.

História, memória e patrimonialização constituem processos indissociáveis na produção de sentidos sobre Cáceres. As narrativas historiográficas, as memórias dos sujeitos e as políticas de preservação não apenas registram o passado, mas participam ativamente de sua construção, selecionando acontecimentos, personagens e lugares considerados dignos de lembrança. Compreender esses mecanismos torna-se fundamental para analisar, no capítulo seguinte, como tais escolhas se materializam nos processos de tombamento conduzidos pelo IPHAN, especialmente no caso do conjunto histórico e paisagístico de Cáceres.

3. CAPÍTULO II - A PATRIMONIALIZAÇÃO EM CÁCERES: HISTÓRIAS, TENSÕES E DISPUTAS (1978 - 2012)

3.1. A PATRIMONIALIZAÇÃO IPHANIANA DO BICENTENÁRIO (1978)

Conforme discutido no capítulo anterior, nas décadas de 1960 e 1970, a cultura passou a ocupar lugar estratégico no planejamento estatal brasileiro. Converteu-se em ferramenta de gestão e, sobretudo, em instrumento de legitimação política (CALABRE, 2009, p. 59). Por sua vez, a política patrimonial tornou-se instrumento de legitimação e de produção de identidade. Nesse contexto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN mobilizou bens culturais como suportes simbólicos de autoridade, especialmente em regiões consideradas sensíveis para a segurança e a afirmação territorial. É nesse quadro que se insere o Bicentenário de Cáceres e o tombamento do Marco do Jauru, em 1978, aqui analisado como operação patrimonial que articula memória, fronteira e soberania.

O Estado militar incorporou a preservação do patrimônio ao discurso de identidade nacional, transformando bens culturais em suportes simbólicos de autoridade (FONSECA, 2005)¹¹. O patrimônio, nesse sentido, deixou de ser apenas objeto de proteção técnica para se tornar linguagem de Estado, operando na mediação entre passado, presente e projeto político. O regime militar, de forma estratégica, instrumentalizou e mobilizou elementos da cultura popular e do folclore¹² com o objetivo de promover e consolidar a ideologia nacionalista ajustada ao projeto geopolítico e desenvolvimentista do governo. Para a consecução dessa meta, o Estado impôs controle federal sobre as cidades, em particular nas regiões de fronteira, como é o caso de Cáceres. Em todo o território nacional, um total de sessenta e sete municípios foram formalmente identificados e declarados de interesse para a segurança nacional, em conformidade com o que estabeleceu a Lei nº 5.449, de 4 de

¹¹ A temática do patrimônio cultural no Brasil tem sido debatida por diferentes campos do conhecimento, como a história, a antropologia, a sociologia e os estudos culturais. Destacam-se as contribuições de Lia Calabre, que analisa as políticas culturais e a institucionalização da cultura no âmbito do Estado brasileiro; os trabalhos de Márcia Chuva, cujas pesquisas problematizam os processos de patrimonialização, memória e poder, notadamente em *Os arquitetos da memória: sociogênese das políticas de patrimônio no Brasil anos 1930-1940*, obra na qual a autora demonstra como os processos de patrimonialização estão intrinsecamente vinculados a relações de poder, disputas simbólicas e à construção de narrativas de identidade nacional. Da mesma forma, esta pesquisa aproxima-se das reflexões de Françoise Choay, particularmente de *A alegoria do patrimônio* (CHOAY, 2001), referência fundamental para a compreensão da construção histórica da noção de monumento e da emergência do patrimônio como categoria moderna, evidenciando a relação entre memória, preservação e os impasses da modernidade urbana.

¹² No presente texto, a cultura popular e o folclore são conceitos compreendidos de formas distintas. A cultura popular é um conceito multifacetado que envolve manifestações e práticas oriundas das classes populares. Abrange músicas de variados estilos, danças, festividades, culinária, moda e expressões linguísticas. Reflete ainda as interações sociais contemporâneas, mostrando dinâmicas sociais e a vida cotidiana. Já o folclore, é um elemento da cultura popular composto por tradições, lendas, canções e costumes que se transmitem oralmente. Revela uma ligação com a herança ancestral e a continuidade de costumes ao longo das gerações.

junho de 1968.

No estado de Mato Grosso, essa classificação foi aplicada a onze localidades, a saber: Amambaí, Antônio João, Bela Vista, Cáceres, Caracol, Corumbá, Iguatemi, Ladário, Mato Grosso, Ponta Porã e Porto Murtinho. Para os militares, tais áreas iam além de sua função geográfica: eram espaços estratégicos de vigilância, segurança e afirmação territorial. Cáceres, inserida nessa lógica, foi classificada como “área de interesse para a Segurança Nacional” pela mencionada Lei nº 5.449/1968, permanecendo sob regime administrativo excepcional até 1984. Essa condição permitia ao governo federal intervir diretamente na administração municipal, desde a nomeação de prefeitos até o direcionamento de investimentos públicos.

Essa configuração política produzia um alinhamento direto entre a construção das narrativas sobre o passado, as demandas do presente e os projetos políticos então em curso, restringindo, naquele contexto, as possibilidades de debate público e de formulação de alternativas em torno das políticas patrimoniais analisadas neste capítulo. Nesse sentido, o processo de patrimonialização desenvolveu-se em um ambiente institucional pouco permeável à contestação, funcionando como desdobramento de uma conjuntura na qual o governo federal mantinha forte capacidade de intervenção na administração municipal, influenciando tanto a nomeação de gestores quanto a orientação dos investimentos públicos. É nesse ambiente político centralizado que a patrimonialização do Marco do Jauru deve ser compreendida.

Nesse sentido, os programas de desenvolvimento¹³ do regime militar, articulados ao discurso de ocupação do Centro-Oeste, produziram um ciclo de transformações na tessitura social mato-grossense. Durante a década de 1970, ocorreu um intenso processo de ocupação territorial no estado, com a chegada de migrantes de diversas regiões do país. Entre 1977 e 1979, com a cisão de Mato Grosso em duas unidades federativas autônomas — Mato Grosso do Sul e o novo estado de Mato Grosso —, o mapa político foi redesenhado, exigindo que ambos os novos territórios estruturassem narrativas identitárias capazes de dar sentido ao processo de fragmentação e que refletissem suas respectivas singularidades territoriais.

Períodos de crise e mudança costumam estimular a institucionalização de tradições como forma de produzir estabilidade simbólica (CANCLINI, 1994; HOBBSAWM; RANGER,

¹³ À exemplo do programa de desenvolvimento, pode-se destacar o Projeto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Criada a partir da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, a SUDAM, uma Autarquia Federal vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi instalada em 30 de novembro de 1966. Sua atuação se voltou sobretudo para atração de investimentos para a Amazônia, por meio do fundo de investimento da Amazônia e dos incentivos fiscais. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. É oportuno dizer que Mato Grosso faz parte da Amazônia Oriental. Para mais informações, consultar: Disponível em: <<https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

1984)¹⁴. No novo estado de Mato Grosso, esse impulso levou elites políticas e culturais a utilizar elementos históricos para construir uma memória apta a legitimar identidades emergentes. Vê-se surgir, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, o movimento Cuiabania, que pode ser interpretado como uma resposta localista diante dos desafios impostos pela migração em larga escala e pela consequente ameaça de descaracterização da identidade cultural preexistente. Mais do que objeto central deste subcapítulo, o movimento da Cuiabania aparece aqui como pano de fundo simbólico que ajuda a compreender o ambiente cultural no qual se insere o processo de patrimonialização analisado.

O conceito de Cuiabania reside em uma dimensão subjetiva e profunda: “[...] mas o que é cuiabania, afinal, poeta? / não é topônimo, é a sensação indizível, esse charivari de maçaroca-poética, daqui e daqui-prá-frente, de quase três séculos de uma cidade mágica” (FREIRE, 1991, p. 407). Silva Freire, ao refletir poeticamente sobre o tema, afirma que a Cuiabania é formada por afetos, lembranças e modos de viver que se sedimentaram ao longo dos séculos. Práticas culinárias, como o consumo do peixe de rio e da farofa de banana; ritmos como o cururu e o siriri, o rasqueado; modos de falar e rituais religiosos transformaram-se em emblemas da resistência cultural cuiabana diante do avanço de hábitos trazidos pelos migrantes.

A procura identitária preconizada pela Cuiabania impactou o estado, inspirando ativistas e lideranças culturais a valorizarem suas heranças para além dos limites da capital. Assim, os ecos da Cuiabania repercutiram em Cáceres. Contudo, não se estabeleceu como um movimento propriamente dito, no sentido estrito e organizado. Em vez disso, configurou-se como um conjunto de conceitos, influências e tensões que emergiram da importância histórica da localidade e da vontade endógena de preservar a identidade regional.

Até meados da década de 1970, o município de Cáceres lidava com a carência de políticas públicas sistemáticas voltadas à salvaguarda dos bens culturais locais. Essa situação começou a ser progressivamente modificada ao longo da década de 1970, especialmente no período que antecede as comemorações do Bicentenário do município, por intermédio da atuação e da contribuição institucional do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, que passou a desempenhar papel relevante na valorização do passado histórico local e na organização de repertórios de memória voltados à identidade regional.

Inserido em uma tradição erudita de produção historiográfica regional, o IHGMT

¹⁴As interpretações de Canclini (1994) e de Hobsbawm e Ranger (1984), que analisam a produção simbólica da identidade em contextos de mudança social e territorial, têm sido utilizadas por estudos da sociologia e da antropologia urbana em Mato Grosso. Esses referenciais dialogam diretamente com pesquisas dedicadas à construção da identidade cuiabana e matogrossense, como as de Silva Freire (1991), Rubens Gomes Lacerda (2009) e Luís César Castrillon Mendes (2011), que analisam a elaboração de tradições, memórias e narrativas históricas como estratégias de coesão simbólica diante das mudanças estruturais ocorridas no estado.

atuou como mediador intelectual que antecedeu e preparou a intervenção federal do IPHAN em 1978. Ao enfatizar o passado colonial, a condição fronteiriça e a participação estratégica da cidade no processo de ocupação do Oeste, o Instituto selecionou, organizou e hierarquizou narrativas históricas que passaram a funcionar como referências simbólicas para a definição da identidade local. Ao fazê-lo, o IHGMT não apenas registrava o passado, mas participava ativamente de sua codificação pública, exercendo função mediadora entre produção historiográfica e legitimação simbólica do poder local. No caso do IHGMT, a memória oficial produzida privilegiava narrativas ligadas às elites regionais, ao colonizador e às autoridades políticas, relegando a posições marginais as experiências históricas de grupos indígenas¹⁵, como Guató e Chiquitano, historicamente vinculados à região do Pantanal e à faixa de fronteira Brasil–Bolívia, bem como de populações ribeirinhas e trabalhadores vinculados à economia fluvial, cujas presenças raramente figuravam como elementos estruturantes da narrativa oficial.

Em Mato Grosso, indivíduos como Ernani Martins, Dom Francisco de Aquino Corrêa, Inácio Póvoas e Luís Philippe Pereira Leite, membros influentes do IHGMT, durante as décadas de 1930 e 1970¹⁶, detinham capital político e cultural suficiente para orientar instituições públicas e privadas ligadas à educação, cultura e urbanismo. Suas posições asseguravam não apenas recursos materiais, mas, sobretudo, autoridade para definir quais elementos do passado deveriam ser preservados como patrimônio cultural.

Assim, pensar o IHGMT como mera instituição técnica ou neutra seria ignorar seu papel político. Michel de Certeau (1982) afirma que toda história é um gesto de poder, pois, ao narrar, o historiador seleciona, hierarquiza e silencia, produzindo um discurso que organiza o tempo e legitima determinadas versões do real. O Instituto, ao escolher valorizar a herança luso-brasileira, os marcos de demarcação territorial e a antiguidade urbana como pilares identitários da cidade de Cáceres, construía um passado autorizado que reafirmava a posição e os valores das elites regionais em um momento de profundas transformações sociais.

¹⁵ A presença indígena na região de Cáceres, com destaque para os Chiquitano, tem sido analisada por estudos regionais e fronteiriços em Mato Grosso, especialmente nos trabalhos de Miguel Santana, como *Os desafios para demarcação de terra indígena Chiquitana portal do encantado* (SANTANA, 2020), no qual o autor examina os processos de afirmação étnica e as disputas territoriais envolvendo comunidades chiquitanas em contexto de conflito com latifundiários, e de Renata Bortoletto Silva em pesquisa como *Os Chiquitano de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil–Bolívia* (BORTOLETTO SILVA, 2007), estudo que analisa as formas de classificação social entre os Chiquitano na fronteira Brasil–Bolívia, examinando como categorias identitárias e relações sociais são construídas e mobilizadas em contextos de interação interétnica e disputas territoriais.

¹⁶ A delimitação temporal entre as décadas de 1930 e 1970 fundamenta-se na sobreposição das trajetórias intelectuais e políticas desses agentes e no período de maior capacidade de intervenção do IHGMT no campo cultural mato-grossense, acompanhando tanto a institucionalização das políticas culturais no Brasil quanto sua reconfiguração nas décadas finais do regime militar.

Esse processo, ao mesmo tempo intelectual e político, contribuiu para criar, em Cáceres, um ambiente favorável à valorização do patrimônio histórico, antecipando a recepção positiva das ações federais que culminariam no tombamento do Marco do Jauru em 1978. A seleção documental realizada pelo Instituto, associada à construção de uma narrativa regional ancorada na condição fronteiriça e na antiguidade colonial de Cáceres, forneceu o arcabouço conceitual necessário para a legitimação das ações federais de preservação. Entre especialistas dedicados ao estudo do campo patrimonial e dos processos de patrimonialização em Cáceres, há consenso de que a intervenção do IPHAN não se deu de forma abrupta ou exógena, mas foi precedida por um trabalho local de elaboração simbólica e historiográfica, que criou as condições discursivas e institucionais para sua aceitação e efetivação. É nesse cenário previamente estruturado por agentes locais que a iniciativa federal de tombamento do Marco do Jauru encontra terreno fértil.

Dessa forma, a atuação do IHGMT pode ser compreendida como parte de uma tecnologia de memória, não apenas voltada à preservação, mas à produção ativa de identidades. Ao filtrar e hierarquizar o passado mato-grossense, o Instituto definiu repertórios simbólicos que passaram a compor o cânone identitário do estado. Pesquisas desenvolvidas no campo da história regional e dos estudos sobre memória e identidade em Mato Grosso, especialmente dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação da UFMT e da UNEMAT, a partir da década de 1990, têm demonstrado que a organização da memória histórica no estado esteve, por longo período, sob a mediação de instituições eruditas e de elites intelectuais. Assim, especialistas como Rubens Gomes Lacerda, Renato Fonseca de Arruda e Odemar Leotti analisam a atuação de intelectuais, institutos históricos, políticas culturais e narrativas urbanas, permitindo situar a atuação do IHGMT em um momento de hegemonia da produção historiográfica regional, vigente sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970.

O mecanismo de seleção e institucionalização de uma memória oficial pode ser compreendido a partir das análises de Márcia Chuva sobre os processos de patrimonialização no Brasil. Ao examinar a formação das políticas de preservação no século XX, a pesquisadora demonstra que a consagração de determinados bens e personagens como patrimônio resulta de escolhas políticas que definem quais passados devem ser legitimados no espaço público. Segundo Chuva, o patrimônio constitui-se como “instrumento de construção e consagração de uma determinada memória histórica” (CHUVA, 2009, p. 43), evidenciando que a monumentalização não é ato neutro, mas parte de um projeto simbólico de poder. Ao eleger heróis, episódios e narrativas específicas, os grupos dirigentes não apenas registram o passado, mas produzem uma versão “correta” da história, que tende a uniformizar a memória coletiva e a silenciar experiências conflitantes ou dissidentes.

É pertinente destacar que essa articulação do poder exercida por meio da seleção

do que seria preservado e monumentalizado não se deu apenas pela atuação do IHGMT em Mato Grosso. A consolidação da política patrimonial no estado ganhou um novo e fundamental agente com a instituição da Fundação Cultural de Mato Grosso – FCMT, por meio da Lei nº 3.632, de 20 de junho de 1975. Ela é aqui entendida como parte da infraestrutura institucional que viabilizou a política patrimonial do período. A criação da FCMT inseriu-se no contexto ampliado das políticas culturais nacionais, em clara vinculação ao Programa das Cidades Históricas (PCH), coordenado pelo IPHAN. Ou seja, essa legislação específica possibilitou que gestores municipais e estaduais estabelecessem instituições locais com autonomia para a salvaguarda do campo da cultura e do patrimônio em Mato Grosso, tornando-se, assim, um veículo institucional para a execução das escolhas de monumentalização e memória.

A FCMT foi responsável por formular políticas de proteção e valorização da cultura no estado, atuando tanto no âmbito do patrimônio material quanto no das práticas culturais vivas. A Lei nº 3.774/1976, que organizou a proteção do patrimônio estadual, estabeleceu instrumentos legais para identificação, registro e preservação. Seu vigésimo terceiro artigo previa acordos entre Estado, União e municípios, permitindo que o Mato Grosso se articulasse institucionalmente ao sistema nacional de preservação.

O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre o Estado, a União e os municípios, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico estadual e para a uniformização da legislação complementar sobre o assunto (ART. 23, da Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976).

A Fundação, no entanto, não atuou apenas na esfera normativa. Organizou salões de arte, eventos cívicos, oficinas e projetos educativos, buscando integrar a população às narrativas culturais regionais mediante a “valorização do folclore e da cultura popular da região local” (ARRUDA, 2014, p. 72-73). Esse conjunto de ações, aliado ao trabalho do IHGMT, contribuiu para a criação de um ambiente institucional favorável às iniciativas patrimoniais que se consolidaram durante o Bicentenário, notadamente o tombamento do Marco do Jauru.

Mais do que uma narrativa comemorativa, o Bicentenário é compreendido aqui como um momento de inflexão, no qual diferentes agentes locais e federais convergiram na construção de uma política de memória que culminaria na patrimonialização do Marco do Jauru. Em um contexto nacional que valorizava grandes efemérides, como havia ocorrido recentemente com o Sesquicentenário da Independência, as comemorações cacerenses foram produzidas sob forte orientação estatal e com o envolvimento direto de intelectuais locais. As efemérides funcionam como dispositivos que atualizam o passado e reordenam o presente. Produzem uma consciência comemorativa, por meio da qual grupos sociais projetam no passado suas tensões e aspirações

contemporâneas (NORA, 1993). No caso de Cáceres, o Bicentenário representou não apenas a celebração de uma fundação remota, mas também a tentativa de organizar uma narrativa histórica condizente com as transformações da década de 1970.

A cidade encontrava-se em intensa expansão demográfica, recebendo migrantes atraídos pela agropecuária e pelos fluxos econômicos que redefiniam a fronteira com a Bolívia. Esse avanço desordenado tensionava o sentido de pertencimento dos antigos moradores, que viam em risco não apenas práticas cotidianas, mas a própria identidade local. Assim, as comemorações do Bicentenário configuraram-se como uma oportunidade de declarar, publicamente, que Cáceres possuía uma memória particular e que essa memória merecia reconhecimento institucional.

Em 1º de janeiro de 1978, à meia-noite de um sábado, fogos de artifício, disparos de canhão e os sinos da Catedral de São Luiz anunciaram a chegada do novo ano. Diante da presença massiva da população, a atual Praça Barão do Rio Branco tornou-se o palco da cerimônia inaugural do Ano do Bicentenário de Cáceres. Por meio da Lei Municipal nº 673, promulgada em 14 de dezembro de 1977, iniciava-se oficialmente um ciclo de atividades e eventos destinados a celebrar os duzentos anos de fundação do município.

As celebrações não se limitaram à dimensão festiva, funcionando também como plataforma política e simbólica para legitimar iniciativas de preservação patrimonial. Missas, apresentações teatrais e folclóricas, desfiles, atos cívicos e concursos literários compuseram o repertório das festividades idealizadas pela comissão organizadora¹⁷ que, sob a liderança do professor Natalino Ferreira Mendes, almejava transformar o Bicentenário no evento mais expressivo de Mato Grosso. As efemérides funcionam como momentos privilegiados de cristalização da memória, nos quais o passado é selecionado, organizado e investido de novos sentidos no presente (NORA, 1993). É nesse sentido que a ação mais significativa do Bicentenário ultrapassou a dimensão festiva. A celebração tornou-se um verdadeiro gatilho para o fortalecimento das estruturas de patrimonialização no município, criando condições institucionais, sociais e discursivas para iniciativas subsequentes, como tombamentos municipais, inventários históricos e restaurações arquitetônicas. A efeméride não apenas evocou o passado, mas reconfigurou seu lugar no presente ao conferir legitimidade pública e política ao discurso de preservação.

Essa atmosfera de valorização da história local dialogou diretamente com a movimentação que, desde o ano anterior, ocorria no âmbito federal. É nesse ambiente que a proposta

¹⁷A comissão organizadora do bicentenário, criada pela lei municipal Nº 97 em 29 de agosto de 1977, era composta oficialmente por 28 integrantes que representavam os governos estadual e municipal, as forças armadas e a sociedade civil. Esses membros colaboraram para desenvolver uma agenda de atividades coletivas que contemplavam diversas entidades governamentais de distintas esferas.

de tombamento iphaniano do Marco do Jauru ganha sentido histórico e institucional. Em 1977, o arquiteto Edgard Jacintho, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) a proposta de tombamento do Marco do Jauru, justificando a necessidade de sua inscrição nos Livros do Tombo, conforme as seguintes condições:

Senhor Diretor, no momento em que se cuida do inventário e da tomada de medidas práticas para a proteção do acervo histórico e artístico na área de Mato Grosso, impõe-se que seja inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Artístico o denominado Marco do Jauru, localizado na Praça Barão do Rio Branco, na cidade de Cáceres, na referida unidade da Federação. Trata-se de um monumento de expressivo conteúdo histórico, valorizado por seu aporte à epigrafia brasileira que, ao perpetuar o Tratado de Madrid, evoca para a posteridade o vulto do insigne estadista patricio Alexandre de Gusmão, proclamado como um de seus inspiradores e artífice da grandeza territorial do País (MENDES, 1983, p. 11-12).

A justificativa apresentada por Edgard Jacintho evidencia que o valor atribuído ao Marco do Jauru não decorria apenas de sua materialidade, mas da narrativa histórica construída em torno dele. Ao associar o monumento ao Tratado de Madri e à figura de Alexandre de Gusmão, o parecer técnico insere o bem em uma interpretação da formação territorial brasileira que privilegia a ação diplomática da Coroa portuguesa e a consolidação das fronteiras nacionais. Mais do que descrever um objeto, o documento participa da construção dos sentidos que legitimaram seu tombamento.

O Marco do Jauru remonta à Terceira Partida da demarcação dos limites definidos pelo Tratado de Madrid, em 1750, que redefiniu as fronteiras entre Portugal e Espanha na América do Sul. A região do Jauru era uma zona de tensão estratégica e, por isso, a instalação do Marco na confluência dos rios Jauru e Paraguai não foi um gesto aleatório, mas a materialização da presença da Coroa Ibérica. Como marco geodésico, sua função não era estética, mas política: indicava até onde se estendia o domínio lusitano.

Conforme o parecer técnico de Edgard Jacinto da Silva, o monumento era composto por oito peças de pedra de lioz, material nobre comumente utilizado em construções e esculturas metropolitanas portuguesas, apresentando características do gosto neoclássico. O obelisco, representação do poder imperial, carregava os brasões de Portugal e da Espanha. Contudo, o Marco perdeu sua função original e foi deslocado diversas vezes. É oportuno assinalar, neste ponto, ainda que se recorra a um breve recuo temporal, que, em 1883, o Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho determinou sua remoção para o Largo da Matriz de Cáceres. Essa transferência transformou-o de instrumento geopolítico em relicário urbano, incorporado à vida cívica local.

No século XX, uma nova mudança levou-o para a Praça Barão do Rio Branco,

espaço central da cidade. Essa relocação — ou mobilidade material — do Marco contribuiu para sua descaracterização, ao afastá-lo de seu contexto original e reduzir sua monumentalidade. Evidencia-se, assim, que o monumento não apenas marca uma fronteira, mas participa de processos históricos de ressignificação espacial e política. Sua inclusão em um ambiente urbanizado, com pavimentação moderna, fez com que o Marco assumisse mais o papel de objeto decorativo do que de monumento histórico.

Figura 09 – Marco do Jauru



Fonte: Acervo NUDHEO (UNEMAT).

A sequência visual analisada permite compreender, em perspectiva diacrônica, as

transformações nos significados atribuídos ao Marco do Jauru e nas formas de sua inserção espacial na cidade de Cáceres. Ao longo do tempo, o monumento deixou de ser apenas um vestígio material associado à demarcação territorial do período colonial para tornar-se referência urbana constantemente reinterpretada, inserida em diferentes regimes de memória e em distintas configurações da paisagem local.

A imagem mais antiga (parte inferior da Figura 09) pode ser situada, com base em sua publicação no *Álbum Gráfico* editado na Alemanha em 1914, provavelmente no ano de 1913. O registro mostra o Marco já instalado no antigo Largo da Matriz, após sua transferência do local original às margens do rio Paraguai. A composição revela um ambiente ainda pouco densamente urbanizado, marcado pela presença de elementos naturais e pela dispersão das edificações. A proximidade entre o monumento e a igreja matriz indica sua incorporação ao núcleo simbólico da cidade em formação, sugerindo o início de sua ressignificação como marco cívico e territorial.

A segunda fotografia (situada à esquerda da Figura 09), cuja datação precisa não foi identificada, pode ser aproximada às décadas de 1930 e 1940 a partir de indícios presentes no próprio cenário representado. Observa-se a existência de um espaço público já organizado, com a presença de jardim, e a consolidação do entorno urbano, ainda que em um contexto no qual as obras da catedral se encontravam interrompidas. Esses elementos permitem situar a imagem em um momento intermediário do processo de urbanização da cidade. Ao mesmo tempo, o desgaste visível na materialidade do monumento sugere a ausência de políticas sistemáticas de conservação, indicando uma etapa em que o reconhecimento simbólico coexistia com relativa negligência institucional.

Já o registro mais recente (situado à direita da Figura 09), produzido entre as décadas de 1970 e o período imediatamente anterior ao tombamento federal em 1978, apresenta o Marco integrado a um espaço urbano ajardinado e dotado de infraestrutura mais definida. A centralidade do monumento no enquadramento fotográfico e a ordenação do entorno reforçam sua condição de elemento monumental e indicam sua progressiva valorização como patrimônio histórico. Esse momento coincide com a ampliação das políticas nacionais de preservação cultural e com a inserção mais efetiva de Cáceres no circuito institucional do patrimônio brasileiro.

Mesmo diante da ausência de datação exata para parte das imagens analisadas, considera-se que o conjunto utilizado continua válido para a interpretação desta pesquisa. As aproximações cronológicas, fundamentadas em indícios visuais e contextuais — como a configuração do espaço urbano, a presença de equipamentos públicos e as condições materiais do monumento —, permitem situar as fotografias em diferentes momentos do processo histórico. Mais do que registros pontuais, essas imagens são compreendidas como fontes que evidenciam transformações nas formas de apropriação, valorização e inserção do Marco do Jauru na paisagem urbana de Cáceres. Nesse

sentido, ainda que não se disponha de datas precisas, o material imagético revela-se fundamental para a análise das dinâmicas de patrimonialização, contribuindo para a compreensão das mudanças nos regimes de memória e nas leituras do espaço ao longo do tempo.

Consideradas em conjunto, as imagens evidenciam a passagem de um artefato originalmente vinculado à geopolítica colonial para um bem cultural apropriado pela memória urbana e pela ação patrimonial do Estado. A análise iconográfica demonstra que a patrimonialização do Marco do Jauru não resultou exclusivamente de decisões administrativas formais, mas de um processo histórico mais amplo, marcado por transformações espaciais, simbólicas e sociais que redefiniram seu lugar na cidade. Assim, o monumento pode ser compreendido como suporte material de múltiplas temporalidades, revelando tanto a construção histórica da paisagem urbana de Cáceres quanto a dinâmica das políticas de memória que atuaram sobre esse espaço ao longo do tempo.

Nesse percurso, sua consagração institucional ocorreu com o tombamento federal inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 464, deliberado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 4 de outubro de 1978, consolidando oficialmente um processo de valorização simbólica e urbana que vinha sendo gradualmente construído nas décadas anteriores. Por sua vez, a base teórica que sustentou a iniciativa do tombo foi desenvolvida pelo arquiteto Edgard Jacintho e pelo relator do Conselho Consultivo, Max Justo Guedes, com a contribuição da museóloga Lygia Martins Costa. Os relatores destacaram a relevância histórica e artística do monumento, sugerindo sua recuperação e reestruturação com vistas à restauração de suas características originais e ao aprimoramento de sua visibilidade. Tais pareceres construíram discursivamente aquilo que deve ser reconhecido como patrimônio, reafirmando a centralidade do monumento na narrativa territorial do Estado.

Tal orientação insere-se em um contexto no qual, apesar das transformações conceituais pelas quais passava a política patrimonial brasileira nas décadas de 1970, o IPHAN ainda operava sob forte influência do paradigma monumentalista consolidado em sua fase inicial. As próprias iniciais do órgão — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — remetem a um período em que a preservação se concentrava sobretudo em bens de valor histórico e artístico, especialmente edificações e monumentos em “pedra e cal”, conforme se consolidou durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ainda que novas abordagens comesçassem a ampliar o entendimento do patrimônio cultural, incorporando preocupações com conjuntos urbanos e paisagens culturais, essa prática permanecia sensível mesmo durante a presidência do arquiteto Renato Soeiro. Nesse sentido, o tombamento do Marco do Jauru reafirma a centralidade atribuída a monumentos materiais associados à formação territorial do país, evidenciando como a instituição continuava a privilegiar bens capazes de representar, de forma visual e simbólica, a narrativa histórica da nação e sua presença em regiões de fronteira, como Cáceres.

A análise do processo de tombamento do Marco do Jauru, Processo nº 966-T-77, revela não apenas os fundamentos administrativos da decisão, mas também a maneira como o Estado brasileiro interpretou, organizou e ressignificou o passado local. Lygia Martins Costa, ao enfatizar que “não há dúvida de que o marco demarcatório, comemorativo do Tratado de Madrid, é importante na conturbada história dos limites do Brasil-Colônia, devendo, portanto, ser tombado” (COSTA, 1978), evidencia como o IPHAN ainda operava sob forte influência do modelo estético-monumentalista estruturado desde a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Quando Costa afirma que “não há dúvida” quanto à necessidade de tombamento, ela insere o Marco em uma narrativa maior: a da consolidação do território brasileiro no período colonial. O Tratado de Madrid era, para o IPHAN, um marco fundador da geopolítica nacional e, portanto, todos os vestígios materiais a ele vinculados deveriam ser preservados.

Sua análise, contudo, reconhece as transformações sofridas pelo monumento ao longo do tempo. Ao registrar que “a perda das coroas e do soco desfigurou sensivelmente o conjunto” (COSTA, 1978), Costa admite que o bem havia perdido parte de sua monumentalidade original, aspecto considerado essencial pela política preservacionista do período, que valorizava a autenticidade formal dos bens protegidos. Tal observação revela a compreensão de que a preservação não deveria limitar-se à proteção material, mas buscar a recuperação da integridade estética capaz de sustentar sua função simbólica.

Em sentido convergente, o parecer do relator Max Justo Guedes articula argumentos históricos, artísticos e simbólicos, embora apresente crítica contundente à posição do monumento na praça. Segundo o relator, o Marco do Jauru encontrava-se “totalmente amesinhado, quer pela perda da monumentalidade consequente da retirada do soco, quer pela inexpressiva e moderna alameda de bloquetes” (GUEDES, 1978). Os bloquetes, blocos de concreto pré-moldados difundidos nas décadas de 1960 e 1970, passaram a ser amplamente utilizados na pavimentação de praças, calçadas e vias urbanas brasileiras como parte dos projetos de modernização das cidades. Tratava-se de um material funcional, de baixo custo e de fácil instalação, porém visualmente padronizado e pouco sensível às características históricas dos espaços em que era aplicado.

Assim, a crítica não se dirigia apenas à supressão de elementos estruturais responsáveis por conferir imponência ao monumento, mas também ao ambiente urbano em que foi inserido. Guedes indicava que as intervenções sofridas haviam reduzido sua capacidade de afirmar-se como marco histórico na paisagem urbana, tornando-o quase imperceptível no conjunto da praça. Para o relator, a monumentalidade era condição indispensável para que o patrimônio permanecesse inteligível à sociedade; sem destaque visual e densidade simbólica, o objeto deixaria de exercer sua função de mediação entre passado e presente. Se um monumento não “fala”, isto é, não comunica

grandeza ou sentido histórico no espaço urbano, ele deixa de cumprir sua função simbólica. Por isso, suas recomendações — tombamento, restauração e estudo de nova localização — revelam uma postura típica da época, que buscava recuperar os bens em direção a um ideal estético presumidamente original, mesmo que isso implicasse intervenções significativas.

As avaliações de Lygia Martins Costa e Max Justo Guedes revelam não apenas uma preocupação técnica com o estado físico do Marco do Jauru, mas evidenciam a lógica política e simbólica que orientava as políticas de preservação do IPHAN nos anos 1970. Ao destacar o valor histórico e artístico do monumento, Costa ancorava sua argumentação em um paradigma consolidado desde os anos 1930, no qual o patrimônio era entendido como testemunho material da nação e, portanto, sua autenticidade deveria ser resguardada. Ela reafirmava uma concepção de patrimônio que dependia da integridade formal para que sua função simbólica pudesse ser plenamente exercida.

A interpretação de Guedes pode ser compreendida à luz das reflexões de Françoise Choay (2001) e David Lowenthal (1998). Para Choay, o patrimônio moderno surge como resposta às ansiedades produzidas pela modernidade, funcionando como mecanismo simbólico de compensação diante das rupturas temporais e da perda de referências históricas. Lowenthal, por sua vez, demonstra que esse processo implica necessariamente a seleção, a valorização e, por vezes, a reinvenção do passado, de modo que a própria preservação transforma aquilo que pretende conservar. Sob essa perspectiva, a patrimonialização do Marco do Jauru não buscava apenas proteger um vestígio colonial, mas reafirmar uma referência simbólica considerada necessária diante das transformações urbanas, sociais e políticas que atravessavam Cáceres na década de 1970. O desejo de restituir sua monumentalidade revela um movimento de atualização do passado, no qual um fragmento específico da experiência colonial é valorizado para conferir continuidade histórica ao novo estado de Mato Grosso em um contexto de reorganização territorial e construção de identidades.

Para além da inscrição no Livro do Tombo Histórico, o Marco do Jauru também foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes. Essa inserção sinaliza que o Marco apresenta características que o qualificam como expressão artística de valor para o patrimônio cultural brasileiro. Tal classificação ultrapassa sua importância como ponto de referência geográfica ou testemunho de acontecimentos históricos, incluindo a apreciação de seu valor estético e artístico, que se sobressai por sua relevância no conjunto do patrimônio cultural do Brasil, transcendendo sua finalidade prática.

O Conselho Consultivo do IPHAN aprovou de forma unânime o parecer de Max Justo Guedes, recomendando o tombamento do Marco do Jauru e a realização de estudos para definir uma localização mais adequada. Essa unanimidade evidencia o alinhamento entre o corpo técnico e o colegiado deliberativo, reforçando a legitimidade institucional da decisão. Em 13 de setembro do

mesmo ano, o Ministro Euro Brandão homologou o tombamento e, posteriormente, Renato Soeiro, então diretor do IPHAN (1967–1969), determinou sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, notificando oficialmente o prefeito de Cáceres, Ernani Martins, em 4 de outubro de 1978. Com esses atos, o Marco do Jauru foi definitivamente reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, adquirindo status simbólico e jurídico que orientaria futuras políticas municipais de preservação.

As possíveis ressignificações do Marco evidenciam que seu sentido nunca foi fixo, mas constantemente reconstruído, o que conduz a uma compreensão mais ampla sobre a própria natureza dos monumentos. A relevância do Marco fortaleceu-se ao longo do tempo, não apenas no campo arquitetônico, mas também como símbolo de memória nas narrativas que abrangem desde a colonização até a formação do território atual do estado de Mato Grosso. A dimensão mnemônica constituiu — e ainda constitui — o principal fundamento de sua preservação. Tanto que estudos desenvolvidos por pesquisadores e professores mato-grossenses, ilustrados em textos como *Império português: o Marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII* (2011), de Otávio Ribeiro Chaves; *Instantâneo histórico de Cáceres* (2011), de Rubens Gomes Lacerda; e *Memórias e representações simbólicas nos discursos de fronteira* (2015), de Luís César Castrillon Mendes e Olga Maria Castrillon-Mendes, corroboram para a consolidação de seu valor histórico.

A valorização do Marco não se limitou a uma mera catalogação. Reconheceu-se que cada manifestação artística possui um conjunto de experiências, histórias e significados que, se não forem resguardados, podem se perder na incessante passagem do tempo. A análise considerou o contexto histórico e social em que o movimento se desenvolveu, bem como as influências estéticas que perduraram ao longo das gerações. Assim, a arte, em suas distintas manifestações, não apenas retrata o passado, mas também orienta o futuro, celebrando a diversidade que caracteriza a nação.

Durante um longo período, o Marco do Jauru desempenhou papel fundamental como elo entre o governo federal e a administração local. Após seu tombamento, possibilitou a criação de vínculos e colaborações institucionais de forma bastante integrada. O historiador Rubens Gomes Lacerda (2009) enfatiza que “sobretudo após o Bicentenário, não faltaram discursos que ressaltavam a importância de se escrever e preservar a história local, em decorrência da iminente destruição do passado provocada pelo processo modernizador em que o estado estava ingressando” (LACERDA, 2009, p. 18). Ainda segundo o autor:

[...] múltiplos ícones, palavras e símbolos foram agenciados pelo discurso identitário para se definir uma identidade comum ao povo cacerense. E o Marco acabou se constituindo como uma espécie de curinga, neste baralho de cartas memoráveis, porque serve para qualquer tipo

de configuração no jogo do discurso identitário. Sua imagem é agenciada não apenas pelo poder político, mas também pelo capital (LACERDA, 2011, p. 199).

Após ser oficialmente tombado, as relações institucionais entre os diferentes níveis de administração ocorreram de maneira bastante coesa. O tombamento foi utilizado tanto por representantes do governo local quanto do federal na defesa da preservação das edificações ao redor do monumento. Essa interação demonstra uma experiência coletiva na gestão do patrimônio em Cáceres, derivada de sua condição jurídica que, por se tratar de um bem de uso público, não afetou diretamente os direitos de propriedade privada nas proximidades.

Além disso, a comunidade reconhece o Marco como um símbolo cultural repleto de valor histórico e representativo, que se interliga às histórias de ancestralidade da região. Nesse sentido, a partir da concepção de Krzysztof Pomian (1997), o Marco do Jauru pode ser compreendido como um semióforo. Uma vez patrimonializado, perdeu sua utilidade tangível e deixou de cumprir sua função prática, restando-lhe apenas valores simbólicos, abstratos e invisíveis que representa. Elevado à condição de semióforo, o Marco foi adquirindo novos significados, atendendo às exigências sociais de épocas específicas. Portanto, necessita de um contexto de valorização e reconhecimento para que seu significado se revele (POMIAN, 1997, p. 51-87).

Ao considerar os bens imóveis enquanto semióforos, é possível suscitar uma reflexão sobre os tombamentos registrados pelo IPHAN em 1978. Como discutido no primeiro capítulo, até a década de 1960 o IPHAN concentrava suas ações na proteção do patrimônio material, sobretudo edificações em pedra e cal, refletindo um modelo de preservação voltado ao monumental e ao erudito. A partir dos anos 1970, entretanto, a instituição iniciou um processo de ampliação conceitual, incorporando gradualmente manifestações culturais populares e dimensões imateriais do patrimônio. Esse movimento indicava uma transição rumo a uma compreensão mais abrangente do que deveria ser preservado.

No entanto, ao se observar o tombamento do Marco do Jauru, evidencia-se um paradoxo. Apesar da modernização em curso, o IPHAN manteve práticas características de sua fase heroica, privilegiando novamente bens materiais de forte apelo histórico e arquitetônico. O tombamento do Marco, tal como outros tombamentos¹⁸ federais do período, reforçou a centralidade

¹⁸Tombamentos iphanianos realizados durante a fase moderna da instituição, que ainda valorizavam a política de pedra e cal: Solar do Conde de Subaé, em Santo Amaro; O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, incluindo a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, em Itaparica; O prédio do asilo D. Pedro II na Av. Luís Tarquínio (antigo Palacete Machado); O prédio localizado na Av. Sete de Setembro, nº 401, e o prédio conhecido como Solar Amado Bahia, ambos em Salvador; O prédio conhecido como Casa dos Carvalhos, incluindo suas áreas externas, também em Salvador; O conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê; O conjunto arquitetônico e urbanístico em Icó; O conjunto arquitetônico e paisagístico em Aracati; O prédio onde funciona a Faculdade de Direito do Recife, na Praça Adolfo Cirne e a casa paroquial anexa à igreja de Santo Antônio, na Praça da Independência, ambos em Recife; Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha; Imagem de Nossa Senhora da Escada, da

dos monumentos físicos como referências simbólicas. Essa postura demonstra a persistência de uma lógica patrimonial que, ao desvincular os bens de suas funções originais, os transformava em suportes de valores abstratos e identidades idealizadas, reafirmando a continuidade de um modelo tradicional mesmo em um contexto de mudanças.

O tombamento do Marco, ocorrido em plena ditadura militar, também pode ser lido como um ato que reforçava a soberania territorial e a presença do Estado na fronteira, conforme a política de controle militar e vigilância das zonas fronteiriças em voga na década de 1970 (MATTOS, 2004; OLIVEIRA, 2019). O Marco converteu-se em um dispositivo identitário que articulava passado, poder e território, sintetizando os elementos culturais que o Estado desejava promover e aqueles que o município buscava afirmar como distintivos. O início da patrimonialização iphaniana em Cáceres elucida, assim, um processo em que Estado, instituições culturais e elites locais atuaram na construção de uma memória coletiva. O tombamento não foi mero procedimento técnico, mas uma operação complexa que articulou valores históricos, simbólicos e políticos, reorganizando o imaginário da cidade e visando conferir-lhe centralidade histórica.

Nesse sentido, o tombamento do Marco do Jauru pode ser compreendido como momento inaugural da patrimonialização federal em Cáceres, estabelecendo um modelo de leitura histórica e estética que dialogará com intervenções posteriores. Se o tombamento do Marco do Jauru representou a incorporação de um símbolo colonial ao repertório patrimonial nacional, os anos seguintes assistiram ao alargamento das políticas de preservação em Cáceres, deslocando a atenção dos monumentos isolados para a proteção do tecido urbano histórico como um todo. Esse movimento acompanhava transformações mais amplas nas políticas patrimoniais brasileiras, que, a partir da década de 1970, passaram a considerar não apenas edificações singulares, mas também conjuntos urbanos e paisagens culturais como suportes de memória e identidade coletiva.

Nesse sentido, o tombamento do Marco do Jauru pode ser compreendido como um momento decisivo no processo de patrimonialização federal em Cáceres. Embora não constitua um marco inaugural absoluto, uma vez que foi precedido pela atuação de instituições locais, pela circulação de concepções preservacionistas e por iniciativas de valorização da memória histórica, sua inscrição pelo IPHAN conferiu reconhecimento institucional a um símbolo até então legitimado sobretudo no âmbito regional. Ao incorporar o Marco do Jauru ao repertório do patrimônio nacional,

Capela da Aldeia de Barueri; Prédio na Av. Rio Branco, sede da Companhia Docas de Santos e Edifício do Hospital São Francisco de Assis, com os pavilhões originais na Av. Presidente Vargas, no Rio de Janeiro; Conjunto urbano formado pela quadra existente entre as ruas da Constituição e Luís de Camões e o Hangar de Zeppelins do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, incluindo as pontes rolantes, os elevadores, as escadas de acesso, o motor, o mecanismo de abertura das portas principal e secundária, e a estação de passageiros anexa, no Rio de Janeiro.

o Estado reafirmou uma narrativa específica sobre a formação territorial brasileira e consolidou parâmetros de leitura histórica e estética que influenciariam as políticas de preservação desenvolvidas nas décadas seguintes. Esse processo acompanhou transformações mais amplas no campo patrimonial brasileiro, marcadas pelo deslocamento progressivo do enfoque nos monumentos isolados para a valorização dos conjuntos urbanos, das paisagens culturais e das diferentes formas de ocupação do espaço. Essa mudança, contudo, não ocorreu de maneira linear nem consensual, resultando de debates técnicos, reformulações institucionais e disputas em torno dos critérios de atribuição de valor ao patrimônio. Os desdobramentos desse processo em Cáceres serão analisados no subcapítulo seguinte, dedicado à preservação do tecido urbano histórico.

3.2 A PRESERVAÇÃO DO TECIDO URBANO EM CÁ CERES

O tombamento do Marco do Jauru, discutido no subcapítulo anterior, representou um ponto de inflexão na história das políticas de preservação em Cáceres. Seu reconhecimento inaugurou uma dinâmica que, a partir das décadas de 1980 e 1990, conduziria à ampliação do olhar preservacionista na cidade, deslocando a atenção dos monumentos isolados para o conjunto urbano histórico.

Esse deslocamento ocorreu em um contexto de transformação das políticas patrimoniais brasileiras, sobretudo a partir da década de 1970, quando se iniciou um movimento gradual de revisão do modelo preservacionista consolidado nas primeiras décadas de atuação do IPHAN. Como observa Rubens Gomes Lacerda, ao analisar as transformações ocorridas em Cáceres no período: “Sobretudo após o Bicentenário, não faltaram discursos que ressaltam a importância de se escrever e preservar a história local, em decorrência da iminente destruição do passado provocada pelo processo modernizador em que o estado estava ingressando” (LACERDA, 2009, p. 18).

No final da década de 1980, Cáceres vivia um contexto de expectativas quanto a possíveis transformações econômicas associadas a projetos como a exploração da Hidrovia Paraguai–Paraná e a implantação da Zona de Processamento de Exportações. Essas perspectivas despertavam preocupações acerca dos impactos que tais iniciativas poderiam provocar na paisagem urbana da cidade. Nesse cenário, o fortalecimento regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), então vinculada à Fundação Nacional Pró-Memória — órgão federal responsável pela implementação das políticas de preservação do patrimônio cultural naquele período —, ampliou a presença institucional dessas políticas no interior do estado¹⁹. A instalação de uma representação

¹⁹Além de Cáceres, ações dessa natureza passaram a contemplar cidades como Cuiabá, bem como núcleos vinculados à

técnica do órgão em Cuiabá, em 1984, possibilitou a realização de levantamentos e estudos patrimoniais na região, favorecendo a inclusão de Cáceres nas ações voltadas à identificação e proteção de núcleos históricos.

Assim, a institucionalização das políticas de preservação urbana em Cáceres consolidou-se a partir do final da década de 1980, quando diferentes esferas governamentais passaram a articular iniciativas de identificação e documentação do patrimônio cultural local. A crescente percepção da perda de referências arquitetônicas e históricas deslocou a valorização do passado para o reconhecimento do tecido urbano tradicional como suporte de memória. Nesse contexto, formalizou-se, em 17 de agosto de 1987, por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, o processo de inventário cadastral do centro histórico, marco decisivo na organização técnica da política patrimonial no município.

Os levantamentos decorrentes desse acordo foram realizados entre 1988 e 1991, reunindo documentação técnica e informações sistemáticas sobre o núcleo urbano tradicional, que viriam a subsidiar ações posteriores de preservação. Ainda em 1991, o governo estadual promoveu o tombamento provisório de parte desse conjunto, com vigência de 360 dias, configurando uma das primeiras tentativas de institucionalização da proteção jurídica do patrimônio local.

Entretanto, a demolição da Casa Humberto Dulce, em 1993, evidenciou os limites desses instrumentos iniciais, tornando visíveis as fragilidades da política preservacionista então em curso. Como resposta, no ano seguinte, foi regulamentada a atuação municipal no campo patrimonial, com a criação da Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT), responsável por estruturar mecanismos locais de salvaguarda. Esse percurso institucional culminou, em 2002, no tombamento estadual definitivo do centro histórico, por meio da Portaria nº 072/2002, que consolidou a proteção jurídica de quarenta e sete imóveis e definiu os perímetros urbanos de preservação.

No início dos anos 1990, a Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso estruturou o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, no âmbito do qual foi criado o subprograma Pró-Cadastro. Nesse contexto, o inventário cadastral passou a integrar essa iniciativa, inserindo-se no movimento mais amplo de institucionalização das políticas de preservação. Sua execução previa levantamentos técnicos destinados a subsidiar medidas de proteção e a elaboração de legislação municipal específica, consolidando o inventário como o principal instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio cultural em Cáceres. A partir desse processo, o núcleo tradicional deixou de ser percebido apenas como área funcional para ser reconhecido como suporte

ocupação colonial e à formação territorial da capitania de Mato Grosso, como Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé e Diamantino. Essas iniciativas articulavam-se ao processo de descentralização das políticas patrimoniais no Brasil, intensificado a partir da década de 1970 com programas federais voltados à preservação urbana e à ampliação da atuação regional do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural (ARRUDA, 2014; FONSECA, 2005).

material da memória coletiva. O espaço urbano passou, assim, a ser compreendido como documento histórico, incorporando ruas, praças e edificações cotidianas ao repertório dos bens passíveis de preservação.

Conduzido a partir de metodologia de campo, o inventário foi realizado por equipes responsáveis que percorreram quadras previamente delimitadas, efetuando levantamento fotográfico e preenchimento de fichas cadastrais individuais para cada imóvel analisado, registrando dados relativos às características construtivas, implantação no lote, estado de conservação e uso das edificações (IPHAN, 2007; ARRUDA, 2014).

Nesse processo, identificaram-se tipologias recorrentes, como residências térreas alinhadas ao passeio público (coloniais), sobrados comerciais e edificações de uso misto (neoclássicas e ecléticas), associadas às formas de ocupação vinculadas à expansão econômica da cidade no período republicano, incluindo exemplares em Art Déco. Esse momento assinala a passagem da lógica monumental para uma leitura urbana do patrimônio, na qual o valor histórico deixa de concentrar-se no objeto singular e passa a ser atribuído ao conjunto, entendido como expressão material dos processos sociais que estruturaram a formação da cidade (CHOAY, 2001; FONSECA, 2005).

A seleção dos imóveis inventariados privilegiou edificações vinculadas ao período de expansão urbana ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, momento em que Cáceres consolidou-se como entreposto comercial articulado à navegação fluvial do rio Paraguai. A escassez de vestígios preservados do período fundacional setecentista direcionou o levantamento para construções coloniais tardias e para imóveis influenciados pelos estilos eclético e neoclássico. Dessa forma, a delimitação do perímetro do centro histórico apoiou-se nas permanências arquitetônicas associadas à fase de consolidação urbana republicana, estabelecendo um recorte temporal específico para a representação da memória local (ARRUDA, 2014; LACERDA, 2011).

Figura 10 - Mapa do Inventário Cadastral de Cáceres



Fonte: Acervo NUDHEO (UNEMAT).

A materialização desse recorte torna-se particularmente visível na representação cartográfica apresentada na Figura 10. Mais do que instrumento técnico de registro, o mapa pode ser compreendido como dispositivo de produção de saber. Ao converter o tecido urbano em superfície codificada por cores, legendas e perímetros, a cartografia opera aquilo que Michel Foucault definiu como articulação entre poder e conhecimento (FOUCAULT, 1979). Cartografar não se limita a representar o espaço: implica torná-lo legível, classificável e passível de intervenção. A cartografia produzida nesse processo não se limita a representar a cidade, mas estabelece formas específicas de leitura e organização do espaço urbano. Sob essa perspectiva, o procedimento pode ser aproximado da reflexão de Milton Santos, para quem “o espaço geográfico é, antes de tudo, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 63).

Ao enfatizar atributos formais das edificações e padrões construtivos, o inventário contribuiu para tornar o território legível segundo uma racionalidade técnica voltada à classificação, ao controle e à intervenção planejada. Nesse sentido, a cartografia não apenas registra a configuração urbana, mas participa ativamente da produção de um modo específico de conhecer e administrar o espaço. No caso cacerense, o inventário enfatizou características arquitetônicas e padrões construtivos, convertendo o território em um objeto classificável e administrável.

Essa forma de representação tende a produzir aquilo que Santos descreve como uma leitura técnica do espaço, capaz de tornar a cidade inteligível para fins de planejamento e preservação,

mas que nem sempre contempla plenamente as práticas sociais e as experiências cotidianas que também constituem o território. Ao privilegiar determinados imóveis e setores urbanos, especialmente aqueles associados ao núcleo comercial e administrativo consolidado entre o final do século XIX e o início do século XX, o inventário contribuiu para reforçar a centralidade simbólica dessas áreas no processo de reconhecimento patrimonial.

Desse modo, o levantamento cadastral pode ser compreendido como um momento em que o espaço urbano foi recortado e organizado segundo critérios técnicos voltados à identificação de valores históricos e arquitetônicos. Esse procedimento, contudo, implicou escolhas e delimitações. Ao concentrar o levantamento em determinadas áreas e referências, o inventário conferiu maior visibilidade ao centro histórico, enquanto outros espaços da cidade, como os bairros Cavahada, Rodeio e Jardim Paraíso, bem como áreas vinculadas às dinâmicas sociais das margens do rio Paraguai, receberam menor atenção.

A linha que delimita o perímetro inventariado institui uma fronteira simbólica entre o espaço reconhecido como patrimônio e aquele que permanece fora da tutela institucional. A concentração de imóveis destacados na área correspondente à expansão comercial oitocentista evidencia a centralidade atribuída a esse ciclo econômico na construção da narrativa histórica da cidade. A quase ausência de referências ao período anterior não decorre apenas de perdas materiais, mas também das escolhas que estruturaram o processo classificatório. Assim, o mapa não apenas registra permanências: participa ativamente da definição daquilo que será reconhecido como memória legítima.

O centro histórico inventariado pode ser compreendido como resultado de um processo institucional de construção da memória urbana. Ao transformar o tecido urbano em objeto sistematizado de preservação, o inventário converte a cidade em um arquivo organizado do passado, no qual determinados vestígios materiais são selecionados como representativos da trajetória histórica local. Como assinala Elizabeth Jelin (2002), as memórias coletivas não constituem narrativas homogêneas ou consensuais, mas são atravessadas por disputas em torno dos sentidos atribuídos ao passado. A autora observa que “las memorias son siempre objeto de conflictos y luchas por la legitimidad” (JELIN, 2002, p. 26). No caso de Cáceres, o inventário patrimonial pode ser compreendido não apenas como procedimento técnico de identificação e documentação dos bens edificados, mas também como uma prática institucional de seleção, que atribuiu maior visibilidade a determinadas referências da história urbana.

Ao selecionar imóveis considerados mais representativos da formação da cidade, o processo institucional de patrimonialização contribuiu para consolidar determinadas experiências históricas no repertório oficial da memória local, ao mesmo tempo em que outras trajetórias

permaneceram em posição secundária ou pouco visibilizada. Tal dinâmica tornou-se particularmente evidente no reduzido reconhecimento atribuído a formas de ocupação associadas às camadas populares, às tipologias arquitetônicas mais simples e às áreas situadas fora do núcleo tradicional, cujos percursos históricos foram menos incorporados às narrativas preservacionistas então construídas.

Essa perspectiva também dialoga com a crítica formulada por Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1992), para quem “os objetos não guardam a memória em si mesmos; são as relações sociais que lhes atribuem sentido” (MENESES, 1992, p. 189). Ao privilegiar atributos formais das edificações, como tipologia arquitetônica, integridade das fachadas e valor histórico reconhecido pelas instituições de preservação, o inventário tende a operar uma reificação da memória, tratando o espaço urbano como coleção de bens materiais a serem classificados e protegidos. Dessa forma, a ampliação da escala preservacionista, do monumento isolado ao conjunto urbano, não eliminou o caráter seletivo da patrimonialização; apenas deslocou seus mecanismos de classificação e consagração, reafirmando que a produção da memória pública permanece atravessada por escolhas, hierarquizações e silenciamentos.

Paralelamente à realização dos levantamentos técnicos do inventário cadastral, foi estruturada uma estratégia de divulgação voltada à sensibilização da população quanto à relevância da preservação do patrimônio urbano. Periódicos de circulação local, como *Jornal Oeste* e *Correio Cacerense*, bem como jornais de alcance estadual, a exemplo do *Diário de Cuiabá* e de *A Gazeta*, passaram a veicular reportagens e análises que ressaltavam o valor histórico do casario e do núcleo central da cidade. Nessas matérias, as edificações eram frequentemente apresentadas como testemunhos materiais da formação urbana de Cáceres, contribuindo para a construção de uma narrativa pública que associava preservação patrimonial à valorização cultural e à identidade municipal (ARRUDA, 2014; LACERDA, 2011).

A imprensa regional também desempenhou papel relevante ao buscar esclarecer que as medidas de proteção não implicariam necessariamente restrições absolutas ao direito de propriedade, mas poderiam favorecer a conservação e a qualificação do patrimônio edificado. Desse modo, o debate sobre a preservação ultrapassou o campo estritamente técnico e passou a circular no espaço público regional, acompanhando o fortalecimento das políticas patrimoniais em Mato Grosso a partir da década de 1980 e sua progressiva institucionalização nos âmbitos estadual e municipal (BARBOSA, 2014; MENDES; CASTRILLON-MENDES, 2021).

A metodologia adotada no inventário seguiu parâmetros já empregados em levantamentos patrimoniais realizados em outras regiões do país, fundamentados principalmente em critérios arquitetônicos e estilísticos. Essa orientação contribuiu para a reprodução de hierarquizações

tradicionais do campo patrimonial, privilegiando edificações associadas às elites comerciais e administrativas responsáveis pela consolidação urbana de Cáceres entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Nesse conjunto, destacaram-se imóveis vinculados às atividades mercantis e à ocupação residencial de grupos socialmente destacados, materializados em residências térreas implantadas junto ao alinhamento das vias, sobrados de uso misto destinados ao comércio e à moradia e edificações institucionais. Sobressaíam construções com características dos estilos eclético e neoclássico, bem como a presença pontual de elementos Art Déco, expressando o poder econômico e o prestígio social dos segmentos que promoveram sua edificação. Tipologias arquitetônicas mais modestas e formas de ocupação associadas às camadas populares tiveram menor reconhecimento no processo de valoração patrimonial.

O levantamento permitiu sistematizar informações até então dispersas e produziu um diagnóstico inédito da paisagem urbana local. Dos cerca de cem imóveis inicialmente identificados, quarenta e um foram incorporados ao inventário final por serem considerados representativos da trajetória histórica da cidade. Paralelamente à seleção dos bens, foram registradas edificações descaracterizadas ou em risco, o que conferiu ao inventário também o caráter de documento sobre as transformações em curso no espaço urbano.

Sua realização ocorreu em contexto marcado pela intensificação das pressões decorrentes da expansão urbana, de reformas e demolições, bem como pelas expectativas geradas por projetos econômicos regionais, como a implantação da Hidrovia Paraguai–Paraná e da Zona de Processamento de Exportações. Nesse cenário, a tensão entre preservação e modernização reforçou a urgência das ações de identificação e proteção do patrimônio edificado, fazendo com que o inventário se configurasse não apenas como instrumento técnico de registro, mas como etapa fundamental na estruturação de uma política patrimonial mais sistemática no âmbito local.

A realização do inventário também se articulou ao fortalecimento da produção acadêmica regional, especialmente com a consolidação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) como espaço de investigação sobre a história urbana de Cáceres. Pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990 e no início dos anos 2000 contribuíram para transformar o centro histórico em objeto sistemático de reflexão e de formulação de políticas públicas. Como observa Rubens Gomes Lacerda, crescia entre intelectuais e gestores a preocupação com o desaparecimento de referências históricas diante da modernização urbana (LACERDA, 2009, p. 18). Na mesma direção, Renato Arruda Fonseca destaca que inventariar o patrimônio urbano implica compreender a cidade como sistema histórico, e não apenas como conjunto de edificações isoladas (FONSECA, 2014, p. 64). Ao produzir diagnósticos e delimitar áreas de interesse histórico, o

inventário estabeleceu as bases para a consolidação da preservação como política pública no município, viabilizando os tombamentos estadual e federal que se seguiram.

Outra ação da patrimonialização em Cáceres ocorreu em 1991, quando o governo estadual promoveu o tombamento provisório de parte do núcleo histórico cacerense, concentrado sobretudo no entorno do Marco do Jauru e da Catedral de São Luiz. No entanto, essa proteção possuía validade temporária (um ano) e não foi convertida imediatamente em tombamento definitivo, evidenciando fragilidades institucionais e dificuldades de articulação entre os órgãos responsáveis pela preservação.

Ao longo da década de 1990, o município buscou fortalecer seus instrumentos de preservação em resposta às fragilidades evidenciadas durante o processo de inventário cadastral e, sobretudo, aos conflitos decorrentes de intervenções e demolições em imóveis considerados de interesse histórico. Embora já existisse legislação municipal voltada à proteção patrimonial desde o início da década de 1980, sua aplicação prática mostrava-se limitada, o que levou à necessidade de criação de mecanismos administrativos capazes de acompanhar e orientar as intervenções no núcleo urbano tradicional. O resultado disso foi a criação da Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT.

Sua criação pode ser compreendida não apenas como resposta administrativa às dificuldades enfrentadas pelo município na proteção dos imóveis inventariados e daqueles submetidos à tutela estadual provisória, mas como esforço de internalização, em nível local, de uma racionalidade técnica que até então se encontrava concentrada nas instâncias estaduais e federais. Ao instituir a CEPT, Cáceres buscava dotar-se de instrumento permanente de gestão patrimonial, reduzindo a dependência decisória de esferas superiores e afirmando protagonismo na definição dos rumos de sua política de preservação.

Vinculada à Fundação Cultural de Cáceres, órgão ligado ao Poder Executivo municipal, a CEPT foi concebida como instância consultiva e deliberativa sobre intervenções no patrimônio histórico e cultural urbano. Sua composição, que reunia representantes do poder público e de entidades da sociedade civil, sugeria a tentativa de institucionalizar uma forma de gestão compartilhada do passado urbano. Mais do que um arranjo burocrático, a CEPT representava a incorporação local da linguagem técnica da preservação — pareceres, critérios, avaliação tipológica — convertendo-a em instrumento de regulação do espaço urbano.

No plano operacional, a CEPT passou a examinar pedidos de reforma, ampliação ou demolição em áreas inventariadas, emitindo pareceres destinados a orientar decisões administrativas. Ao estabelecer parâmetros mínimos para intervenções, procurava-se preservar a legibilidade histórica do conjunto urbano. Entretanto, a experiência revelou limites estruturais: a

irregularidade das reuniões, a rotatividade dos membros e a ausência de equipe técnica permanente evidenciavam a fragilidade institucional do município frente à complexidade da gestão patrimonial. Tais dificuldades indicam que a municipalização da política de preservação implicava não apenas vontade normativa, mas a construção gradual de capacidades técnicas e administrativas ainda incipientes.

A cooperação estabelecida com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT reforçou esse movimento. A participação de pesquisadores em levantamentos complementares ampliou o conjunto de imóveis reconhecidos como representativos da memória urbana e conferiu maior densidade intelectual às decisões administrativas. Essa articulação entre saber acadêmico e gestão pública demonstra que, entre a criação da CEPT e o posterior tombamento estadual, consolidou-se em Cáceres um processo de reorganização das escalas de autoridade sobre o patrimônio, no qual o município buscava afirmar-se como agente ativo na produção e regulação da memória urbana.

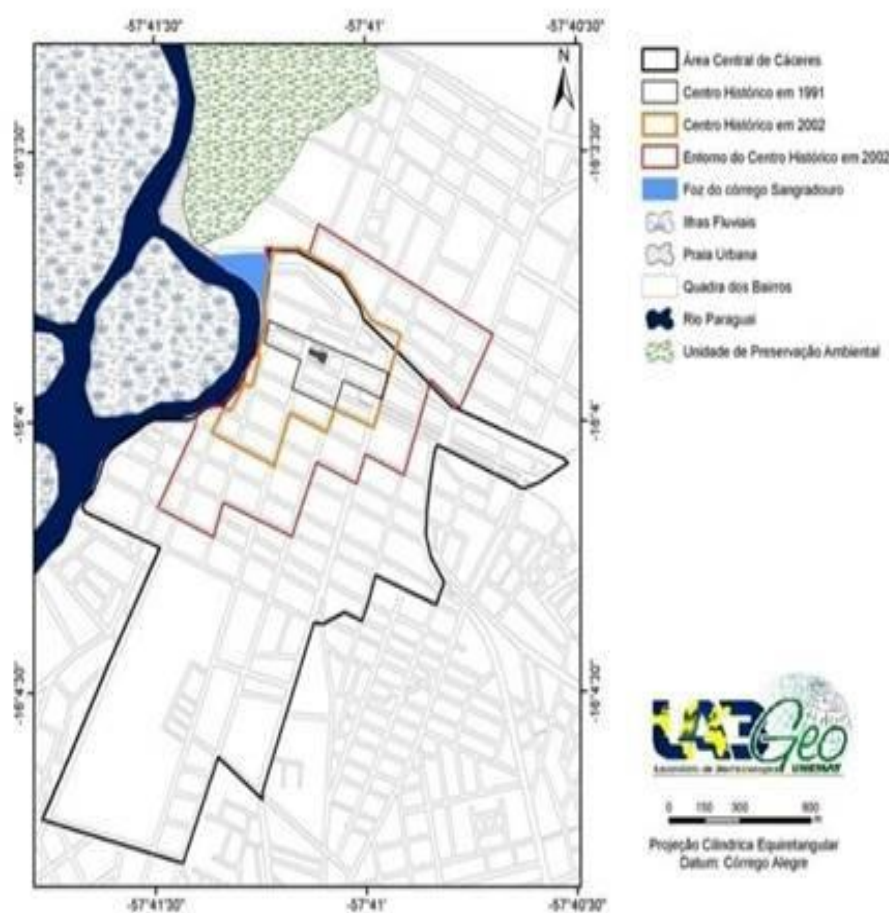
Como observa Arruda (2014), a experiência de Cáceres demonstra que a consolidação das políticas patrimoniais locais resultou da articulação progressiva entre agentes municipais, técnicos estaduais e instituições de ensino, formando, gradualmente, um sistema local de preservação. Assim, a proteção do centro histórico não decorreu de um único ato administrativo, mas de um processo contínuo de organização institucional e de produção de conhecimento técnico e histórico sobre a cidade. Isso se comprova com estudos técnicos e históricos produzidos no âmbito de instituições como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), bem como nas iniciativas de proteção patrimonial conduzidas pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso e pelo IPHAN nas décadas seguintes.

A produção acadêmica desenvolvida nessas instituições contribuiu para consolidar um campo local de reflexão sobre memória urbana e patrimônio cultural, no qual pesquisadores, gestores públicos e agentes culturais passaram a produzir interpretações sobre o passado da cidade e a atribuir novos sentidos ao seu espaço histórico. Esse movimento pode ser observado em estudos voltados à história e à identidade cacerense (LACERDA, 2009; LACERDA, 2011), às políticas de preservação e à formação de um sistema municipal de patrimônio (ARRUDA, 2014), bem como em análises sobre memória e representações simbólicas da fronteira (MENDES; CASTRILLON-MENDES, 2015)²⁰. A articulação entre essas pesquisas, os levantamentos técnicos realizados pelo

²⁰Sobre a produção acadêmica voltada à história urbana, à memória e às políticas de preservação em Cáceres, ver: LACERDA, Rubens Gomes. Cáceres: história, memória e identidade. Cáceres: Editora Unemat, 2009; LACERDA, Rubens Gomes. Espaço urbano e representações históricas em Cáceres. Cáceres: Editora Unemat, 2011; ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) — Instituto do

inventário cadastral e o fortalecimento das instituições de preservação constituiu a base técnica e intelectual que possibilitou o tombamento estadual definitivo do centro histórico de Cáceres, formalizado pela Portaria Estadual nº 072/2002. Mais do que um ato administrativo isolado, esse tombamento representou a consolidação de um processo iniciado ainda na década de 1980, marcado pela produção de conhecimento, pela institucionalização das políticas patrimoniais e pela ampliação das escalas de proteção do patrimônio urbano.

Figura 11 - Representação cartográfica do perímetro tombado pelo governo estadual.



Fonte: Renato Arruda Fonseca (2014).

A medida oficializou a proteção de 47 imóveis situados na área central da cidade e

estabeleceu o perímetro do sítio histórico e sua zona de entorno. Tal delimitação apoiou-se nos estudos técnicos produzidos desde o inventário cadastral realizado no final da década de 1980, evidenciando a continuidade das ações institucionais voltadas à preservação do patrimônio urbano local. Conforme registra Arruda, a área protegida passou a abranger cerca de 308.316,91 m², enquanto o entorno atingiu aproximadamente 438.450,00 m², consolidando juridicamente a proteção do núcleo urbano tradicional (ARRUDA, 2014, p. 114). A imagem anterior permite elucidar o espaço perimetral contemplado com o tombamento do governo estadual.

A análise da Figura 11 permite comparar distintos perímetros de tombamento, evidenciando que o patrimônio urbano é resultado de revisões conceituais e decisões técnicas, e não uma realidade fixa. A ampliação da área delimitada em 2002 revela o deslocamento das políticas preservacionistas de uma lógica centrada em edificações isoladas para uma abordagem que reconhece o conjunto urbano como documento histórico. A cidade passa a ser compreendida em sua dimensão processual, incorporando ruas, quadras e paisagens à condição de bens culturais. A figura também permite perceber o alargamento gradual do espaço urbano reconhecido como portador de valor patrimonial em Cáceres. Se as primeiras delimitações concentravam-se em um setor mais restrito, associado às áreas consideradas mais antigas e representativas da formação da cidade, as definições posteriores passaram a incorporar uma extensão territorial mais ampla e a prever zonas de entorno destinadas à sua proteção.

Esse último movimento indica uma inflexão nas concepções preservacionistas, marcada pela passagem de uma lógica centrada na valorização de imóveis singulares ou de pequenos núcleos históricos para outra que privilegia a leitura integrada do tecido urbano. Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ser compreendido apenas como conjunto de edifícios destacados e passa a envolver a paisagem histórica em sua articulação com as dinâmicas espaciais e sociais que estruturam a cidade. Igualmente, a Figura 11 explicita o caráter seletivo da patrimonialização, aspecto que se torna mais evidente quando confrontado com o inventário realizado em 1980. Embora este último tenha representado uma iniciativa sistemática de identificação e classificação do acervo edificado, sua lógica de valoração privilegiou determinados imóveis e setores urbanos, estabelecendo hierarquias que continuaram a influenciar as delimitações posteriores. Assim, a ampliação das áreas reconhecidas como de interesse patrimonial não implicou, necessariamente, a superação desses critérios seletivos, mas, antes, a sua reconfiguração em uma escala territorial mais abrangente.

A delimitação a que alude a Figura 11 — abrangendo o período de 1987 a 2002 — estabelece fronteiras acerca do que é reconhecido como patrimônio e do que permanece fora desse enquadramento, produzindo hierarquias espaciais e definindo quais áreas serão objeto de regulação e proteção. Assim, a imagem integra o próprio movimento de transição da monumentalização para a

preservação do tecido urbano, materializando, em linguagem cartográfica, as escolhas políticas e técnicas que redefiniram o centro histórico de Cáceres.

Precisamente, o tombamento estadual de 2002 pode ser compreendido como resultado de um processo gradual de construção institucional e técnica que não se limitou a um ato administrativo isolado. Foi fruto de uma sequência de levantamentos, disputas técnicas, ajustes legais e negociações entre diferentes esferas governamentais, evidenciando que a patrimonialização do espaço urbano foi marcada por tensões entre preservação, modernização urbana e interesses econômicos locais.

Embora representasse um avanço no plano jurídico e institucional, o modelo adotado preservou a lógica de proteção individual das edificações e priorizou construções relacionadas ao ciclo de expansão econômica do final do século XIX e início do século XX, sobretudo aquelas vinculadas às elites comerciais e políticas locais. Essa predominância pode ser explicada tanto pelos critérios técnicos empregados no inventário, que privilegiavam imóveis considerados mais expressivos para a compreensão da formação urbana, quanto pela permanência de uma tradição metodológica associada às políticas patrimoniais do IPHAN, em especial à chamada “fase heroica”. Nesse contexto, valorizavam-se edificações monumentais e dotadas de maior integridade formal, isto é, construções que mantinham preservadas suas características arquitetônicas originais, como volumetria, ornamentação, materiais e organização espacial, com poucas alterações decorrentes de reformas ou adaptações ao longo do tempo.

No caso de Cáceres, esse padrão tornou-se visível na própria estrutura do tombamento estadual de 2002, que estabeleceu um perímetro protegido, mas também definiu uma listagem específica de edificações consideradas de maior relevância histórica e arquitetônica. A seleção desses imóveis privilegiou construções associadas à consolidação urbana do final do século XIX e início do século XX, frequentemente vinculadas às elites comerciais e administrativas locais, evidenciando a permanência de critérios patrimoniais que tendiam a valorizar exemplares arquitetônicos mais íntegros e formalmente destacados. Tal dinâmica aproxima-se das críticas formuladas por estudiosos do campo patrimonial brasileiro, que apontam como as políticas de preservação historicamente privilegiaram determinados repertórios arquitetônicos e narrativas históricas, deixando em segundo plano expressões culturais e formas de ocupação vinculadas a grupos sociais menos visibilizados (FONSECA, 2005; CHUVA, 2009; MENESES, 1992)²¹.

²¹ A predominância de edificações vinculadas às fases de maior dinamismo econômico urbano e associadas a grupos socialmente hegemônicos insere-se em uma tendência amplamente discutida na historiografia do patrimônio brasileiro. Como demonstra Maria Cecília Londres Fonseca, a consolidação das políticas de preservação no país esteve historicamente marcada pela valorização de exemplares arquitetônicos considerados mais íntegros do ponto de vista físico e formal, frequentemente tomados como suportes privilegiados da memória nacional (O patrimônio em processo:

Nesse sentido, o tombamento do centro histórico de Cáceres evidencia como a ampliação da escala preservacionista, do monumento isolado ao conjunto urbano, não eliminou o caráter seletivo da patrimonialização, mas apenas deslocou seus mecanismos de classificação e consagração. Permaneceram em segundo plano tipologias mais modestas e expressões arquitetônicas relacionadas às camadas populares, evidenciando que a ampliação do perímetro protegido não implicou, necessariamente, democratização plena da memória reconhecida. O processo reafirmava, em larga medida, narrativas históricas consolidadas, reiterando a tensão permanente entre memória oficial e experiências sociais menos institucionalizadas.

O tombamento estadual de 2002 consolidou, no plano jurídico e institucional, um processo iniciado ainda na década de 1980, marcado por inventários, levantamentos técnicos, articulações entre diferentes esferas governamentais e disputas em torno dos critérios de atribuição de valor ao patrimônio urbano. Mais do que um ato administrativo de proteção, representou a consolidação de uma política de preservação construída gradualmente, na qual memória, planejamento urbano e produção de conhecimento histórico passaram a atuar de forma articulada. A ampliação do olhar preservacionista, do monumento isolado ao conjunto urbano, favoreceu leituras mais abrangentes da formação histórica de Cáceres, sem, contudo, eliminar as tensões inerentes aos processos de seleção patrimonial. Ao contrário, evidenciou que a memória pública permanece atravessada por negociações, hierarquizações e disputas em torno das referências consideradas representativas da história da cidade.

O reconhecimento federal, homologado em 2012, integra-se a esse percurso e evidencia a continuidade de práticas preservacionistas por meio das quais o passado urbano da cidade foi sendo progressivamente selecionado, organizado e interpretado. A partir dessas considerações, é possível compreender a patrimonialização do centro histórico de Cáceres como um processo gradual, estruturado por diferentes iniciativas institucionais ao longo das décadas finais do século XX e início do século XXI.

Na década seguinte, entre 2006 e 2007, novos estudos técnicos, com participação ativa de pesquisadores vinculados à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), foram

trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005). Em perspectiva convergente, Márcia Chuva evidencia que a própria constituição do campo patrimonial implicou a legitimação de determinadas narrativas históricas e repertórios culturais em detrimento de outros, processos relacionados à atuação de agentes institucionais e à construção de consensos sobre o que deveria ser reconhecido como patrimônio (Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009). Já Ulpiano T. B. de Meneses contribui para compreender, em plano teórico mais amplo, como as operações de seleção e hierarquização do passado participam da produção social da memória, implicando disputas simbólicas e diferentes formas de visibilidade histórica ("A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, 1992, p. 9-24).

desenvolvidos em articulação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possibilitando a retomada das discussões sobre o reconhecimento federal do conjunto urbano. Em 2007, foi formalmente aberto o Processo nº 1.542-T-07, dando início à instrução administrativa do tombamento em nível nacional, que seria aprovado em 2010, reconhecendo a relevância histórica e urbanística do sítio, e culminando, em 2012, na homologação federal e na inscrição oficial do centro histórico de Cáceres nos Livros do Tombo do órgão, consolidando sua inserção no repertório dos bens culturais protegidos em âmbito nacional.

3.3 O TOMBAMENTO FEDERAL DE 2010

O tombamento estadual do centro histórico, realizado em 2002, tornou visíveis as limitações administrativas e operacionais que dificultavam a aplicação concreta das medidas de proteção. Em um contexto marcado pela expansão urbana e por novas pressões econômicas incidentes sobre a área central, tornaram-se frequentes intervenções inadequadas em edificações protegidas, evidenciando a fragilidade da fiscalização municipal e a escassez de recursos técnicos disponíveis para a gestão patrimonial. Desse modo, o reconhecimento estadual, embora juridicamente relevante, mostrou-se insuficiente, por si só, para assegurar a preservação efetiva do conjunto urbano.

Esse cenário evidenciou tensões recorrentes no campo da preservação, no qual o patrimônio se configura como espaço de negociação entre interesses distintos. Como observa Françoise Choay, a patrimonialização não se limita à proteção de objetos materiais; trata-se de uma resposta social às transformações da modernidade, funcionando como “um dispositivo de mediação entre o passado e as incertezas do presente” (CHOAY, 2001, p. 209). Em Cáceres, essa mediação materializou-se no confronto entre expectativas de desenvolvimento econômico, demandas por modernização urbana e iniciativas de salvaguarda da memória local.

A partir de meados dos anos 2000, foram retomadas as discussões acerca da ampliação da proteção patrimonial em âmbito federal. Tal retomada relaciona-se, de um lado, às limitações verificadas na efetividade do tombamento estadual, que evidenciaram dificuldades administrativas e operacionais na gestão do sítio histórico. De outro, vincula-se ao processo mais amplo de reorganização das políticas culturais no país, marcado pelo fortalecimento institucional do IPHAN e pela redefinição conceitual das práticas preservacionistas. Conforme observa Márcia Chuva, a trajetória das políticas de patrimônio no Brasil caracteriza-se por sucessivas reconfigurações institucionais e por mudanças nos critérios de reconhecimento dos bens culturais, especialmente a partir das últimas décadas do século XX (CHUVA, 2009). Nesse cenário, a valorização de conjuntos

urbanos e paisagens históricas criou condições favoráveis para a reabertura dos debates sobre o reconhecimento federal do centro histórico de Cáceres.

Como destaca Paula Porta, arquiteta e urbanista, pesquisadora vinculada ao campo das políticas culturais e à análise institucional das práticas de preservação no Brasil, a primeira década do século XXI correspondeu a um momento de reestruturação das ações estatais voltadas ao patrimônio cultural. Em seus estudos, a autora examina a trajetória recente das políticas públicas de preservação e enfatiza a recomposição administrativa e técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a ampliação do papel do patrimônio no âmbito das políticas culturais. Segundo Porta, esse período pode ser compreendido como um verdadeiro “renascimento da política de patrimônio como política de Estado”, após fases de retração institucional verificadas nas décadas anteriores (PORTA, 2012, p. 7).

Nesse contexto mais amplo de reorganização das políticas patrimoniais no país, os estudos sobre o centro histórico de Cáceres foram retomados, a partir de 2006, por iniciativa do IPHAN, por meio de sua superintendência regional em Mato Grosso, em articulação com a Secretaria de Estado de Cultura e com a Prefeitura Municipal de Cáceres. A retomada contou, ainda, com a participação de pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), responsáveis por levantamentos históricos e diagnósticos técnicos que subsidiaram a instrução do processo de tombamento federal. Nesse quadro institucional, os novos estudos ampliaram significativamente o escopo das análises anteriormente produzidas.

Enquanto os levantamentos realizados nas décadas de 1980 e 1990 privilegiavam sobretudo critérios arquitetônicos e estilísticos, os diagnósticos desenvolvidos no início do século XXI passaram a incorporar dimensões históricas, urbanísticas e paisagísticas mais abrangentes, situando a cidade nas dinâmicas sociais e econômicas da fronteira oeste brasileira e contribuindo para a consolidação de uma leitura integrada do patrimônio urbano (ARRUDA, 2014; IPHAN, Processo nº 1.542-T-07).

A abertura formal do processo administrativo de tombamento federal, em 2007, inaugurou nova etapa de debates técnicos no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Embora houvesse reconhecimento quanto à relevância histórica de Cáceres, permaneceram divergências relacionadas à delimitação da área a ser protegida e aos critérios conceituais que deveriam orientar a instrução do processo. Pareceres elaborados pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização indicavam que o sítio urbano apresentava valor histórico consistente, por constituir expressão material das formas de organização social e territorial desenvolvidas na fronteira oeste brasileira, podendo ser compreendido como registro significativo do processo de urbanização

regional (IPHAN, Processo nº 1.542-T-07, 2007).

Ao mesmo tempo, os técnicos do IPHAN consideraram insuficientes os estudos existentes para justificar, com precisão, a poligonal proposta para o tombamento. Apontavam lacunas quanto à compreensão do tecido urbano, ao parcelamento histórico do solo e à relação entre a forma urbana e os elementos naturais da paisagem. Avaliou-se, ainda, que o acervo arquitetônico anteriormente inventariado não poderia, isoladamente, servir de parâmetro para delimitar a área protegida, tendo em vista as transformações sofridas por muitas edificações ao longo do tempo.

Diante dessas ponderações, foram recomendados estudos complementares e novas visitas técnicas, incorporando critérios capazes de explicar a lógica histórica de formação da cidade, seu traçado urbano e a relação estrutural do núcleo histórico com o rio Paraguai. Essa reorientação evidencia uma mudança significativa na compreensão institucional do patrimônio urbano. A arquitetura deixou de ser analisada prioritariamente segundo critérios de excepcionalidade artística e passou a ser interpretada como suporte material de processos históricos, sociais e territoriais mais amplos. Tal perspectiva aproxima-se da reflexão de Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), para quem o patrimônio não constitui simples depositário da memória, mas adquire significado por meio das relações sociais que atribuem sentido aos objetos e aos espaços ao longo do tempo. A redefinição desses critérios permitiu o avanço do processo de tombamento, ao mesmo tempo em que evidenciou que o reconhecimento patrimonial resulta de negociações institucionais e escolhas políticas acerca das dimensões da cidade consideradas dignas de preservação.

Com a incorporação das recomendações resultantes dos pareceres técnicos e das visitas de campo realizadas ao longo do processo, a proposta de tombamento foi encaminhada, em 2010, ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conforme registrado na Ata da 66ª Reunião do colegiado, realizada em dezembro daquele ano, foi aprovado, por unanimidade, o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, entendimento que reconheceu o sítio urbano como testemunho material de diferentes etapas do processo de ocupação e organização territorial da fronteira oeste brasileira (IPHAN, 2010).

Os debates técnicos travados no âmbito do processo de tombamento evidenciaram uma inflexão importante nos critérios de valoração do patrimônio urbano. Conforme registrado nos pareceres que instruíram o Processo nº 1.542-T-07, a relevância de Cáceres não se apoiava prioritariamente na excepcionalidade artística de edificações isoladas, mas na capacidade do conjunto urbano de constituir “testemunho material de um processo de organização social e territorial desenvolvido na fronteira oeste brasileira”, sendo reconhecido como “documento histórico representativo da formação e da evolução urbana regional” (IPHAN, Processo nº 1.542-T-07, 2007).

Tal entendimento aproxima-se de interpretações consolidadas na historiografia urbana e no campo das políticas de preservação, que compreendem o patrimônio como sistema histórico e territorial, perspectiva igualmente destacada por Renato Arruda ao analisar o processo de patrimonialização em Cáceres (ARRUDA, 2014).

Outro aspecto central das discussões referiu-se à incorporação da paisagem fluvial como elemento estruturante da proteção patrimonial. A relação histórica entre o núcleo urbano e o rio Paraguai foi reconhecida como componente fundamental na formação da cidade e na construção de sua identidade, ampliando o escopo da preservação para além da dimensão arquitetônica e integrando, de modo mais explícito, fatores naturais e culturais na definição do perímetro tombado. Esse entendimento reforçou a leitura do conjunto urbano como expressão material de processos históricos vinculados à dinâmica econômica e social da fronteira oeste brasileira.

A homologação ministerial posterior formalizou a inscrição do conjunto nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, consolidando Cáceres no repertório dos bens culturais protegidos em âmbito nacional. A área tombada passou a incorporar parcela significativa do núcleo urbano tradicional e maior número de imóveis anteriormente protegidos em nível estadual e municipal, além de reconhecer explicitamente o papel da paisagem natural na construção da memória urbana local.

Tal reconhecimento como patrimônio também paisagístico fundamenta-se, sobretudo, na singular relação histórica entre a cidade e o rio Paraguai, elemento estruturador de sua formação territorial, de seus ciclos econômicos e de suas práticas socioculturais. Diferentemente de outros conjuntos urbanos cuja proteção se concentra prioritariamente no valor arquitetônico das edificações, em Cáceres a leitura patrimonial foi ampliada para contemplar a articulação entre o traçado urbano, as dinâmicas fluviais e os espaços de sociabilidade associados ao porto e às atividades ribeirinhas. Nesse sentido, a paisagem não é compreendida apenas como cenário natural, mas como resultado histórico da interação entre sociedade e meio ambiente, constituindo suporte material das experiências coletivas e das formas de ocupação que moldaram a identidade local.

A incorporação da dimensão paisagística ao tombamento contribuiu para deslocar a percepção do patrimônio urbano de um conjunto restrito de monumentos para a compreensão do território como sistema cultural complexo. Ao reconhecer o valor simbólico e histórico da relação entre cidade e rio, a política de preservação passou a abarcar não apenas o casario e o traçado das ruas, mas também vistas, ambiências e referências espaciais fundamentais para a memória social. Tal abordagem favoreceu a valorização de práticas cotidianas vinculadas ao uso do espaço fluvial, como a navegação, o comércio regional e as festividades populares, reforçando a ideia de que a paisagem constitui elemento ativo na construção do pertencimento coletivo.

Estudos desenvolvidos sobre o processo de institucionalização das políticas patrimoniais em Cáceres indicam que a ampliação das ações de preservação foi acompanhada por percepções ambíguas no interior da sociedade local. Se, por um lado, o reconhecimento patrimonial contribuiu para a valorização simbólica do centro histórico e para a projeção cultural da cidade no cenário regional, por outro, produziu efeitos concretos no cotidiano dos moradores e usuários do espaço urbano.

A delimitação de áreas protegidas implicou a necessidade de autorizações prévias para reformas e intervenções arquitetônicas, gerando tensões, especialmente entre proprietários de imóveis comerciais e os órgãos responsáveis pela salvaguarda. Para Arruda, a consolidação das políticas de preservação implicou a adoção de instrumentos normativos que reorganizaram as práticas de intervenção no espaço urbano central, produzindo tensões decorrentes da dificuldade de articulação entre os critérios técnicos de salvaguarda e as expectativas dos agentes sociais envolvidos (ARRUDA, 2014, p. 89).

Essas tensões tornaram-se mais evidentes diante das tentativas de adaptação das edificações históricas às demandas do comércio contemporâneo e ao crescimento do turismo cultural. Reformas voltadas à ampliação de fachadas, à instalação de equipamentos publicitários ou à alteração de usos internos frequentemente esbarraram em restrições técnicas, revelando o conflito entre a lógica econômica da modernização urbana e os critérios de preservação formal do casario. A valorização institucional do patrimônio ocorreu de forma concomitante às mudanças na dinâmica comercial da área central, contribuindo para que o centro histórico passasse a configurar-se como um espaço permanentemente atravessado por negociações entre a preservação da memória urbana e as demandas de uso e funcionalidade próprias da cidade contemporânea.

Episódios noticiados pela imprensa regional evidenciam que o processo de patrimonialização foi acompanhado por conflitos concretos relacionados à gestão urbana e ao uso social do espaço histórico. A demolição da Ponte Branca, em 1998, amplamente repercutida pelo jornal *Diário de Cuiabá*, provocou comoção pública e foi interpretada como perda de importante referência simbólica da cidade, revelando tensões entre decisões administrativas, memória urbana e expectativas da população. Tais registros evidenciam que o reconhecimento patrimonial foi acompanhado por conflitos relacionados ao direito de propriedade, à modernização das atividades econômicas e à redefinição dos usos do centro urbano (ARRUDA, 2014; LACERDA, 2009).

Essa situação tornou-se particularmente sensível nas áreas historicamente associadas às atividades fluviais. A relação entre a população cacerense e o rio Paraguai foi construída ao longo de décadas por meio de práticas de trabalho, circulação e sociabilidade que conferiram ao espaço ribeirinho funções econômicas e culturais específicas. Ao analisar a formação da identidade

urbana local, Rubens Gomes Lacerda destaca que o porto e as margens do rio constituíram, durante grande parte do século XX, espaços de intensa interação social e de organização da vida econômica regional, vinculados ao comércio fluvial e às dinâmicas da fronteira (LACERDA, 2011). A progressiva patrimonialização dessa paisagem contribuiu, assim, para deslocar sentidos anteriormente associados à funcionalidade produtiva do espaço, introduzindo novos valores ligados à memória histórica, à contemplação estética e ao potencial turístico do núcleo urbano.

Sob a perspectiva da memória social, tais transformações podem ser compreendidas como parte de processos mais amplos de disputa em torno da definição dos significados do passado e de sua materialização no território. A valorização institucional do centro histórico e da paisagem fluvial implicou a consagração de determinadas narrativas sobre a formação urbana, ao mesmo tempo em que colocou em evidência a necessidade de conciliar os critérios técnicos da preservação com as práticas cotidianas dos grupos que tradicionalmente utilizam o espaço ribeirinho. Nesse sentido, o reconhecimento patrimonial não operou apenas como mecanismo de proteção cultural, mas também como fator de reorganização das relações sociais estabelecidas com o ambiente urbano e natural.

A experiência cacerense evidencia, portanto, que a patrimonialização da paisagem constitui processo simultaneamente valorizador e regulador. Ao mesmo tempo em que reforçou o reconhecimento simbólico da cidade no cenário das políticas culturais nacionais, o tombamento introduziu novos parâmetros para o uso e a gestão do espaço histórico, influenciando a dinâmica econômica, as formas de mobilidade e os modos de vida vinculados ao rio. Tal quadro revela que a construção institucional do patrimônio urbano se realiza por meio de negociações contínuas entre memória, desenvolvimento e experiência social, configurando um campo de tensões no qual diferentes grupos disputam a legitimidade de suas relações com o espaço e com o passado.

A valorização institucional da paisagem insere-se, ainda, em transformações mais amplas no campo das políticas patrimoniais brasileiras. A partir das décadas de 1970 e 1980, o IPHAN passou a ampliar gradualmente o escopo de suas ações, deslocando o foco da preservação de monumentos isolados para a proteção de conjuntos urbanos, ambiências e paisagens culturais. Esse movimento consolidou-se nas décadas seguintes, especialmente com a incorporação de abordagens que reconheçam a interação histórica entre sociedade e natureza como dimensão constitutiva do patrimônio. Assim, a inclusão da paisagem fluvial no tombamento de Cáceres pode ser interpretada como desdobramento dessas novas concepções institucionais, que buscavam integrar valores históricos, ambientais e culturais na definição dos bens protegidos.

Os efeitos desse processo tornaram-se perceptíveis também no debate público local, no qual a preservação passou a ser associada simultaneamente à valorização cultural e à imposição de limites à transformação urbana. Como argumenta Fonseca, o reconhecimento patrimonial opera

como “processo seletivo de consagração de bens e práticas”, redefinindo hierarquias simbólicas e interferindo nos modos de apropriação social do espaço (FONSECA, 2005, p. 165). Em Cáceres, a patrimonialização contribuiu para consolidar novas formas de leitura da cidade e ampliar sua visibilidade cultural, mas também evidenciou a necessidade de mediação contínua entre as expectativas dos moradores, as exigências técnicas da preservação e os projetos de desenvolvimento urbano.

Desse modo, a reação da população ribeirinha e dos residentes do núcleo tradicional não pode ser compreendida de maneira homogênea. Enquanto alguns segmentos identificaram no tombamento oportunidades de valorização econômica e turística, outros manifestaram preocupações relacionadas às restrições de uso, ao aumento dos custos de manutenção dos imóveis e à redefinição dos espaços de sociabilidade. O processo de patrimonialização revelou-se, portanto, um campo permanente de negociação, no qual a construção institucional da memória urbana se entrelaça às experiências concretas dos sujeitos que habitam e produzem cotidianamente o espaço histórico.

As diferentes percepções manifestadas pela população local evidenciam que a patrimonialização produziu efeitos que extrapolaram o campo simbólico, repercutindo também na organização prática do espaço urbano e nas formas de uso cotidiano do centro histórico. Ao mesmo tempo em que suscitou tensões e negociações entre moradores, comerciantes e agentes institucionais, o processo contribuiu para redefinir a posição de Cáceres no cenário regional, ao associar a preservação da memória urbana a novas perspectivas de desenvolvimento e planejamento territorial. É nesse horizonte de reconfiguração de sentidos e de funções atribuídas ao espaço histórico que se podem compreender os desdobramentos mais amplos da ampliação conceitual do patrimônio na cidade.

Para a cidade, essa ampliação conceitual teve impactos significativos. De um lado, fortaleceu o reconhecimento institucional de Cáceres como território de relevância histórica no contexto da fronteira oeste brasileira, ampliando sua visibilidade no cenário das políticas culturais nacionais. De outro, abriu novas possibilidades de gestão urbana e de planejamento territorial, ao exigir que intervenções futuras considerassem não apenas a preservação das edificações, mas também a manutenção das relações visuais, ambientais e simbólicas que estruturam a paisagem urbana. Desse modo, o tombamento paisagístico contribuiu para consolidar uma leitura integrada do patrimônio, na qual natureza, cidade e memória se articulam como dimensões indissociáveis da experiência histórica cacerense. Na Figura 12, observa-se a delimitação do perímetro tombado.

Figura 12 - Perímetro tombado em nível federal.

traduz, em linguagem técnica, um processo de seleção e hierarquização do espaço, estabelecendo distinções entre áreas legitimadas como representativas da memória coletiva e setores que permanecem fora do campo da tutela institucional.

A presença destacada do rio Paraguai na composição cartográfica reforça essa dimensão relacional da patrimonialização. A mancha urbana protegida organiza-se em estreita articulação com o curso fluvial, indicando que a leitura patrimonial adotada reconhece a paisagem como elemento constitutivo da historicidade local. Tal perspectiva aproxima-se da interpretação proposta por Néstor García Canclini, para quem os processos contemporâneos de preservação cultural envolvem a construção de narrativas territoriais capazes de articular natureza, cultura e identidade em contextos de transformação social (CANCLINI, 1994). No caso de Cáceres, a valorização do ambiente ribeirinho evidencia a compreensão de que a história urbana não se inscreve apenas nas edificações, mas também nas práticas econômicas, nos circuitos de mobilidade e nas experiências cotidianas mediadas pela presença do rio.

Ao mesmo tempo, a representação cartográfica revela tensões inerentes à própria lógica de patrimonialização. A fixação de uma poligonal precisa projeta uma imagem de unidade e coerência do centro histórico, ainda que o espaço urbano real seja atravessado por processos de mudança, heterogeneidade social e reconfigurações funcionais. Sob essa perspectiva, a delimitação gráfica não apenas registra valores previamente reconhecidos, mas contribui para produzir uma narrativa espacial estabilizada, orientando intervenções futuras e redefinindo regimes de visibilidade e de significação do território urbano.

Essa dimensão normativa da cartografia patrimonial torna-se particularmente evidente quando se consideram os desafios decorrentes da gestão compartilhada do sítio histórico. A ampliação da proteção jurídica em âmbito federal implicou a necessidade de articulação entre diferentes esferas administrativas e de negociação permanente com os interesses econômicos e sociais presentes na área central. A institucionalização do patrimônio frequentemente tensiona as dinâmicas urbanas ao introduzir novos parâmetros de uso, conservação e valorização simbólica do espaço, reconfigurando as relações entre Estado, mercado e população residente (ARANTES, 2006). No caso de Cáceres, a delimitação cartográfica do perímetro tombado tornou explícitas as dificuldades de conciliar preservação, desenvolvimento urbano e demandas cotidianas da vida social.

A historicidade desse processo torna-se perceptível quando se observa a trajetória que conduziu ao reconhecimento do centro histórico em diferentes níveis de proteção. Desde o inventário cadastral realizado no final da década de 1980, responsável por sistematizar informações sobre o patrimônio edificado e introduzir novas formas de leitura urbana, até a consolidação do tombamento federal, a patrimonialização da cidade resultou de um acúmulo progressivo de estudos

técnicos, negociações institucionais e reinterpretações historiográficas acerca do valor cultural do espaço urbano.

O mapa assume papel privilegiado como fonte para a compreensão das políticas de memória. Ao materializar graficamente limites, zonas de proteção e relações paisagísticas, a cartografia evidencia como a produção institucional do patrimônio opera simultaneamente como prática de conhecimento e como estratégia de ordenamento territorial. A incorporação da malha urbana, das praças centrais e da relação estrutural com o rio Paraguai consagrou, no caso de Cáceres, uma concepção ampliada de patrimônio cultural, na qual o valor histórico se distribui no conjunto das formas urbanas e nas conexões simbólicas entre natureza e cidade.

O percurso analisado evidencia que a transformação de Cáceres em objeto de tutela patrimonial não correspondeu a um simples reconhecimento técnico de valores históricos previamente dados, mas a um processo social e historicamente situado de produção de sentidos sobre o espaço urbano. A patrimonialização implicou disputas simbólicas, negociações institucionais e escolhas políticas que definiram quais temporalidades, paisagens e experiências coletivas seriam incorporadas à memória pública. Ao mesmo tempo em que instituiu mecanismos de proteção, esse processo revelou tensões inerentes à cidade contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos usos do território, à apropriação social dos bens culturais e à necessidade de conciliar permanências históricas com demandas de transformação urbana.

A experiência cacerense demonstra que a preservação do patrimônio urbano ultrapassa a dimensão da salvaguarda material do passado, configurando-se também como campo de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento urbano e sobre as formas de construção da identidade local. A proteção do centro histórico e de sua paisagem ribeirinha contribuiu para afirmar o patrimônio como recurso cultural e político, capaz de orientar projetos de cidade e de mediar relações entre memória, planejamento e participação social. Nesse sentido, a efetividade das políticas de preservação revelou-se condicionada não apenas à existência de instrumentos legais e ações técnicas especializadas, mas sobretudo à capacidade de articulação entre instituições públicas, agentes culturais e a população, cuja vivência cotidiana atribui novos significados ao espaço histórico.

A patrimonialização de Cáceres pode, assim, ser compreendida como processo em permanente construção, no qual a memória urbana é continuamente reinterpretada à luz das transformações econômicas, sociais e ambientais. Mais do que conservar formas arquitetônicas ou delimitar perímetros protegidos, trata-se de compreender que o patrimônio é produzido por escolhas, disputas e processos de institucionalização que definem quais memórias serão legitimadas no espaço urbano. Integrar esse legado histórico às dinâmicas contemporâneas da cidade significa reconhecer que a relação entre passado, presente e futuro permanece aberta ao debate público. Nesse quadro, o

reconhecimento do conjunto urbano e paisagístico redefiniu centralidades, reorientou usos do espaço e reposicionou simbolicamente o município no contexto regional e nacional.

Por fim, a trajetória analisada evidencia que o patrimônio não constitui herança estática, mas campo dinâmico de disputas e negociações que atravessam diferentes temporalidades, desde a formação colonial vinculada ao rio Paraguai até as transformações recentes associadas ao turismo, à expansão urbana e às mudanças ambientais do Pantanal. Compreender esse processo permite situar Cáceres como experiência relevante no debate sobre preservação em cidades médias e de fronteira, indicando que a consolidação de políticas patrimoniais efetivas depende da capacidade de articular memória, planejamento territorial e participação social na construção de projetos urbanos voltados ao futuro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da patrimonialização em Cáceres permite compreender o patrimônio não como herança neutra do passado, mas como construção histórica e social, resultante de práticas de seleção, atribuição de valor e institucionalização conduzidas por diferentes agentes. Assim, a patrimonialização envolve relações entre memória, espaço urbano e ação do Estado, questão central desta pesquisa. Ao longo da dissertação, procurou-se demonstrar que os bens reconhecidos como patrimônio não adquirem esse estatuto de forma automática, mas por meio de operações institucionais e discursivas que conferem legitimidade a determinadas referências históricas e culturais.

A trajetória das políticas patrimoniais brasileiras evidenciou mudanças nos critérios de valoração, nos objetos de preservação e nas formas de intervenção do Estado. A chamada fase heroica do IPHAN consolidou um modelo fortemente associado à monumentalidade, à excepcionalidade e às referências da formação nacional, enquanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, observa-se uma ampliação progressiva do campo patrimonial, com a incorporação de conjuntos urbanos, paisagens e, posteriormente, outras formas de expressão cultural. Essa ampliação, entretanto, não implicou o desaparecimento imediato dos critérios anteriormente consolidados, permitindo identificar permanências e inflexões nas práticas institucionais de preservação.

Nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, essas transformações assumiram características particulares em razão das especificidades históricas da região, de sua inserção em áreas de fronteira e da presença mais descontínua das instituições federais de preservação. A comparação com Corumbá e Jaguarão permitiu observar que, embora os processos tenham ocorrido em momentos distintos e envolvido bens de naturezas diferentes, aparecem com frequência referências relacionadas à ocupação territorial, à defesa das fronteiras e à formação dos núcleos urbanos. Cáceres insere-se nesse quadro, mas apresenta uma trajetória própria, marcada pela articulação entre escalas federal, estadual e municipal e pela atuação de agentes locais, técnicos e intelectuais.

As experiências de Cáceres, Corumbá e Jaguarão mostram que a atuação do IPHAN em cidades de fronteira ocorreu em momentos distintos e por meio de diferentes formas de reconhecimento. Em Cáceres, o Marco do Jauru foi tombado em 1978; em Corumbá, o Forte de Coimbra, em 1974; e, em Jaguarão, o conjunto histórico e paisagístico foi reconhecido em 2011. Apesar dessas diferenças, os três casos apresentam referências ligadas à ocupação territorial, à consolidação das fronteiras e à formação dos núcleos urbanos. A patrimonialização de Cáceres insere-se, assim, em um quadro mais amplo de atuação do IPHAN em diferentes cidades de fronteira.

O tombamento do Marco do Jauru, em 1978, constituiu o primeiro reconhecimento

federal de um bem localizado no município e marcou a inserção de Cáceres na geografia das políticas nacionais de preservação. Feito no contexto das comemorações do Bicentenário e durante o regime militar, o tombamento articulou a valorização de um vestígio da formação territorial à afirmação simbólica da soberania e da presença do Estado em uma região de fronteira. Embora realizado após a chamada fase heroica do IPHAN, o processo evidencia a permanência de critérios de valoração consolidados nas primeiras décadas de atuação do órgão. A ênfase na autenticidade, na integridade material, na excepcionalidade e em sua condição de testemunho da formação nacional aproxima esse reconhecimento de uma fase preservacionista constituída anteriormente.

A patrimonialização de Cáceres, contudo, não se encerrou nesse primeiro tombamento, nem pode ser compreendida como simples sucessão de atos administrativos. Entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000 ocorreu uma segunda inflexão importante, marcada pela transformação do centro histórico em objeto sistemático de conhecimento, inventário e intervenção. Os levantamentos realizados entre 1988 e 1991, o tombamento provisório estadual de 1991, a demolição da Casa Humberto Dulce, em 1993, a criação da Comissão Especial de Preservação e Tombamento e, posteriormente, o tombamento estadual definitivo de 2002 são sinônimos da progressiva institucionalização da preservação nas escalas estadual e municipal.

Nesse percurso, o inventário cadastral assumiu papel central. Mais do que registrar edificações, ele contribuiu para transformar o núcleo tradicional da cidade em objeto de conhecimento patrimonial e para consolidar uma leitura do espaço urbano como documento histórico. Ruas, praças, imóveis residenciais e comerciais passaram a integrar um repertório de referências passíveis de preservação, indicando o deslocamento de uma lógica centrada no monumento isolado para outra voltada ao conjunto urbano.

Ao mesmo tempo, essa ampliação permaneceu seletiva. Ao delimitar áreas, selecionar imóveis e estabelecer perímetros de interesse histórico, o inventário conferiu maior visibilidade ao centro tradicional e às referências vinculadas à expansão comercial ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX. Outros espaços da cidade, como os bairros Cavallhada, Rodeio e Jardim Paraíso, bem como áreas relacionadas às dinâmicas sociais das margens do rio Paraguai, receberam menor atenção. A seletividade da patrimonialização manifestou-se, portanto, também de modo espacial, produzindo diferentes graus de visibilidade.

Ao eleger determinadas tipologias arquitetônicas, períodos históricos e áreas urbanas como mais representativas, esses instrumentos participaram da construção da própria memória patrimonial de Cáceres, atribuindo centralidade a algumas referências em detrimento de outras. As formas de ocupação associadas às camadas populares, as tipologias arquitetônicas mais simples e os espaços situados fora do núcleo tradicional permaneceram menos incorporados às

narrativas preservacionistas construídas ao longo desse processo.

O processo federal iniciado em 2007 e aprovado em 2010, com homologação em 2012, representou um novo ponto de inflexão. Os estudos desenvolvidos nessa etapa ampliaram o escopo das análises anteriores, incorporando de forma mais sistemática dimensões históricas, urbanísticas e paisagísticas e buscando compreender a lógica de formação da cidade, o parcelamento do solo e a relação estrutural entre o núcleo urbano e o rio Paraguai. O reconhecimento federal do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico consolidou a passagem de uma lógica centrada na excepcionalidade de bens isolados para uma leitura mais integrada do espaço urbano. Essa ampliação torna-se particularmente visível na própria delimitação do perímetro tombado. A incorporação de ruas, quadras, praças, relações visuais, elementos naturais e do eixo de ocupação associado ao rio Paraguai ampliou a escala da proteção e trouxe uma determinada leitura da formação urbana de Cáceres.

A fronteira também adquiriu sentidos distintos ao longo desse percurso. No tombamento do Marco do Jauru, predominou sua dimensão territorial e geopolítica, associada à demarcação, à soberania e à presença estatal. Nos estudos que conduziram ao reconhecimento federal do conjunto urbano, a fronteira passou a aparecer de maneira mais abrangente, relacionada à formação urbana, às dinâmicas econômicas e sociais da região oeste e à relação histórica com o rio Paraguai. Contudo, tal ampliação não significou a incorporação equivalente das múltiplas experiências produzidas no espaço fronteiriço.

A relação com o rio Paraguai evidencia de forma particular essa tensão. Ao longo do processo de patrimonialização, o rio foi progressivamente incorporado como elemento estruturante da paisagem. Entretanto, as experiências sociais vinculadas ao espaço ribeirinho, aos usos cotidianos do rio, ao trabalho e às formas de sociabilidade permaneceram menos presentes nas narrativas institucionais analisadas. A incorporação da paisagem não eliminou, portanto, a maior visibilidade de algumas formas de relação com o espaço em detrimento de outras.

A incorporação de um depoimento oral permitiu aproximar a análise de experiências pouco presentes na documentação patrimonial. Na narrativa de Dona Branca, uma mulher que viveu e trabalhou em Cáceres ao longo de grande parte do século XX, a cidade aparece a partir das condições de vida, das transformações urbanas, das práticas de sociabilidade e do trabalho cotidiano. O rio Paraguai surge, assim, não apenas como paisagem, mas como espaço vivido, especialmente nas lembranças relacionadas às lavadeiras. Essa fonte também evidencia um dos limites da pesquisa. O uso mais amplo de fontes institucionais permitiu acompanhar com mais profundidade a atuação dos órgãos de preservação e seus critérios de valoração, mas ofereceu menos elementos para compreender como a patrimonialização foi recebida, apropriada ou contestada pela

população. Essa dimensão permanece aberta a novos estudos.

A trajetória analisada permite identificar diferentes momentos na patrimonialização de Cáceres. O tombamento do Marco do Jauru, em 1978, preservou critérios associados à monumentalidade, à excepcionalidade e à formação territorial da nação. Nas décadas seguintes, inventários, iniciativas estaduais e instrumentos municipais deslocaram o foco para o tecido urbano, até o reconhecimento federal de 2010, homologado em 2012, que ampliou a preservação para o conjunto urbano e a paisagem. No tombamento do Marco do Jauru, em 1978, a fronteira foi valorizada sobretudo em sua dimensão territorial e soberana; posteriormente, passou a ser incorporada de forma mais ampla, embora práticas ribeirinhas, formas de ocupação e dinâmicas cotidianas tenham permanecido menos visíveis nos processos de reconhecimento patrimonial.

A experiência de Cáceres demonstra, assim, que a patrimonialização constitui um processo histórico marcado por permanências e mudanças. Mais além de preservar bens preexistentes, as políticas patrimoniais participaram da construção das referências consideradas representativas da cidade, selecionaram determinados espaços e atribuíram diferentes graus de visibilidade às memórias e experiências sociais. A trajetória que vai do monumento isolado ao conjunto urbano e à paisagem revela não uma evolução linear das políticas de preservação, mas um processo de ampliação atravessado por escolhas, negociações, limites e disputas em torno dos sentidos atribuídos ao passado e à cidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.
- ANASTASSAKIS, Zoy. **A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o IPHAN**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF, n. 35, p. 64–79, 2017.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Patrimônio cultural e cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **Políticas culturais em Mato Grosso**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2014.
- ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2014.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2da Ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN; Programa Monumenta, 2010. 376 p.
- BRANCA, Dona. Entrevista concedida a Mayara Arruda. Cáceres, 2024.
- BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Diário Oficial da União, Brasília, 1966.
- BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968. Diário Oficial da União, Brasília, 1968.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 94–115, 1994.

CASTRO, Sônia Rabello de. O tombamento como instrumento de proteção do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 15–28, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Império português: o Marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Lygia Martins. Parecer técnico sobre o Marco do Jauru. Processo nº 966-T-77. IPHAN, 1978.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

FANÁIA, Maria de Lourdes. O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825–1829**. São Paulo: [s.n.], 1977.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Pró-Memória, 1987.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo César (org.). **História e fronteira**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2014.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. A presença indígena em Vila Maria do Paraguai. In: GARCIA,

Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo César (org.). **História e fronteira**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico de Cáceres**. Brasília: IPHAN, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Processo nº 1.542-T-07: tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cáceres (MT). Brasília: IPHAN, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006. Determina os procedimentos para instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LACERDA, Rubens Gomes de. **Instantâneo histórico de Cáceres**. Cáceres: [s.n.], 2009.

LACERDA, Rubens Gomes de. Memória e história: o lugar do político no universo das lembranças. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. Escritos: Revista da Fundação-Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p.159-171, 2007.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Cultura. Portaria nº 072/2002. Dispõe sobre o tombamento do centro histórico de Cáceres. Cuiabá, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria das fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

MENDES, Luís César; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Memória, identidade e fronteira: representações sociais no sudoeste de Mato Grosso. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 79–96, 2015.

MENDES, Natalino Ferreira. **Relatório do Bicentenário de Cáceres**. Cáceres: Prefeitura Municipal, 1983.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9–24, 1992.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

MONTECCHI, Acir Fonseca. Anjo da Ventura: a cidade e o espelho. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778–1801)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti (org.). **Hanna Levy no SPHAN: história da arte e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 5)

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (UFMT). Ata de fundação de Vila Maria do Paraguai. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, [s.d.].

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

OSSANI, Taís. Judith Martins: memória e reconhecimento do patrimônio através da História Oral. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 245.01, out. 2020

PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio cultural no Brasil: trajetórias de sujeitos, leis e instituições. **Humana Res**, v. 1, n. 5, p. 22–38, jan./ago. 2022.

PELEGRIN, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997. p. 51-87.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados**. Brasília: IPHAN, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES. **Lei Municipal nº 673**, de 14 de dezembro de 1977. Cáceres, 1977.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101–113, jun. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAS BOAS, Alexandre dos Santos. **Formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS): políticas patrimoniais e desenvolvimento urbano**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Getúlio Vargas e a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VENEGAS MARCELO, Hernán. **Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VENEGAS MARCELO, Hernan. A noção de patrimônio no Brasil Império. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 1, p. 135-146, 2013.

VICH, Víctor; ZAVALA, Virginia. **Oralidad y poder: herramientas metodológicas**. Buenos Aires: Norma, 2004.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DONA BRANCA

Entrevistada: Teresa Mendonça Cintra da Silva (Dona Branca).

Entrevistadora: Mayara Laura de Arruda Pimentel.

Data: 16 de julho de 2024

Local: Cáceres – MT

Nota sobre a transcrição:

A entrevista foi transcrita preservando as características da oralidade, com intervenções mínimas destinadas à compreensão do texto.

Entrevistadora: Bisa, preciso saber de Cáceres de antigamente, de quando a senhora era novinha. Será que a senhora lembra para falar?

Entrevistada: Lembro, eu lembro.

Entrevistadora: Tá com a memória boa, é?!

Entrevistada: Uhum! (responde acenando positivamente com a cabeça).

Entrevistadora: Ah, muito bem. A senhora lembra da Praça Barão, como é que era?

Entrevistada: A Praça Barão era uma praça cercada de mourão de madeira (toco), passada com três linhas de arame liso. A praça era toda cercada. Tinha um chafariz no meio da praça. A praça era um calçadão que o povo andava nele. Também tinha um cinema chamado Cine Copacabana.

Entrevistadora: A senhora ia no Cine Copacabana?

Entrevistada: Não. Não ia muito não! Não gosto desse negócio de filme.

Entrevistadora: Não vê graça não, é, Branquinha?

Entrevistada: Eu não! (responde com desdém).

Entrevistadora: E o que mais tinha na praça então?

Entrevistada: Tinha o coreto, onde tocava a banda do quartel toda quinta. Aí depois tiraram o Marco e colocaram perto da igreja.

Entrevistadora: Ah, o Marco não era ali não?

Entrevistada: Não, não era. Era lá do outro lado. Era melhor lá!

Entrevistadora: E a banda do quartel era boa?

Entrevistada: Era, era sim. Eles eram organizados.

Entrevistadora: Hum, a senhora gosta de gente do quartel então?

Entrevistada: Eu não, menina. Tá doida?! (responde indignada).

(Risos)

Entrevistadora: Falando em banda do quartel, eles se apresentaram nas festas dos 200 anos de Cáceres. A senhora lembra, a senhora viu?

Entrevistada: Eu não! Eu lembro só do desfile. Teve desfile com os alunos do grupo escolar. Um monte de gente desfilou. Era bonito!

Entrevistadora: Ah, é? E a senhora desfilou? Alguém aqui de casa desfilou?

Entrevistada: Eu não. Não! Essas crianças não gostavam dessas coisas não.

Entrevistadora: O que mais a senhora lembra para me contar?

Entrevistada: Aqui não tinha luz, não tinha água, não tinha rua (era tudo mato), não tinha farmácia, não tinha hospital, não tinha mercado. Chegava a tarde, depois das 17 horas, vinha um senhor que acendia os lampiões nas esquinas até as 23 horas. Água tinha que ir buscar no rio; a luz na rua eram os lampiões e, em casa, usava-se vela e lamparina.

Entrevistadora: E a senhora não ficava com medo não?

Entrevistada: Eu não. Não tinha medo não. Era seguro aqui. Seu vô ia para o mato, eu ficava sozinha com sua mãe, Lena, Beto e Heraldo. Nunca tive medo não!

Entrevistadora: Hum, mas nem do lobisomem a senhora tinha medo? A senhora já falou que tinha. (risos)

Entrevistada: Mas tinha mesmo, menina. Já correu atrás de seu Mané Olímpio. Correu atrás dele até nessa porta que era a cozinha. Lembra?! Por pouco que ele não morre!

Entrevistadora: Então a senhora não tinha medo de gente, mas assombração era perigoso?

Entrevistada: É, Mayara. Porque existe mesmo. Pergunta para sua avó as coisas lá do Cabaçal. Elas tinham medo.

Entrevistadora: Entendi. Mas, hein, vô, e como era lavar roupa no rio?

Entrevistada: Tinha bastante gente que lavava: dona Maria, dona Ana, dona Juvita, dona Rosa, dona Ester. Eu ficava sentada dentro d'água, na beira do rio. Eu não sinto saudade desse tempo não. Era muito sol, muita chuva, e a gente tinha que ficar lá. Tinha que terminar o serviço. Era um sofrimento! Eu lavava, engomava e passava sozinha. Mas aí as crianças me ajudavam a entregar. Tinha muita farda do pessoal da marinha.

Entrevistadora: E pagavam bem?

Entrevistada: Uhum! (assente positivamente com a cabeça).

Entrevistadora: Vô, alguma vez lavando roupa a senhora já viu o Etrúria chegar?

Entrevistada: (ri) Fazia um apito quando ele estava chegando. Um apito bem alto! Daí a gente já sabia que era ele. Aí o pessoal ia todo lá para o cais ficar esperando. Eu não ia muito, porque minha avó não deixava. Eu nunca viajei nele, acho que era caro. Mas entrei lá dentro já, porque meu tio, marido da minha tia Mariinha, trabalhava lá. Tinha uns cinco camarotes, tinha uma espécie de varanda para

comer.

Entrevistadora: E a senhora comeu nessa varanda?

Entrevistada: Sim, comi sim! Era boa a comida de lá.

Entrevistadora: Achei chique, hein, dona Branca. Viajar no Etrúria, a senhora viajou?

Entrevistada: Não, minha filha, não era barato não. Viajar não viajei, só fui lá passear.

Entrevistadora: Vó, e a ponte Marechal Rondon? A senhora lembra quando foi construída?

Entrevistada: A ponte aqui do rio? Eu lembro! Tinha bastante pedreiro, bastante carpinteiro. Seu vô Henrique trabalhou lá! Ele trabalhou. Era gente de fora que contratava, mas quem trabalhava era o pessoal daqui mesmo.

Entrevistadora: Ah, não sabia disso não. E a senhora chegou a levar comida lá para ele, enquanto ele estava trabalhando na ponte?

Entrevistada: Ixi, muitas vezes. Mas as crianças levavam mais, porque iam de bicicleta, que era mais rápido. Lá na ponte é longe, né?! Mas às vezes eu ia. Ia a pé mesmo.

Entrevistadora: E demorou para a ponte ficar pronta, vó?

Entrevistada: Demorou! Demorou porque vinha muito material de fora, coisa que aqui em Cáceres não se encontrava e que era necessária na construção. E tinha também uns mestres de obra ruins, pedreiro enrolado.

Entrevistadora: Vovô era assim?

Entrevistada: Não, tá doida? Seu vô era ótimo. Mas eu lembro dele contar. Seu vô não era enrolado não. Não ficava sem serviço!

Entrevistadora: Entendi. A senhora está lembrando bem mesmo. E, se fosse para escolher, vó: a senhora prefere Cáceres de agora ou de antigamente?

Entrevistada: Eu gosto mais da Cáceres de agora. De primeiro, não tinha nem como a gente ir para Cuiabá, era uma jardineira só. Eu prefiro agora! Aqui, para mim, era tudo difícil. O que a gente queria tinha que ir longe para comprar. Não tinha farmácia, não tinha mercado, não tinha nada. Eu não gostaria de voltar para a Cáceres de antigamente não. Eu prefiro agora.

Entrevistadora: Huumm, a senhora queria que aqui tivesse um shopping, né?

Entrevistada: (risos) Eu queria! Agora chega, vai perguntar para sua avó e para sua tia. Elas sabem daqui! Eu vou fazer minha revista.

(A entrevistada pega uma revista de caça-palavras e encerra a entrevista.)